



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 135 - TERÇA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 298, de 19 de junho de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00, para o fim que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 19 de agosto de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 7 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 127ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE AGOSTO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 436/2006, de 1º do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude da rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2004 (nº 6.421/2005, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 7º do art. 18, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispondo que o fornecedor disponibilizará ao consumidor, enquanto não for sanado o vício, produto idêntico ou similar ao produto viciado. 26186

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 3 de agosto de 2006 e publicação em 4 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 315, de 2006, que dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006. *Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria*..... 26186

Recebimento do Aviso nº 31, de 2006 (nº 308/2006, na origem), do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre as Operações de Administração de Passivos realizadas pela União no que diz respeito ao pré-pagamento do Clube de Paris..... 26187

1.2.3 – Ofício do Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Representação Brasileira)

Nº 53/2006, de 2 do corrente, encaminhando cópia da documentação discutida e aprovada na Reunião Plenária daquela Comissão, realizada em Córdoba, na Argentina, nos dias 19 e 20 de julho

último, bem como cópia do comunicado conjunto dos Presidentes dos Estados-Partes do Mercosul, assinado em 21 de julho último, na reunião da Cúpula, também realizada na Argentina, que confirma a inclusão da Venezuela como membro pleno do Mercosul. Por último, informa que, nesta mesma reunião, o Brasil assumiu a Presidência *Pro Tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, cujo exercício ocorrerá por todo o segundo semestre de 2006..... 26187

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR NEY SUASSUNA – Defesa dos pequenos agricultores nordestinos e em especial, dos pequenos agricultores da Paraíba. Cobrança de melhores condições para o pagamento de suas dívidas. 26220

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Enumeração de questões cruciais para o momento vivido pelo país, que não estão sendo discutidas na campanha eleitoral, nem no Congresso Nacional. 26221

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Registro de comparecimento, hoje, à solenidade de sanção, pelo Presidente da República, da lei que trata da Violência contra a Mulher. A prisão de integrantes do Legislativo de Rondônia, como resultado da “Operação Dominó”, da Polícia Federal..... 26223

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Reflexão sobre as atribuições de um Senador da República. Registro das iniciativas promovidas pelo conjunto “AfroReggae”, colaborando para que jovens se afastem do narcotráfico. Preocupação com a questão da segurança no Estado de São Paulo. Transcrição de Nota Técnica sobre a Lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal. 26228

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Manifestação sobre os pronunciamentos dos Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e da Senadora Fátima Cleide, na presente sessão. Questionamento sobre a proposta do presidente Lula de instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte. 26224

1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Comentários sobre a matéria intitulada “Contador diz ter discu-

tido pagamento com ministro", publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 13 de junho último. 26253

SENADOR **JOÃO TENÓRIO** – Comentários sobre o editorial intitulado "*Reforço contra crises*", publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 19 de junho último. 26255

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro da matéria intitulada "*Oposição diz que 'Voz do Brasil' boicota críticas a Lula*", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 do corrente. 26256

SENADOR **JOÃO BATISTA MOTTA** – Registro da matéria intitulada "*Chirac critica Lula por falta de flexibilidade*", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 18 de julho último. 26257

SENADOR **MARCOS GUERRA** – Registro da matéria intitulada "*Oposição vai à Justiça contra uso de cadastro do Bolsa-Família*", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 30 de junho último. 26258

SENADOR **PAULO OCTÁVIO** – A educação e a cultura como principais elementos na guerra contra a violência..... 26259

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 186, de 2006. 26260

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.585 a 1.598, de 2006. 26260

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 127ª Sessão não deliberativa, em 7 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Octávio, Roberto Saturnino, Ney Suassuna,
Heráclito Fortes e Eduardo Suplicy*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 436/06/PS-GSE

Brasília, 1º de agosto de 2006

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 6.421/05, do Senado Federal (PLS nº 349/04, na origem), que acrescenta § 7º ao art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispondo que o fornecedor disponibilizará ao consumidor, enquanto não for sanado o vício, produto idêntico ou similar ao produto viciado”.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino Bloco/PT – RJ) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino Bloco/PT – RJ) – O Senhor Presidente da República adotou, em 3 de agosto de 2006, e publicou em 4 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 315, de 2006**, que “Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e

revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Alvaro Dias (PSDB)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	2. Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. vago
César Borges (PFL)	4. vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. vago

PMDB

Ney Suassuna	1. Alberto Silva
Luiz Otávio	2. Wellington Salgado de Oliveira
Valdir Raupp	3. vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	1. vago
Sibá Machado (PT)	2. vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	3. vago

PTB

Mozarildo Cavalcanti	1. Sérgio Zambiasi
----------------------	--------------------

*PSOL

Heloísa Helena	1. vago
----------------	---------

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Henrique Fontana	1. Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	2. Anselmo

PMDB

Wilson Santiago	1. Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	2. Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia
Kátia Abreu

1. Luiz Carlos Santos
2. José Rocha

PSDB

Jutahy Junior

1. Bismarck Maia

PP

Mário Negromonte

1. Benedito de Lira

PTB

José Múcio Monteiro

1. Fleury

PL

Luciano Castro

1. José Carlos Araújo

PSB

Alexandre Cardoso

1. Dr. Ribamar Alves

PDT

Miro Teixeira

1. Álvaro Dias

***PRB**

José Divino

1. Vieira Reis

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **4-8-2006**
- Designação da Comissão: **7-8-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **8-8-2006**
- Emendas: **até 10-8-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **4-8-2006 a 17-8-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **17-8-2006**
- Prazo na CD: **de 18-8-2006 a 31-8-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **31-8-2006**

- Prazo no SF: **de 1º-9-2006 a 14-9-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **14-9-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **15-9-2006 a 17-9-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **18-9-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **2-10-2006** (60 dias)

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino Bloco/PT – RJ) – A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o **Aviso nº 31, de 2006** (nº 308/2006, na origem), encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o relatório sobre as Operações de Administração de Passivos realizadas pela União no que diz respeito ao pré-pagamento do Clube de Paris.

O expediente, juntado ao processado da Resolução nº 20, de 2004, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. P/53/2006

Brasília, 2 de agosto de 2006

Senhor Secretário-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria cópia da documentação discutida e aprovada na Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada em Córdoba, na Argentina, nos dias 19 e 20 de julho próximo passado, bem como cópia do “Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados-Partes do Mercosul”, assinado em 21 de julho de 2006, na Reunião de Cúpula, também realizada naquela cidade Argentina, que confirma a inclusão da Venezuela como membro pleno do Mercosul.

Por último, informo que, nessa mesma Reunião Plenária, o Brasil assumiu a Presidência **Pro Tempore** da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, cujo exercício ocorrerá por todo o segundo semestre de 2006.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente.

DOCUMENTOS FINAIS DA XXVII REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

CÓRDOBA – ARGENTINA

20 E 21 DE JULHO DE 2006

COMUNICADO CONJUNTO DE LOS PRESIDENTES DE LOS ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR

Córdoba, Argentina, 21 de julho de 2006

1. Se realizó en la ciudad de Córdoba, los días 20 y 21 de julio de 2006, la XXX Reunión del Consejo del Mercado Común del MERCOSUR, con la presencia de los Presidentes de Argentina, Néstor Kirchner; del Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; del Paraguay, Nicanor Duarte Frutos; del Uruguay, Tabaré Vázquez Rosas y de Venezuela, Hugo Chávez Frías.
2. Los Presidentes saludaron la participación de los Presidentes de Bolivia, Evo Morales; de Chile, Michelle Bachelet; del Vicepresidente del Ecuador, Alejandro Serrano Aguilar; del Canciller del Perú, Oscar Maurtua; y del representante del Presidente de Colombia, como muestra del interés y la voluntad política del MERCOSUR y de los Estados Asociados en estrechar sus lazos de integración económica, comercial y política.
3. Expresaron también su satisfacción por la presencia del Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros de Cuba, Fidel Castro Ruz; del Canciller de México, Luis Ernesto Derbez; y del Ministro de Comercio de Pakistán, Humayun Katar; en calidad de invitados especiales.
4. Saludaron la presencia del Secretario General de la Asociación Latinoamericana de Integración, del Presidente Ejecutivo de la Corporación Andina de Fomento y de los representantes del Consejo Andino y del Banco Interamericano de Desarrollo.
5. Ratificaron su compromiso con los objetivos y principios del Tratado de Asunción y con la concreción de sus metas y fines.

6. Se congratularon por la suscripción, el 4 de julio de 2006, del Protocolo de Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al MERCOSUR. Destacaron que la incorporación de Venezuela como miembro pleno constituye un hito histórico en la consolidación del proceso de integración, reafirmando el carácter del bloque como instrumento para promover el desarrollo integral, enfrentar la pobreza y la exclusión social, basado en la complementación, la solidaridad y la cooperación, y como medio para fomentar la integración productiva y la inserción de sus economías en el contexto internacional.
7. Coincidieron en que la incorporación de Venezuela al MERCOSUR como miembro pleno contribuirá a dinamizar la agenda del bloque, constituyéndose en un catalizador de debates y acuerdos sobre importantes temas, que representan desafíos pendientes para la profundización del proceso de integración regional y el logro de mayor bienestar y progreso para nuestros pueblos.
8. Expresaron su respaldo a la candidatura de la República Bolivariana de Venezuela, como miembro no permanente del Consejo de Seguridad de la Organización de las Naciones Unidas, para el período 2007-2008, con la convicción de que promoverá el respeto irrestricto a los principios y normas del Derecho Internacional y contribuirá al equilibrio necesario en el tratamiento de los temas de su competencia.
9. En consonancia con las pautas del Programa de Trabajo 2004-2006, evaluaron los temas de atención prioritaria durante este semestre en lo relativo al perfeccionamiento del MERCOSUR, en los ámbitos económico-comercial, institucional, social, cultural, político y energético.
10. En tal sentido y en lo que respecta a la profundización de la Unión Aduanera, expresaron su satisfacción por la implementación de la primera etapa de la Decisión CMC Nº 54/04, relativa a la eliminación del doble cobro del Arancel Externo Común. Teniendo en cuenta los objetivos fijados para la Segunda etapa de dicha norma, instruyeron a continuar los trabajos de cara a la definición del mecanismo de distribución de la renta aduanera, conforme al cronograma previsto y los términos de esa misma Decisión.
11. En ese mismo marco, se congratularon por los acuerdos arribados en torno a las definiciones y lineamientos del Código Aduanero del MERCOSUR, que constituyen un paso significativo para la redacción del texto del Código, a partir del segundo semestre de 2006.

12. Expresaron su satisfacción por los avances verificados en lo que atañe a los regímenes aduaneros especiales de importación, con la aprobación de dos Decisiones que, respectivamente, definen los regímenes nacionales que permanecerán vigentes en razón de su limitado impacto económico y finalidad no comercial e identifican sectores para el establecimiento de regímenes comunes.

13. Manifestaron la necesidad de avanzar hacia la definición de mecanismos de examen del impacto de las políticas públicas en el comercio intrazona y en la localización de inversiones.

14. Resaltaron los progresos de los trabajos previos a la implementación del Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM), que constituye un avance significativo en el tratamiento de las asimetrías, la promoción de la cohesión social y el fortalecimiento del proceso de integración. En este sentido, reconocieron los avances en la elaboración del anteproyecto de primer presupuesto, que contemplará recursos destinados a la ejecución de proyectos piloto con fuerte impacto en los ciudadanos del MERCOSUR. Se comprometieron, asimismo, a realizar los mayores esfuerzos para concretar la puesta en marcha del FOCEM durante 2006, e instaron a los Parlamentos a concluir el trámite de aprobación legislativa de la Decisión CMC Nº 18/05.

15. Expresaron su interés por la pronta implementación del "Programa de Acción MERCOSUR Libre de Fiebre Aftosa" (PAMA), que contribuirá a mejorar la situación de la salud animal y propiciará condiciones de comercialización más favorables para los productos agropecuarios del MERCOSUR. En este mismo marco, tomaron nota de los progresos registrados en la definición del Proyecto Piloto, a financiar a través del FOCEM.

16. Estimaron positivamente el progreso verificado en materia de contrataciones públicas en el MERCOSUR, a través de la adopción del Protocolo de Contrataciones Públicas, que permitirá que empresas de la región reciban un trato no discriminatorio en las licitaciones públicas.

17. Expresaron su beneplácito por la conclusión de la VI Ronda de Negociaciones para la Liberalización del Comercio de Servicios, que incrementa la transparencia y mejora las condiciones de acceso del comercio de servicios. En el mismo marco, valoraron los avances en la armonización de normas que

facilitan el intercambio en la materia, en particular en las que posibilitan la inscripción de empresas de un Estado Parte en otro y las que agilizan el movimiento de personas físicas.

18. Recibieron con agrado la propuesta argentina, presentada en la Reunión de Ministros de Economía y Presidentes de Bancos Centrales, de crear un Banco de Desarrollo del MERCOSUR para financiar proyectos de infraestructura y, a su vez, consolidar una estrategia financiera para la región. En tal sentido, alentaron a proseguir los trabajos en torno a esa iniciativa.

19. Asimismo, se congratularon por los avances alcanzados en el proyecto de interconexión gasífera Gran Gasoducto del Sur, propuesta de alianza entre las operadoras energéticas nacionales en el marco de la Iniciativa Petrosur. En tal sentido manifestaron su beneplácito por la incorporación de Uruguay, Paraguay y Bolivia a este proyecto, así como por todas aquellas iniciativas que buscan consolidar la red de gasoductos Sur-Sur, y que servirán como plataforma para la integración energética, política y social de los pueblos de la región.

20. Tomaron nota de los trabajos realizados en el seno del Grupo de Alto Nivel sobre Reforma Institucional (GANRI) en el marco del proceso de reforma institucional del MERCOSUR y manifestaron su compromiso para continuar avanzando en esta tarea, con el objeto de dotar al MERCOSUR de una mayor institucionalidad, paralelo al progreso de la integración hacia los objetivos del Tratado de Asunción.

21. Remarcaron los esfuerzos realizados por los Estados Partes para acelerar el proceso de incorporación de las normas MERCOSUR a sus ordenamientos jurídicos nacionales. Reconocieron, asimismo, la prioritaria atención que merece continuar con esa tarea, esencial para la consolidación jurídica, política y económica del MERCOSUR.

22. Teniendo en cuenta los compromisos adoptados en el Protocolo de Ushuaia, manifestaron su beneplácito por el afianzamiento de los procesos democráticos en la región, marco propicio para mejor coordinar políticas y superar desafíos, cumpliendo con las expectativas de nuestros pueblos respecto al MERCOSUR.

23. Expresaron su satisfacción por la labor de la Comisión Parlamentaria Conjunta durante el primer semestre, en relación a la agenda de instalación del Parlamento del MERCOSUR. En este sentido, coincidieron en que supuesta en

marcha constituirá un hito fundamental para consolidar la integración y la vigencia de los valores democráticos del MERCOSUR, contribuyendo a generar una amplia base de participación ciudadana y a reafirmar la legitimidad, la pluralidad y el equilibrio institucional del bloque. Alentaron, asimismo, a la Comisión Parlamentaria Conjunta a continuar trabajando para dar cumplimiento al objetivo de que el Parlamento del MERCOSUR sea instalado antes del 31 de diciembre de 2006 tal cual se ha establecido en su Protocolo Constitutivo. 24.

Celebraron la suscripción del Acta Declarativa entre la Comisión Parlamentaria Conjunta y la Comisión Europea sobre el "Proyecto de Apoyo a la Instalación del Parlamento del MERCOSUR", que constituye una iniciativa de cooperación técnica destinada a apoyar el establecimiento del Parlamento del MERCOSUR. Asimismo, evaluaron la relevancia que está tomando la cooperación de Japón para el MERCOSUR y formularon votos para que la misma continúe diversificándose y creciendo a favor de la integración regional. También expresaron su satisfacción por la aprobación, por parte del Banco Interamericano de Desarrollo, de los Proyectos de Cooperación solicitados por el MERCOSUR.

25. Expresaron su satisfacción por los avances obtenidos en el marco del MERCOSUR político, en áreas como cultura, desarrollo social, migraciones, seguridad pública, educación, salud, medio ambiente y promoción de los derechos humanos, para la generación de políticas dirigidas a favorecer el progreso y el bienestar de los pueblos del MERCOSUR.

26. Teniendo en cuenta los consensos expresados en ocasión de la V Reunión de Ministros de Medio Ambiente del MERCOSUR, resaltaron la importancia de continuar coordinando y armonizando políticas que garanticen la protección del ambiente y los recursos naturales en la región.

27. Reafirmaron la prioridad de definir una Agenda Social Integral y Productiva, orientada a desarrollar iniciativas y políticas activas, para reducir el déficit social, promover el desarrollo humano integral y la integración productiva. En este sentido, reconocieron la importancia de elaborar un Plan Estratégico de Acción Social para identificar medidas destinadas a impulsar la inclusión social y asegurar condiciones de vida más dignas para nuestros pueblos. A esos efectos, instruyeron a los Ministros con competencia en la temática social a elaborar lineamientos estratégicos que dotarán de contenido a dicho Plan.

28. Asimismo, reafirmaron su voluntad de avanzar hacia la integración productiva regional con desarrollo social con énfasis en la promoción de emprendimientos productivos regionales que incluyan redes integradas, especialmente por PYMES y Cooperativas. A estos fines los Presidentes instruyeron a los Ministros de las áreas vinculadas con la producción a definir las pautas que conformarán el Plan de Desarrollo e Integración Productiva Regional. Reconocieron la urgencia de que el MERCOSUR adelante una acción articulada para promover el desarrollo social y productivo y, en ese sentido, instruyeron a sus Ministros a presentar sus aportes durante la próxima Cumbre del MERCOSUR.

29. Se congratularon por la adopción de la Estrategia para el Crecimiento del Empleo en la región, elaborado en el seno del Grupo de Alto nivel Estrategia MERCOSUR para el Crecimiento del Empleo (GANEMPLE), que está integrado por los Ministerios responsables de las políticas económicas, industriales, laborales y sociales de los Estados Partes y que contó con el aporte de las organizaciones económicas y sociales integrantes del Foro Consultivo Económico y Social y de la Comisión Sociolaboral del MERCOSUR. Dicha Estrategia permitirá colocar la cuestión del empleo en todas las instancias institucionales, cuyas decisiones tengan implicancia en esta materia.

30. Destacaron la adopción de acciones concretas para la incorporación del uso de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación para la construcción de un "MERCOSUR digital". En ese sentido, se felicitaron por la aprobación de las normas que consagran la voluntad del MERCOSUR de avanzar hacia la creación de un dominio de internet de primer nivel regional y el reconocimiento de la eficacia jurídica de la "firma electrónica avanzada", que constituyen importantes herramientas en la promoción y reafirmación de la identidad tecnológica del bloque y en la garantía de la autoría e integridad de los documentos digitales en el ámbito del MERCOSUR.

31. Celebraron los avances en las tareas de la Reunión Especializada de Promoción Comercial Conjunta del MERCOSUR (REPCCM), con el objetivo de incrementar la exportación de productos del MERCOSUR a los diversos mercados externos. En este sentido, manifestaron su pleno apoyo a la amplia agenda de trabajo prevista para el año en curso.

32. Reiteraron el empeño del MERCOSUR en expandir e intensificar sus lazos comerciales con diferentes países y grupos de países de otras regiones, como forma de obtener la apertura de nuevos mercados y mayor proyección del bloque como actor en el escenario internacional y de contribuir para sus respectivos proyectos de desarrollo. Dichas negociaciones deben implicar beneficios concretos en términos de creación de comercio, con especial atención para los intereses de las economías menores del MERCOSUR.

33. Consideraron la evaluación formulada a nivel Ministerial en Viena, en el mês de mayo de 2006, sobre el estado de las negociaciones para un Acuerdo de Asociación entre el MERCOSUR y la Unión Europea. En este sentido, reiteraron la necesidad de que la UE tome en consideración las demandas del bloque en materia de flexibilidad y trato más favorable, a fin de retomar a la brevedad el proceso negociador, con el objetivo de alcanzar un Acuerdo que resulte beneficioso para ambos bloques.

34. Celebraron la suscripción, el día de ayer en la ciudad de Córdoba, de un Acuerdo de Complementación Económica entre el MERCOSUR y Cuba, que establece un programa de liberalización comercial basado en la multilateralización de las preferencias arancelarias otorgadas en los acuerdos bilaterales que los países del bloque mantenían vigentes con Cuba y aspectos normativos referidos al acceso a los mercados, destinados a otorgar seguridad jurídica a los operadores comerciales.

35. Expresaron su beneplácito por la suscripción, también formalizada en oportunidad de esta Cumbre, del Acuerdo Marco de Comercio entre el MERCOSUR y la República Islámica de Pakistán, que fija las bases para iniciar negociaciones comerciales tendientes al incremento de los flujos bilaterales de comercio, a través de un acceso efectivo a los mercados, por medio de concesiones mutuas.

36. Tomaron nota de los progresos verificados, durante el semestre pasado, en las negociaciones para el acuerdo de libre comercio entre el MERCOSUR e Israel, que permitieron avanzar en la discusión y definición de los aspectos normativos del acuerdo y en el intercambio de listas de productos.

37. Señalaron el deseo de impulsar y concluir en el corto plazo las negociaciones para un Acuerdo de Libre Comercio con el Consejo de Cooperación de los Estados Árabes del Golfo (CCG). Igualmente, enfatizaron la importancia de los entendimientos para la expansión del acuerdo preferencial con India y la ampliación del acuerdo con la Unión Aduanera del África Austral (SACU), así como el interés de examinar, con ambas contrapartes, las modalidades de una futura área de libre comercio trilateral.

38. Destacaron la importancia del Sistema Multilateral de Comercio regulado por la OMC y de la conclusión exitosa de la actual Ronda del Desarrollo. Con tal fin reafirmaron que resulta necesario alcanzar un resultado ambicioso en agricultura que contemple una reducción sustancial de los subsidios domésticos, la eliminación de los subsidios a la exportación y la apertura del acceso al mercado de los países desarrollados. Expresaron que, al mismo tiempo, es necesario asegurar que los compromisos asumidos en las demás áreas sean equilibrados y faciliten la sustentabilidad de las políticas económicas e industriales de los países en desarrollo.

39. Señalaron su preocupación sobre la falta de coincidencias hasta el momento para alcanzar esos objetivos. Instaron a los países desarrollados a mostrar la necesaria voluntad política y flexibilidad a fin de superar las diferencias y concluir las negociaciones antes de finalizar el año 2006.

40. Remarcaron la conclusión exitosa del examen del MERCOSUR en el ámbito del Comité de Acuerdos Comerciales Regionales de la OMC, en el que la Presidencia Pro Tempore Argentina expuso, en representación del MERCOSUR, acerca de los avances en el proceso de integración desde 1997.

41. Destacaron la tarea desarrollada por la Comisión de Representantes Permanentes del MERCOSUR y tomaron nota de la aprobación de sendas Decisiones propuestas por la Presidencia CRPM, que contemplan la creación del Instituto Social del MERCOSUR y el establecimiento de un Grupo de Alto Nivel para el diseño del Instituto MERCOSUR para la capacitación de los Funcionarios de las Administraciones Públicas.

42. Reconocieron la relevancia de las cooperativas y demás empresas y organizaciones de la economía social, cuya promoción consagra la Recomendación 193 de la OIT, en el desarrollo de los países y la búsqueda de la cohesión social. En este sentido y a los efectos de coadyuvar al desarrollo cooperativo, manifestaron su compromiso de promover la internalización de la mencionada Recomendación en los respectivos ordenamientos jurídicos nacionales.

43. Celebraron la consolidación del Programa SOMOS MERCOSUR y enfatizaron que la participación social es central para profundizar el proceso de integración. Manifestaron, asimismo, su beneplácito por la realización del Iº Encuentro por un MERCOSUR Productivo y Social, desarrollado en el marco de esta Cumbre y señalaron la importancia de la necesaria continuidad de esta iniciativa de fomento a la participación social. A su vez, remarcaron la importancia de fortalecer las estrategias de difusión y capacitación sobre los aspectos positivos del proyecto regional.

DOCUMENTOS FINAIS DA XXVII REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

MERCOSUR/CPC/ACTA N° 01/2006

XXVII REUNION PLENARIA DE LA COMISION PARLAMENTARIA CONJUNTA DEL MERCOSUR

En la ciudad de Córdoba, República Argentina, los días 19 y 20 de julio de 2006, se reúne la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR en el marco de la XXVII Reunión Plenaria.

La lista de participantes figura como **Anexo I**.

El Orden del día aprobada figura como **Anexo II**.

Se aprobaron las siguientes recomendaciones, disposiciones y declaración, cuyos textos figuran en el **Anexo III**:

MERCOSUR/CPC/REC. N° 01/06 - INFORME DE ACTIVIDADES DEL PRIMER SEMESTRE DE 2006 DE LA AGENDA DE INSTALACIÓN DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

MERCOSUR/CPC/REC. N° 02/06 - NORMAS Y ACUERDOS DEL MERCOSUR QUE REQUIEREN APROBACIÓN PARLAMENTARIA

MERCOSUR/CPC/REC. N° 03/06 - ERRADICACIÓN DEL TRABAJO INFANTIL

MERCOSUR/CPC/REC. N° 04/06 - CLUSTER EMBRIONARIO DEL MERCOSUR

MERCOSUR/CPC/DISP. N° 01/06 - CUENTAS BANCARIAS DEL PROYECTO UE – CPC: "APOYO A LA INSTALACIÓN DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR"

MERCOSUR/CPC/DISP. N° 02/06 - PROGRAMA DE INTRODUCCIÓN Y ENTRENAMIENTO EN MERCOSUR

MERCOSUR/CPC/DISP. N° 03/06 - MODIFICACIÓN DEL REGLAMENTO DE LA CPC

MERCOSUR/CPC/DECL. N° 02/06 - A 180 AÑOS DEL CONGRESO ANFICTIONICO DE PANAMA

De acuerdo al orden del día aprobado se trataron los siguientes temas:

1.- Parlamento del MERCOSUR

Los Presidentes de cada Sección Nacional presentaron un informe del estado del trámite de incorporación del **Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur** en los parlamentos nacionales y dieron su aprobación al informe presentado por la Presidencia Pro Tempore respecto a los avances de la agenda de instalación del Parlamento del MERCOSUR del primer semestre de 2006, el cual figura como Anexo a la REC.01/2006.

2.- Cooperación con la Unión Europea

Los Parlamentarios aprobaron el Plan operativo Global del Convenio CPC – UE “Apoyo a la instalación del Parlamento del MERCOSUR” que figura como **Anexo IV**.

Firma del Acta de declaración UE – CPC

Los Parlamentarios se congratularon por la firma del acta declarativa UE-CPC, manifestando su satisfacción por la pronta puesta en marcha del convenio de cooperación. (**Anexo V**)

Apertura de las cuentas bancarias del Convenio

Se aprobó mediante Disposición 01/2006 la autorización de las firmas para la apertura y funcionamiento de las cuentas bancarias del proyecto y demás órdenes de pago emitidas en el marco del mismo.

3.- Agenda CPC del segundo semestre del año 2006

Se consideró y aprobó la propuesta de agenda de actividades de la CPC para el segundo semestre del año 2006 (**Anexo VI**)

4.- Incorporación de Venezuela

La Delegación venezolana, agradeció a la CPC su generosidad por la pronta modificación de su Reglamento Interno, donde se prevé la modalidad de incorporación de los representantes de la Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela.

A su vez agradecieron muy especialmente al Secretario Permanente, por el taller de trabajo realizado en Caracas en el marco de la firma del Protocolo de Adhesión de Venezuela al MERCOSUR.

El diputado Nicolás Maduro de Venezuela propuso incluir en los contenidos del segundo módulo del programa de entrenamiento, el debate sobre las bases del nuevo modelo de integración regional.

El diputado Héctor Lacognata de Paraguay, solicitó que el programa de entrenamiento pueda ser replicado en cualquier país miembro que lo solicite.

A su vez, los parlamentarios propusieron dejar abierto a nuevas sugerencias el referido programa.

5.- Tratamiento de los Proyectos Presentados

El diputado Roberto Conde de Uruguay sugirió tratar durante la próxima reunión semestral con el Foro Consultivo Económico-Social, los proyectos 03-Redes de Información y oportunidades de Negocios del MERCOSUR- y 09 Subcomisión de desarrollo rural.

Pasaron a estudio: proyecto 02 -Registro de control y acreditación de títulos y proyecto 06 Consejo asesor científico para el Parlamento del MERCOSUR.

Respecto a la Recomendación 03/06 sobre erradicación del trabajo infantil, los parlamentarios sugirieron conformar un grupo de trabajo para hacer el seguimiento de este tema en los Estados Partes.

Córdoba, 20 de julio de 2006

Senadora Graciela Bar
CPC de Argentina

Senador Sergio Zambiasi
Presidente de la CPC de Brasil

Senador Alfonso González Nuñez
Presidente de la CPC de Paraguay

Diputado Roberto Conde
Presidente de la CPC de Uruguay

MERCOSUR/CPC/ACTA N° 01/2006/ ANEXO I**Listado de participantes a la XXVII Reunión Plenaria de la CPC****ARGENTINA**

Diputado Alfredo Atanasof – Presidente Pro tempore

Diputado Jorge Giorgetti

Diputado Héctor Daza

Senadora Graciela Bar

Senadora Elda Elida Vigo

Diputado Jorge Argüello

Secretaria Sandra Rogato

Asesora Silvia Lospennato

Asesor José Luís Maurizio

Asesor Martín Boccaci

Asesor Alfredo Carazo

Asesor Leandro Etchichury

Asesora Gabriela Gutiérrez

Asesor Jaime Garreta

Asesor Martín Zilli

Asesor Ruth Diamint

Asesor Luís Seara

Asesor Antonio Colicigno

Secretario Ezequiel Salas

Cesar Mazzucco

Marcelo Canossa

Viviana Cardozo

Marité Arias

BRASIL

Senador Sergio Zambiasi – Presidente de la Sección Nacional

Senador Geraldo Mesquita

Diputado Mauro Passos

Secretario Antonio Ferreira Costa Filho

Asesora Maria Claudia Drummond

Técnico José Mauricio Lima De Souza

Técnico Elbio Fernando Rosa

PARAGUAY

Senador Alfonso González Núñez – Presidente de la Sección Nacional

Diputado Héctor Lacognata

Senadora Ada Solalinde

Diputado Carlos Paoli

Secretario Edgar Lugo

URUGUAY

Diputado Roberto Conde – Presidente de la Sección Nacional
Diputado Enrique Pintado
Diputado Juan José Domínguez
Senador Eduardo Ríos
Diputado Álvaro Lorenzo
Diputado Diego Cánepa
Diputado Doreen Ibarra
Diputado José Quintín Olano
Secretario Luís Berrutti

VENEZUELA

Diputado Nicolás Maduro Moros – Presidente de la Delegación
Diputado Ramón Darío Vivas
Diputado Carlos Escarra Malavé
Diputado José Ricardo Sanguino
Diputado Rodrigo Cabezas
Diputado Calixto Ortega
Diputado Alberto Castellar
Diputado Alfredo Murga
Diputado William Querales
Diputado Erasmo Marcano
Diputada Marelis Pérez
Asistente Gabriel Giménez
Asistente Lenis Contrera
Asistente Carmen Núñez
Asistente Ingrid Carmona

SAPP

Oscar Casal – Secretario Permanente
Mauricio Rinaldi
Valeria Barboza
Florencia Segu

CHILE

Senador Roberto Muñoz
Diputado Eduardo Saffirio
Diputado Claudio Alvarado
Diputado Rene Alincos Bustos

MEXICO

Senadora Cecilia Romero
Diputado Luís Ramírez
Diputado Jesús Morales Flores
Diputada Adriana González Carrillo
Diputada Marisol Vargas
Diputado Luís Espinosa
Diputado Jorge Martínez Ramos
Diputado Jesús González Schmall

INVITADOS ESPECIALES

Embajador Gustavo Martín Prada – Jefe Delegación UE en Argentina
Sr. Jérôme Poussielgue – Delegación de la UE ante Uruguay y Paraguay
Diputada Jhannett Madriz - Parlamento Andino
Diputada Juana Vallejos – Parlamento Andino
Diputado Filinto Durán – Parlamento Venezuela
Diputado Walter Gavidia – Parlamento Venezuela

MERCOSUR/CPC/ACTA N° 01/2006/ANEXO II**XXVII REUNIÓN PLENARIA DE LA COMISIÓN
PARLAMENTARIA CONJUNTA DEL MERCOSUR****ORDEN DEL DÍA****1) Parlamento del Mercosur**

- Estado de incorporación del Protocolo de PM
- Informe a ser presentado al Consejo del Mercado Común.

2) Cooperación UE – CPC

- Varios
- Proyecto de Disposición sobre apertura de cuentas
- Acta declarativa Comisión Parlamentaria Conjunta con la Unión europea

3) Agenda del segundo semestre**4) Incorporación de Venezuela al MERCOSUR**

- Proyecto de Disposición sobre Programa de capacitación y entrenamiento en Mercosur
- Proyecto de Disposición sobre Reforma del Reglamento CPC

**5) Tratamiento de los Proyectos presentados por las
Secciones Nacionales de la CPC y la SAPP:**

**Proyecto 01 A 180 AÑOS DEL CONGRESO
ANFICTIONICO DE PANAMA**

- Proyecto 02 REGISTRO DE CONTROL Y
ACREDITACIÓN DE TÍTULOS DE GRADO
PARA EL EJERCICIO DE LA ACTIVIDAD
ACADÉMICA EN EL MERCOSUR**
- Proyecto 03 REDES DE INFORMACIÓN Y
OPORTUNIDADES DE NEGOCIOS DEL
MERCOSUR**
- Proyecto 04 TRABAJO INFANTIL**
- Proyecto 05 CLUSTER EMBRIONARIO DEL
MERCOSUR**
- Proyecto 06 CONSEJO ASESOR CIENTÍFICO PARA EL
PARLAMENTO DEL MERCOSUR**
- Proyecto 07 SUBCOMISION PERMANENTE
BIRREGIONAL DE INTEGRACIÓN CON
CHINA**
- Proyecto 08 INTERNALIZACIÓN DE NORMAS**
- Proyecto 09 SUBCOMISIÓN DESARROLLO RURAL**

6) Varios

7) Transmisión de la Presidencia Pro Tempore

ANEXO III

MERCOSUR/CPC/REC.01/2006

INFORME DE ACTIVIDADES DEL PRIMER SEMESTRE DE 2006 DE LA AGENDA DE INSTALACIÓN DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

VISTO:

El tratado de Asunción y el Protocolo de Ouro Preto

Las decisiones 49/04 y 23/05 del Consejo del Mercado Común

CONSIDERANDO:

La labor que ha venido desarrollando la Comisión Parlamentaria Conjunta del Mercosur en relación a la agenda de instalación del Parlamento del MERCOSUR,

LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA RECOMIENDA:

Artículo 1 – Elevar al Consejo del Mercado Común el “Informe de actividades del primer semestre de 2006 de la Agenda de Instalación del Parlamento del Mercosur” de acuerdo a lo establecido en las Decisiones 49/04 y 23/05 del Consejo del Mercado Común.

Córdoba, 20 de julio de 2006

MERCOSUR/CPC/REC.01/2006/ ANEXO I

Informe Comisión Parlamentaria Conjunta del Mercosur Primer Semestre 2006 Presidencia Pro Tempore Argentina

La Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR desarrolló este semestre sus actividades especialmente orientadas a dar cumplimiento a las acciones necesarias para la instalación del Parlamento del MERCOSUR antes del 31 de diciembre de este año en los términos en que nos fuera encomendada esta función como comisión preparatoria por el Consejo del Mercado Común mediante Dec. CMC 49/04.

En el entendimiento de que el logro de los objetivos comunes que se han fijado los Estados Partes al acordar la creación de esta instancia de representación política directa de la ciudadanía de los pueblos del MERCOSUR será de vital importancia para mejorar la calidad normativa de nuestro bloque, contribuyendo a crear normas que sean efectivas y que garanticen un clima de seguridad jurídica y previsibilidad en el desarrollo del proceso de integración, a promover la integración social, la transformación productiva, la equidad social, el desarrollo científico y tecnológico, las inversiones y la creación de empleo ampliando la participación de toda la sociedad esta construcción, en un marco paz, democracia y plena vigencia de los Derechos Humanos, que caracterizan a nuestra región.

Por estos motivos, en el convencimiento de la importancia de la participación de los Parlamentos de los Estados Partes en la profundización del proceso de integración, y de la responsabilidad que nos fuera oportunamente encomendada durante el primer semestre de 2006 la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR, se fijó como objetivos:

- 1) Seguimiento del proceso de incorporación del Protocolo Constitutivo del Parlamento MERCOSUR a los ordenamientos jurídicos nacionales.
- 2) Continuación de las actividades para la instalación del Parlamento MERCOSUR en los términos de la DEC. CMC 49/04 antes del 31 de diciembre de 2006.
- 3) Proyecto de cooperación entre la Unión Europea y la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR para la instalación del Parlamento MERCOSUR.
- 4) Actividades de difusión e intercambio con la ciudadanía sobre la constitución del Parlamento MERCOSUR.
- 5) Incorporación de los parlamentarios de la República Bolivariana de Venezuela a las reuniones y deliberaciones de la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR.

A continuación se detallan las actividades desarrolladas en el cumplimiento de los mencionados objetivos.

1) Estado de incorporación del Protocolo PM en los 4 Parlamentos

		ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAY	URUGUAY
23/05	Protocolo constitutivo del Parlamento del MERCOSUR Firmado en Montevideo el 8 de diciembre de 2006)	Ingresó al H. Senado de la Nación el 12/07/06. Fuente: Presidencia Pro Tempore - - 19.07.2006	Fue aprobado en la Comisión de Mercosur del Congreso Nacional y en la Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara. Se encuentra en la Comisión de Constitución y Justicia. Fuente: CPC Brasil 12 de junio de 2006	Aprobado en el Parlamento con fecha 25 de abril de 2006. Promulgada por el Poder Ejecutivo el 26 de mayo de 2006, número de ley 2925. Fuente: CPC Paraguay - 22.06.2006	Ingresó al Senado el 7/03/2006 y se destinó a la Comisión de Asuntos Internacionales. Carpeta 450/2006 Fuente: CPC Uruguay - 05.04.2006

2) Reuniones de Grupos Técnicos Parlamento Mercosur

Recogiendo la valiosa experiencia desarrollada durante el año 2005 por los académicos y técnicos que constituyeron el Grupo Técnico de Alto Nivel para la elaboración del Protocolo de Parlamento MERCOSUR, quienes junto a esta Comisión redactaron el proyecto de Protocolo que fuera elevado al Consejo del Mercado Común y probado mediante Dec. 23/05, durante este semestre se constituyeron equipos técnicos para la elaboración de las Propuestas de Reglamentación del mencionado Protocolo.

Se constituyeron dos equipos de técnicos uno vinculado a las cuestiones Político Institucionales (GT1) y otro a las acciones Logístico Operativas (GT2) involucradas en este proceso de instalación del Parlamento MERCOSUR.

El GT 1 se encuentra abocado a la redacción de un borrador de reglamento del Parlamento del Mercosur, y elaboró una propuesta de anteproyecto de Acuerdo Interinstitucional entre el Parlamento del MERCOSUR y el Foro Consultivo Económico y Social a ser elevado a la consideración del Parlamento del MERCOSUR para su aprobación definitiva.

Por su parte el GT 2 ha trabajado en el desarrollo de un proyecto de estructura orgánico – funcional del Parlamento MERCOSUR, contemplando las etapas de su puesta en marcha, la organización administrativa de su funcionamiento, y la elaboración de un plan de visibilidad, a ser desarrollado por la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR durante este año, con el objetivo de poner en conocimiento de la ciudadanía la creación de este nuevo órgano.

A su vez, cabe destacar que ambos grupos técnicos han participado de las misiones de la Unión Europea, en el marco del acuerdo sobre el que se informa por separado.

Calendario de reuniones de los GT realizadas:

- 1) Montevideo – 17 de Febrero de 2006
- 2) Asunción – 13 de Marzo de 2006
- 3) Buenos Aires – 18 de Abril de 2006
- 4) Buenos Aires – 14 al 16 de Junio de 2006

3) Convenio de cooperación con la Unión Europea – Breve reseña

Desde el año 2005 la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR se encuentra negociando con la Unión Europea un proyecto de cooperación técnica que sería la segunda fase de un proyecto ejecutado exitosamente con anterioridad por esta Comisión. En particular, en lo que hace a este Convenio (“Apoyo a la instalación del Parlamento del Mercosur”), es la primera vez que, en el marco de la cooperación con la UE, hay una segunda fase de cooperación no prevista originalmente. Esto implicó la realización de diversas gestiones ante la misma, y el logró del apoyo en base a una re-asignación de rubros del programa de cooperación con el MERCOSUR (Memorando sobre cooperación UE – Mercosur 2000 – 2006).

Tal proyecto tiene entre sus metas coadyuvar en la implementación de acciones institucionales a nivel regional, necesarias para la instalación del Parlamento, contribuir a contar con soportes logísticos para su funcionamiento, lo que permitirá desarrollar un trabajo conjunto entre la UE y el MERCOSUR y nutrirse de la mutua experiencia en materia de integración parlamentaria.

En ese marco en el mes de Febrero de 2006 la CPC recibió la Misión de formulación a cargo de los consultores Felipe Tascón y Janis Sakellarios quienes elaboraron el Marco Lógico y el Plan Operativo Global del proyecto, los que presentaron a consideración de la reunión de Presidentes de la CPC en el mes de febrero de 2006.

Posteriormente este proyecto fue sometido a la consideración y aprobado por el Quality Support Group (QSG) que es la entidad encargada de evaluar la factibilidad de las propuestas (de los proyectos) que se presentan y que luego a su vez realiza la evaluación de esas propuestas.

Cumpliendo los procedimientos previstos por el Convenio en el mes de Junio se realizó la misión de elaboración del Plan Operativo Globo (POG), el cual fue presentado a consideración de las Secciones Nacionales de la CPC en la reunión del 15 de junio de 2006 en la ciudad de Buenos Aires y fue sometido a la aprobación de la XXVII Reunión Plenaria de la misma.

Gracias al interés manifestado por la UE y al apoyo recibido por el Comité de Cooperación Técnica del MERCOSUR se han aprobado en tiempo record las de las distintas fases de este Convenio.

En este momento las secciones nacionales están realizando sus consultas en relación al cumplimiento de los compromisos de la Propuesta Financiera de la contrapartida MERCOSUR al financiamiento proveniente de la UE.

De esto modo se están realizando todas las gestiones para proceder a la firma del Convenio de Financiación en el menor plazo posible.

4) Actividades de difusión e intercambio con la ciudadanía sobre la constitución del Parlamento MERCOSUR.

Durante este semestre se han realizado además diversas actividades de difusión e intercambio con la ciudadanía sobre la Constitución del Parlamento MERCOSUR.

Entre ellas cabe destacar la puesta en funcionamiento de un nuevo sitio de Internet de la Comisión Parlamentaria Conjunta en el que se encontrará disponible toda la información respecto de las actividades realizadas por este comisión durante el proceso de instalación, así como toda otra información de interés para los ciudadanos de los Estados Parte del MERCOSUR.

Además la sección argentina de la CPC junto con las comisiones de Relaciones Exteriores y MERCOSUR de la H. Cámara de Diputados de la Nación están desarrollando un ciclo de Audiencias denominado Parlamento del MERCOSUR: la voz de los ciudadanos en la integración.

El objetivo de este ciclo es abrir el seno de estas comisiones a las propuestas de los ciudadanos en torno a los diferentes caminos, herramientas, procedimientos, que el Parlamento MERCOSUR deberá adoptar, de modo de mejor representar los intereses de la sociedad y cumplir con los principios y objetivos para los que ha sido creado.

Hasta la fecha se han realizado tres reuniones dos en la Ciudad de Buenos Aires y una en la ciudad de Córdoba en el marco de la XXVII Reunión Plenaria de la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR, y se prevé para el semestre próxima reuniones en otras provincias como Misiones, Jujuy, Santa Fe y Río Negro.

5) Incorporación de los parlamentarios de la República Bolivariana de Venezuela.

En virtud de la reciente firma del Protocolo de Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al MERCOSUR el pasado 4 de Julio en la Ciudad de Caracas, Venezuela, la Comisión Parlamentaria Conjunta ha integrado en su seno a los parlamentarios designados por la Asamblea Nacional de Venezuela para participar de todas las reuniones y actividades de nuestra comisión.

MERCOSUR/CPC/REC.02 /2006**NORMAS Y ACUERDOS DEL MERCOSUR QUE REQUIEREN
APROBACIÓN PARLAMENTARIA****VISTO:**

El Tratado de Asunción y el Protocolo de Ouro Preto

Las Decisiones N° 20/02, 23/02 y 02/05 del Consejo del Mercado Común.

CONSIDERANDO:

La conveniencia de establecer un mecanismo de coordinación a efectos de dar cumplimiento a lo dispuesto por la Decisión N° 02/05 del Consejo del Mercado Común.

La importancia que para la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR tiene el mantener actualizada la información contenida en el documento "Estado de Incorporación de Normas MERCOSUR con trámite parlamentario y Acuerdos Internacionales del MERCOSUR".

La Recomendación 18/05 de la Comisión Parlamentaria Conjunta que presenta documento referido en el párrafo anterior actualizado al mes de diciembre de 2005.

Que se hace necesario cumplir con la actualización semestral del referido documento,

**LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA
RECOMIENDA:**

Artículo 1 – Remitir al Consejo del Mercado Común, el documento "Estado de Incorporación de Normas MERCOSUR con trámite parlamentario y Acuerdos Internacionales del MERCOSUR" actualizado al 4 de julio de 2006 que figura como Anexo I de la presente recomendación y forma parte de la misma.

Córdoba , 19 de julio de 2006

MERCOSUR/CPC/REC.03/2006**ERRADICACIÓN DEL TRABAJO INFANTIL****VISTO:**

El Tratado Asunción del 26 de marzo de 1991

El Protocolo de Ouro Preto del 17 de diciembre de 1995.

La Convención de los Derechos del Niño, de las Naciones Unidas

Los Convenio OIT 138 y 182 sobre edad mínima de admisión al empleo y la eliminación de las peores formas del trabajo infantil, la esclavitud infantil, el trabajo forzoso, el tráfico de niños, y diversas formas de trabajo peligroso y explotador.

CONSIDERANDO:

Que todo niño que trabaja asume obligaciones de los adultos, renunciando y resignando acciones propias de su edad tales como el juego, el deporte y la escuela.

Que desde el ámbito institucional del MERCOSUR se deben consolidar las bases para la implementación de una política regional en materia de prevención del trabajo infantil.

Que es necesario promover acciones para la asistencia técnica y el financiamiento de programas que combatan estas prácticas.

Que es fundamental favorecer la discusión y la sistematización de políticas preventivas de trabajo infantil a un nivel regional, que articulen los programas existentes en los Estados Partes, a fin de fortalecer esfuerzos y compartir experiencias en este sentido.

Por lo expuesto,

**LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA
RECOMIENDA:**

Artículo 1 - Que los Estado Partes del MERCOSUR coordinen sus acciones y organismos para consolidar la prevención del trabajo infantil, mediante la armonización de medidas y la actualización informativa, con el objetivo de evitar el crecimiento este flagelo a la niñez.

Córdoba, 20 de julio de 2006

MERCOSUR/CPC/REC.04/2006

CLUSTER EMBRIONARIO DEL MERCOSUR

VISTO:

Los avances en acuerdos comerciales región-región imponen impulsar un Cluster Embrionario del MERCOSUR

CONSIDERANDO:

Que es imperioso aunar esfuerzos entre los países integrantes del MERCOSUR a la hora de un mejoramiento genético de nuestras razas bovinas, en la convicción de poder volvernos aún más competitivos e imponer la imagen de la Genética Bovina del MERCOSUR en el mundo.

Genética bovina que, partiendo de los animales en pie, los embriones y el semen, podamos trasladar su prestigio a los productos finales (carne y leche), ampliando de esta manera los mercados tan necesarios para nuestro MERCOSUR.

La apertura de nuevos mercados para la genética bovina del MERCOSUR es en sí mismo todo un desafío que demandará grandes esfuerzos y férreos compromisos de las partes involucradas, es decir: Estado, sector privado y sector académico; conformando una exitosa sociedad que con los logros alcanzados sea verdadero ejemplo de **coopetencia**, palabra necesaria para definir el sentido de cluster en donde **cooperación** y **competencia** resultan indispensables para el objetivo a alcanzar.

Nuestros países vienen avanzando en la integración a través de cadenas de valor, a través de integración biotecnológica, de asociativismos de los representantes de las razas bovinas; sólo nos falta transformar esta oportunidad en la concreción de la gran noticia: que este planteo de alto valor productivo asista a la demanda de alimentos de calidad a las poblaciones que la esperan. Es decir, leche y carne para mejorar el nivel de vida de los habitantes de los países que así lo requieran.

El mundo, cada vez más, necesita animales productores de leche y carne y una mejora genética de esos animales en producción.

El MERCOSUR tiene la posibilidad de acercarle embriones, semen, asistencia técnica y un acompañamiento en los procesos con mejora tecnológica sustancial en los posteriores procesos industriales.

LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA RECOMIENDA:

Artículo 1 - La conformación a través de organismos técnicos y/o grupos de trabajo de los Estados parte, de los estudios pertinentes para llevar a cabo la concreción de un Cluster Embrionario del MERCOSUR.

Córdoba, 19 de julio de 2006

MERCOSUR /CPC /DISP.01/2006

CUENTAS BANCARIAS DEL PROYECTO UE – CPC: “APOYO A LA INSTALACIÓN DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR”

VISTO:

El proyecto de cooperación UE – CPC: “Apoyo a la instalación del Parlamento del Mercosur”.

Las Disposiciones de la CPC 12/05, 13/2005 y 15/2005, así como las actas de la Reunión Plenaria Extraordinaria de la CPC (11 de octubre de 2005) y de la XXVI Reunión Plenaria de la CPC (Montevideo, 6 de diciembre de 2005).

CONSIDERANDO:

Las Disposiciones técnico administrativas de la Unión Europea para la ejecución de los convenios de cooperación así como el Convenio de Financiación del referido proyecto.

LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA DISPONE:

Artículo 1 – El Presidente de la Sección Uruguay de la CPC y el Director de la Unidad de Gestión serán quienes integrarán las cuentas que la Unidad de Gestión deberá abrir para la ejecución del referido Convenio, a nombre de la CPC, mediante firma conjunta de toda documentación y medio de pago.

Córdoba, 20 de julio de 2006

MERCOSUR/CPC/DISP.02/2006**PROGRAMA DE INTRODUCCIÓN Y ENTRENAMIENTO EN MERCOSUR****VISTO:**

Que es de especial interés de la Comisión Parlamentaria Conjunta que una Delegación del Parlamento de la República Bolivariana de Venezuela se incorpore y participe de las reuniones de esta Comisión a efectos de irse familiarizando con el funcionamiento y dinámica de la misma, así como poder acompañar el proceso de modificación de la institucionalidad del Mercosur por el cual esta Comisión será sustituida por el Parlamento del Mercosur.

CONSIDERANDO:

Que los parlamentarios y técnicos de la Asamblea Nacional Bolivariana de Venezuela han manifestado su interés en recibir información sobre la estructura institucional del Mercosur, su funcionamiento, sistema de solución de controversias y demás elementos que hacen al funcionamiento del sistema de integración.

**LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA
DISPONE:**

Artículo 1 – Aprobar el Programa de introducción y entrenamiento en MERCOSUR dirigido a parlamentarios y técnicos de la Asamblea Nacional Bolivariana de Venezuela que figura como Anexo I de la presente Disposición.

Artículo 2.- Designar responsables por la coordinación y ejecución del referido programa a: El Presidente Pro Tempore, el presidente de la Sección de Venezuela y al Secretario Permanente.

Córdoba, 20 de julio de 2006

MERCOSUR/CPC/DISP. 02/2006/ANEXO I**Programa de introducción y entrenamiento en MERCOSUR**

Dirigido a Parlamentarios y técnicos de la Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela

Módulo 1.- La incorporación de Venezuela al MERCOSUR: análisis jurídico y comercial del Protocolo de Adhesión.

- Aspectos jurídicos del Protocolo
- El período de transición hacia la entrada en vigencia del Protocolo
- La incorporación de las normas MERCOSUR al ordenamiento jurídico Venezolano
- El programa de liberación comercial
 - Actualidad y coyuntura
 - Cronograma
- El arancel externo común

Módulo 2.- Estructura institucional del MERCOSUR

- Introducción a las instituciones
- Aspectos jurídicos institucionales
- Aspectos político-institucionales
- El componente democrático en el MERCOSUR : El Protocolo de Usuahia
- La CPC
- El Parlamento del MERCOSUR
- La reforma institucional
- El mapa político del MERCOSUR
- La perspectiva de un MERCOSUR ampliado, que implica la incorporación de Venezuela?
- El MERCOSUR en el mundo: la identificación del rol regional en un mundo multipolar.

Módulo 3.- Sistema de Solución de Controversias del MERCOSUR

- Evolución del sistema de solución de controversias, el Protocolo de Brasilia, antecedentes
- El Protocolo de Olivos
 - El Tribunal Permanente de Revisión
 - Competencias y atribuciones
 - Estructura

Módulo 4.- Aspectos económico – comerciales del MERCOSUR

- La evolución del MERCOSUR en sus primeros 15 años
 - De la zona de libre comercio a la unión aduanera
 - Evolución comercial del MERCOSUR (intra zona y con terceros)
 - El nomenclador común del MERCOSUR
 - Hacia el código aduanero
- El arancel externo común
- Negociaciones con terceros estados y bloques regionales
 - La OMC
 - La Unión Europea
 - EL ALCA
- Principales desafíos para la conformación del Mercado Común

Módulo 5.- El MERCOSUR Social

- Las instituciones del MERCOSUR vinculadas a lo social
- La visión de los actores sociales (empresarios, trabajadores, sector académico, sector cooperativo, tercer sector.)
- Principales logros
- La Declaración socio laboral del MERCOSUR, hacia la carta social?
- La participación de la sociedad civil en el MERCOSUR
- El MERCOSUR cultural y educativo.
- La cuestión de los Derechos Humanos en el MERCOSUR: El informe anual del futuro parlamento.
- El Programa Somos MERCOSUR
- Hacia una política de transparencia y visibilidad
- La generación de una identidad regional

MERCOSUR/CPC/DISP.03/2006**MODIFICACIÓN DEL REGLAMENTO DE LA CPC****VISTO:**

El Tratado de Asunción y el Protocolo de Ouro Preto

Las Decisiones 28/05 , 29/05 y 16/05 del Consejo del Mercado Común

La firma del Protocolo de Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al MERCOSUR el día 4 de julio de 2004

CONSIDERANDO:

Que es de especial interés de la Comisión Parlamentaria Conjunta que una Delegación del Parlamento de la República Bolivariana de Venezuela se incorpore y participe de las reuniones de esta Comisión a efectos de irse familiarizando con el funcionamiento y dinámica de la misma, así como poder acompañar el proceso de modificación de la institucionalidad del Mercosur por el cual esta Comisión será sustituida por el Parlamento del Mercosur.

LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA DISPONE:

Artículo 1 – Modificar el reglamento de la CPC, incorporando en las Disposiciones Transitorias, el artículo 36 con el siguiente texto:

Artículo 36**Participación de las delegaciones parlamentarias de los Estados en proceso de adhesión al MERCOSUR**

Los integrantes de las delegaciones de los Congresos /Asambleas Nacionales de los Estados en proceso de adhesión, participarán de las sesiones de la Comisión Parlamentaria Conjunta y de sus Subcomisiones con voz pero sin voto.

Los integrantes de las delegaciones parlamentarias de los Estados en proceso de adhesión, serán elegidos por sus respectivos Congresos / Asambleas Nacionales, de entre sus miembros en ejercicio de sus mandatos. El número de integrantes será de 16 titulares e igual número de suplentes.

Las delegaciones citadas tendrán una Mesa Ejecutiva compuesta por un Presidente, hasta dos Vicepresidentes, un Secretario General y un Secretario Adjunto y será elegida en la forma en que lo consideren más conveniente.

Artículo 2 - Elaborar durante el segundo semestre una propuesta con el objeto de ser entregada al grupo ad hoc creado por el artículo 11 del Protocolo de Adhesión de Venezuela al MERCOSUR, donde se establezca la modalidad de la participación de la delegación parlamentaria de Venezuela en el Parlamento del Mercosur hasta tanto entre en vigor el referido protocolo y posteriormente.

Córdoba, 20 de julio de 2006

MERCOSUR/CPC/DECL.02/2006**A 180 AÑOS DEL CONGRESO ANFICTIONICO DE PANAMA****VISTO:**

Que en el presente mes de junio se conmemora en América latina el 180 aniversario del inicio de las deliberaciones del Congreso Anfictionico de Panamá, convocado por el Libertador Simón Bolívar, primer antecedente de una voluntad política integradora de la América recién liberada y que culminara el 15 de junio de 1826 con la firma del Tratado de la Unión de los Pueblos.

CONSIDERANDO:

Que, la Argentina junto con los países hermanos de Brasil, Uruguay, Paraguay y ahora Venezuela, han venido haciendo esfuerzos conjuntos para abrir espacios comunes que superen los estrechos marcos de los acuerdos comerciales y aduaneros, para avanzar decididamente hacia un MERCOSUR de los pueblos, que contemple prioritariamente la dimensión política, social y cultural, como contracara de doctrinas y modelos de desarrollo que privilegian intereses que conllevan pobreza y exclusión social

Que la reunión de las Repúblicas Hispanoamericanas de Panamá, según el Libertador, tuvo como objetivo conformar **“una sociedad de naciones hermanas, separadas por ahora y en el ejercicio de su soberanía por el curso de los acontecimientos humanos, pero unidas, fuertes y poderosas para sostenerse contra las agresiones del poder extranjero”**.

Que avizorando la historia a futuro, Simón Bolívar, señalaba entonces que **“el día que nuestros plenipotenciarios hagan el canje de sus poderes, se fijará en la historia diplomática de América una época inmortal. Cuando después de cien siglos, la posteridad busque el origen de nuestro derecho público y recuerden los pactos que consolidaron su destino, registrarán con respeto los protocolos del Istmo. En él encontrarán el plan de nuestras primeras alianzas, que trazará la marcha de nuestras relaciones con el universo. ¿Qué será entonces el Istmo de Corinto comparado con el de Panamá?”**.

Que la Argentina no fue ajena a los albores de la integración así planteada, porque el Libertador General San Martín apoyó las ideas de Bolívar, como también debe destacarse la voluntad política integradora de Juan Domingo Perón, con su idea del ABC entre la Argentina, Brasil y Chile, al señalar que **“nuestro continente, en especial Sudamérica, es la zona del mundo donde todavía, en razón de su falta de población y de su falta de explotación extractiva, está la mayor reserva de materia prima y alimentos del mundo. Esto nos indicaría que el porvenir es nuestro”**.

Que en este devenir histórico, conviene recordar a figuras latinoamericanistas como José Enrique Rodó, Manuel Ugarte, Rufino Blanco Fombona, Francisco García Calderón, que siguiendo esa orientación le dieron marco al rechazo del panamericanismo que luego se plasmaría en la Doctrina Monroe, aquella que determinó en adelante la teoría de **“América para los americanos”**.

Que, los países integrantes del MERCOSUR discuten hoy y están a punto de protocolizar la conformación del Parlamento del MERCOSUR, justo a 180 años de aquella histórica reunión de naciones.

Por todo lo expuesto,

**LA COMISION PARLAMENTARIA CONJUNTA
DECLARA:**

Su interés por destacar la conmemoración del Congreso Anfictiónico de Panamá, convocado por el Libertador Simón Bolívar y realizado en Panamá, entre el 22 de junio y el 17 de junio de 1826, por considerarlo el primer antecedente histórico de la voluntad política de integración de los pueblos desde el río Bravo hasta la Patagonia argentina.

La necesidad de que dicho antecedente y las deliberaciones de los plenipotenciarios de entonces tengan la suficiente difusión, sobre todo a nivel de las distintas curriculas escolares, como para que la idea de la integración se internalice en las nuevas generaciones para hacer realidad, más temprano que tarde, que **"Somos MERCOSUR"**.

Córdoba, 20 de julio de 2006

MERCOSUR

**ACTA DECLARATIVA COMISION PARLAMENTARIA CONJUNTA DEL MERCOSUR CON
LA UNION EUROPEA**

PROYECTO APOYO A LA INSTALACION DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

En la ciudad de Córdoba, República Argentina, a los 20 días del mes de julio de 2006, en ocasión de la XXX Reunión del Consejo del Mercado Común del MERCOSUR, estando presentes los representantes legislativos de la Comisión Parlamentaria Conjunta (CPC), por un lado, y el representante de la Comisión Europea en Argentina, Embajador Gustavo Martín Prada, por otro, convienen en celebrar la siguiente Acta Declarativa:

La CPC manifiesta que la instalación del Parlamento del MERCOSUR constituye un hito en el desarrollo institucional de la integración y consolida y fortalece la vigencia y calidad de la democracia en la región.

La UE, a través de su Representante, expresa disposición para apoyar dicho proceso parlamentario, que considera de vital importancia en la institucionalización del MERCOSUR.

Ambas partes coinciden en evaluar que el "Proyecto para la Instalación del Parlamento del MERCOSUR" presentado por el MERCOSUR a la UE, y hoy en proceso de aprobación por parte de los servicios de la CE, guarda relevancia toda vez que contribuye al objetivo de propiciar mecanismos e instrumentos que servirán para establecer el Parlamento del MERCOSUR.

Tal proyecto, que tiene entre sus metas coadyuvar en la implementación de acciones institucionales a nivel regional, necesarias para la instalación del Parlamento, contribuir a contar con soportes logísticos para su funcionamiento, lo que permitirá desarrollar un trabajo conjunto entre la UE y el MERCOSUR y nutrirse de la mutua experiencia en materia de integración parlamentaria.

Finalmente, las Partes que suscriben la presente Acta Declarativa expresan la mejor disposición para el desarrollo de una cooperación eficaz para el logro de los objetivos propuestos en el proyecto.

**Diputado Alfredo Atanasof
Presidente Pro Tempore**

**Senador Sergio Zambiasi
Presidente Sección Brasil de la CPC**

**Senador Alfonso González Nuñez
Presidente Sección Paraguay de la CPC**

**Diputado Roberto Conde
Presidente Sección Uruguay de la CPC**

**Emb. Gustavo Martín Prada
Jefe de Delegación de la Comisión Europea
en la República Argentina**

MERCOSUR/CPC/ACTA Nº 01/2006/ ANEXO VI**AGENDA DEL SEGUNDO SEMESTRE DE 2006****1. Agosto**

Porto Alegre

- Mesa ejecutiva de la CPC.
- Grupo Técnico.
- Seminario Integración fronteriza.
- 1er modulo Programa Entrenamiento de Venezuela.

2. Setiembre

- Reunión de Grupo Técnico en **Foz Iguazú**.
- Seminario sobre Asimetrías (**Montevideo**) auspiciado por el BID.
- Grupo Técnico (**Montevideo**).
- Mesa Ejecutiva de la CPC

3. Octubre

- Reuniones Grupo Técnico.
- Inicio del período de transición.
- 2do modulo de entrenamiento de Venezuela. (Caracas)

4. Noviembre

- Instalación del Parlamento del MERCOSUR
(6 de noviembre – **Montevideo**)
- Seminario FESUR.
- Seminario con formadores de opinión.

5. Diciembre

- Cumbre de Jefes de Estado en **Brasil**

ATA DE TRANSMISSÃO DA PRESIDÊNCIA *PRO TEMPORE*

ACTA DE TRANSMISIÓN DE LA PRESIDENCIA *PRO TEMPORE*

En la ciudad de Córdoba, República Argentina el día 19 de julio de 2006, se reúnen en el marco de la **XXVII Reunión Plenaria de la Comisión Parlamentaria Conjunta**, las delegaciones de la República Argentina, presidida por el diputado Alfredo Atanasof, de la República Federativa del Brasil, presidida por el senador Sergio Zambiasi, de la República del Paraguay presidida por el senador Alfonso Gonzalez Nuñez y de la República Oriental del Uruguay presidida por el Diputado Roberto Conde. A su vez participa la delegación de la Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela, presidida por el diputado Nicolás Maduro.

En este acto la Sección Nacional Argentina, en ejercicio de la Presidencia Pro Tempore, representada en este acto por su Presidente el Diputado Alfredo Atanasof traspasa la Presidencia *Pro Tempore* a la Sección Nacional Brasileira representada en este acto por su Presidente el Senador Sergio Zambiasi.

Para constancia se labra la presente Acta que firman los señores Presidentes de las cuatro Representaciones nacionales de la Comisión Parlamentaria Conjunta.

Córdoba, 19 de julio de 2006

Diputado Alfredo Atanasof
Presidente de la CPC de Argentina

Senador Sergio Zambiasi
Presidente de la CPC de Brasil

Senador Alfonso González Nuñez
Presidente de la CPC de Paraguay

Diputado Roberto Conde
Presidente de la CPC de Uruguay

ATA DA REUNIÃO ENTRE A CPCM E O FÓRUM CONSULTIVO ECONÔMICO E SOCIAL

ACTA DE REUNIÓN ENTRE LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA Y EL FORO CONSULTIVO ECONÓMICO SOCIAL

En la ciudad de Córdoba, República Argentina, el 19 de julio de 2006 se reúnen en el marco de la XXVII Reunión Plenaria de la Comisión Parlamentaria Conjunta, representantes de la misma con representantes del Foro Consultivo Económico Social (FCES).

En dicha ocasión, y en vistas a la instalación del Parlamento del Mercosur que sustituirá a la Comisión Parlamentaria Conjunta en la estructura institucional del MERCOSUR, los representantes de ambos órganos resuelven aprobar como anteproyecto a presentar a la consideración del Parlamento del Mercosur en su momento, el borrador de Acuerdo Interinstitucional entre dicho organismo y el Foro Consultivo Económico Social que figura como Anexo I de la presente.

POR LA COMISIÓN PARLAMENTARIA CONJUNTA

Diputado Alfredo Atanasof
Presidente *Pro Tempore*

Senador Sergio Zambiasi
Presidente de la Sección Brasil de la
CPC

Senador Alfonso González Nuñez
Presidente de la Sección Paraguay de
la CPC

POR EL FORO CONSULTIVO ECONÓMICO Y SOCIAL

Diputado Roberto Conde
Presidente de la Sección Uruguay de
la CPC

Diputado Nicolás Maduro Moros
Presidente de la Delegación de
Venezuela

Jorge Zorreguieta
Coordinador *Pro Tempore*

Anexo I**ANTEPROYECTO DE ACUERDO INTERINSTITUCIONAL
PARLAMENTO DEL MERCOSUR- FORO CONSULTIVO ECONÓMICO -
SOCIAL****VISTO:**

El Tratado de Asunción, del 26 de marzo de 1991 y el Protocolo de Ouro Preto, del 17 de diciembre de 1994

El Protocolo de Parlamento del Mercosur aprobado por Decisión 23/05 del Consejo del Mercado Común el 8 de diciembre de 2005

CONSIDERANDO:

Que la instalación del Parlamento del MERCOSUR, con una adecuada representación de los intereses de los ciudadanos de los Estados Partes, significa un aporte a la calidad y equilibrio institucional del MERCOSUR

Que es de especial interés de los parlamentarios del MERCOSUR el crear un espacio común en el que se refleje el pluralismo y las diversidades de la región, y que contribuya a la democracia, la participación, la representatividad, la transparencia y la legitimidad social en el desarrollo del proceso de integración y de sus normas.

Que un mecanismo de consulta ha sido una inquietud histórica del Foro Consultivo Económico - Social en relación al Grupo Mercado Común y que los parlamentarios del MERCOSUR consideran de vital importancia conocer la opinión de las organizaciones sociales, económicas, sindicales y empresariales del Mercosur pues en ellos se encuentra el motor principal del desarrollo económico del bloque.

ATENTOS a la importancia de fortalecer el ámbito institucional del MERCOSUR en el diálogo, la participación y el intercambio con los distintos actores institucionales, para avanzar en los objetivos previstos de armonización de las legislaciones nacionales en las áreas pertinentes y agilizar la incorporación a los respectivos ordenamientos jurídicos internos de la normativa del MERCOSUR, que requiera aprobación legislativa.

EL PARLAMENTO DEL MERCOSUR**Y**

EL FORO CONSULTIVO ECONÓMICO - SOCIAL

ACUERDAN:

Sentar las bases para un fructífero diálogo en virtud del cual,

- 1) el Parlamento del MERCOSUR y el Foro Consultivo Económico - Social (FCES) asumen el compromiso de reunirse al menos una vez por semestre con el fin de intercambiar informaciones y opiniones sobre el desarrollo del Mercosur en general y de los asuntos en trámite en ambos organismos que se consideren, previa consulta, de interés mutuo.

Sin perjuicio de ello, cualquiera de las partes del acuerdo puede solicitar de la otra una reunión extraordinaria, previa propuesta de la agenda de temas de interés mutuo a ser tratados en la misma.

- 2) el Parlamento del MERCOSUR asume el compromiso de consultar la opinión del FCES en todos aquellos asuntos de la integración regional que estime oportuno.

El FCES podrá remitir, por propia iniciativa, opinión sobre temas en consideración en el Parlamento del MERCOSUR que representen intereses relevantes de las organizaciones que integran el FCES.

- 3) el Foro Consultivo Económico - Social asume el compromiso de responder a las consultas que le efectúe el Parlamento del Mercosur, y éste, a considerar las opiniones del FCES, en los términos que se establezcan en la Reglamentación de las consultas del presente acuerdo.

- 4) El Parlamento del MERCOSUR se comunicará con el FCES a través de la unidad orgánica pertinente. La coordinación *Pro tempore* del FCES se comunicará con el Parlamento del MERCOSUR a través de su Secretaría Técnica.

....., de de 200...

Por el Foro Consultivo Económico y Social

Por el Parlamento del MERCOSUR

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino Bloco/PT – RJ) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo hoje à tribuna para defender os pequenos agricultores nordestinos e, em especial, os pequenos agricultores do meu Estado da Paraíba.

Tenho percorrido o interior da Paraíba – como sempre faço quando os trabalhos desenvolvidos aqui no Senado me dão uma pequena folga – para tomar conhecimento, em contato pessoal com o povo que represento nesta Casa, dos problemas que o afligem, das demandas que são consideradas as mais importantes e urgentes.

E, nessas andanças, o que apurei é que nada é mais desesperador do que a situação precária e – eu diria – agonizante do pequeno agricultor de meu Estado, principalmente do pequeno agricultor que possui sua pequena gleba na região do Semi-Árido.

O problema da região seca do Nordeste é secular, todos nós sabemos disso. Como também é secular o descaso do Poder Público com o sertanejo nordestino. Esse descaso, por vezes, é descaso mesmo.

Mas, muito freqüentemente, o descaso nem é intencional, mas fruto da ignorância; é resultado do fato de que quem decide não conhecer a realidade dos fatos, de que quem decide apenas ouvir falar sobre a situação do sertanejo, ouvir falar pela boca dos outros, mas sem ir lá e ver. Ou, então, que pegou uma tabela, uma estatística, cheia de números e achou que entendeu. Mas não entendeu! Porque os números servem para ajudar a conhecer uma situação – não estou dizendo que não servem –, mas não substituem o contato direto com a realidade. Só sabe mesmo quem vai lá e conversa com as pessoas, olha nos olhos delas, ouve o que elas têm a dizer!

Então, o que ocorre, Sr. Presidente, é que há boa vontade do Governo Lula para resolver a situação do nordestino e do sertanejo nordestino.

Ora, nosso Presidente é um homem que veio de lá! Ele conhece a situação por ter estado lá; ele não ouviu falar de longe.

Mas os técnicos que escrevem os programas de governo, que dizem como vai ser a política agrícola, que decidem como vai se dar a renegociação das dívidas, esses não estiveram lá; apenas olharam para papéis e gráficos; não olharam no rosto das pessoas.

É mais ou menos isso que acontece com as regras que acabaram saindo para a renegociação das dívidas dos agricultores do Nordeste. As regras ajudam a melhorar uma situação desesperadora, mas ainda não são suficientes. E nem vêm, Sr. Presidente, na velocidade que é preciso.

O Congresso Nacional havia aprovado um projeto de lei que tratava a questão da dívida agrícola dos produtores rurais do Nordeste de uma maneira mais abrangente, mais generosa, mais justa e mais satisfatória.

Era o Projeto de Lei nº 4.514, de 2004. Por essa proposta, os agricultores nordestinos teriam 25 anos para pagar suas dívidas, com 4 anos de carência e juros entre 1,5% e 5%. Mas esse projeto foi vetado pelo Poder Executivo.

No lugar dele, o Poder Executivo mandou para o Poder Legislativo a Medida Provisória nº 285, que acabou de ser aprovada pelo Congresso no último dia 13 de julho, sendo convertida na Lei nº 11.322.

Por isso, reconheço o esforço do Governo em achar uma solução para os problemas dos agricultores que atuam na área da Adene – Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a antiga Sudene.

Mas quero dizer também que as condições para a renegociação das dívidas agrícolas, condições trazidas pela nova lei (Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006), não vão resolver definitivamente o problema.

Aprovamos aqui, e o Presidente sancionou, a formatação possível no presente momento conjuntural. Agora, urge a regulamentação de alguns dispositivos pelo Conselho Monetário Nacional. Entretanto, os produtores não podem continuar na dependência da Resolução do Conselho Monetário Nacional.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o agricultor nordestino já se dedica a uma atividade de alto risco em razão das incertezas climáticas que vão determinar se haverá ou não colheita em quantidade suficiente para compensar o esforço do plantio.

No semi-árido, essa incerteza dobra, triplica, quadruplica. Por razões óbvias. Não é necessário aqui destacar a importância que tem a agricultura para um imenso contingente populacional, para centenas de Municípios do interior do Nordeste.

E o que testemunham os que percorrem, como eu, essa região de carências e de gente forte e determinada?

Testemunham uma situação desesperadora, em que o pequeno agricultor corre não somente o risco do clima, mas o risco ainda maior e definitivo de perder suas terras para os bancos, porque a dívida com os bancos aumentou feito uma bola de neve, a colheita não

foi capaz de gerar os recursos necessários para pagar o que se deve e o banco ameaça tomar a terra.

Nós já tínhamos errado quando não incluímos as contas dos agricultores que estavam na dívida ativa. E o que aconteceu? Esses ficaram fora. Nós tratamos as mesmas pessoas de modo diferenciado – os que já tinham sido executados e os que ainda não tinham sido executados. Estamos tentando corrigir esse erro nosso, mas o que vemos é que está havendo uma grande dificuldade.

Recebi associações, recebi agricultores e sei que essa situação é realmente terrível! Enquanto o banco não toma a terra, o agricultor, que ainda está lutando para manter a sua pequena gleba, não consegue novos financiamentos. Ele não tem mais crédito. A época do plantio está chegando, e ele está de mãos atadas. Não pode fazer nada.

É por isso, Presidente, que eu, aqui no Senado, no meu papel de nordestino, representante deste povo sofrido, não estou contente. Penso que os instrumentos da nova lei não serão suficientes para resolver a situação, que é grave.

Isso sem contar, Sr. Presidente, com quem plantou. Ou seja, aquelas pessoas que estavam plantando sisal ou algaroba e que também tiveram um prejuízo gigantesco. No caso da algaroba, por exemplo, nem deu madeira nem deu alimento para o gado; ao contrário, ela é até venenosa para o sistema nervoso do gado. Além disso, hoje, a fibra de agave é utilizada apenas para fazer cordinha para amarrar o feno na Europa e nos Estados Unidos, a fim de que o gado não coma aquela cordinha plástica e venha a morrer.

Nós temos tido azar porque o algodão bicudo está arrasado; a oiticica praticamente deixou de existir; a carnaúba, que era difícil e da qual se tirava a cera de carnaúba, perdeu mercado. Com relação ao sisal, sobra ainda uma pequena cultura para a alimentação, para a subsistência.

E por isso não vou desanimar. Vou cobrar melhores benefícios para a renegociação das dívidas dos agricultores nordestinos.

Vou pressionar o Governo. Vou continuar batendo à porta dos gabinetes. Vou solicitar audiências.

Vou articular apoios no Congresso para levar a essa gente, aos agricultores o alívio merecido para o infortúnio financeiro que é pior e mais fatal que o infortúnio da natureza.

O Nordeste merece ser tratado de modo melhor. O Nordeste, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, merece ser tratado com mais respeito.

Muito obrigado.

O Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Com a palavra o nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Sr^{as} e Srs Senadores, há questões diversas que para mim são cruciais para o momento que o Brasil vive e que não estão sendo discutidas na campanha presidencial e tampouco aqui no Congresso Nacional. São temas que definem rumos para o destino desta Nação. Por exemplo, se as empresas estatais devem se aprofundar na sua ação desenvolvimentista ou se elas devem ser privatizadas. Isto é, se se deve retomar a política de privatização. Ou, então, se deve ou não ser criada uma empresa estatal para desenvolver o biocombustível, que se apresenta como a mais promissora perspectiva da economia brasileira de hoje, ou melhor, da própria integração social na medida em que, para a sua produção, certamente se gerarão muitos empregos, centenas de milhares de empregos; se o Estado deve cuidar do desenvolvimento por meio de políticas públicas e definir esse desenvolvimento em termos sociais ou se deve deixar esse cuidado ao mercado, como entidade orientadora de toda a economia do País. Enfim, se o Estado deve continuar, por meio de políticas públicas, a sua ação distributivista, com programas como o Bolsa-Família, crescimento real do salário família, microcrédito, microcrédito assistido, reforma agrária, crédito para agricultura familiar, ou se ele deve se retrair e conter os seus gastos e confiar no mercado, como fazia até antes do Governo Lula, antes do Governo atual.

Sr. Presidente, há um interessante estudo do BNDES, a que tive acesso na semana passada, que mostra objetivamente, com dados da realidade, que o crescimento do gasto público, que tem sido tão criticado na mídia e muitas vezes aqui no Senado e no Congresso, que o crescimento dos gastos governamentais se deve a esses programas sociais e não a um inchaço ou a um custeio exagerado da máquina pública. Ao contrário, o custeio da máquina pública tem se reduzido, em proporção, enquanto que os gastos públicos com esses programas distributivistas têm-se elevado. Essa é uma questão crucial que precisa ser discutida na campanha também para que a população decida.

É o momento de a população decidir se quer continuar com uma política de empresas estatais desenvolvimentistas e uma política de programas sociais com fins distributivistas. Aliás, não só continuar, mas

também aprofundar essas ações. O momento é esse. É isso que precisa ser bem definido nas propostas de campanha, ser decidido pela população, ser discutido aqui no Congresso em profundidade, com o cuidado que essas questões merecem, tendo em vista o seu caráter decisivo para os destinos do País.

Outra questão é a política externa, se ela deve continuar nos termos das prioridades do Governo atual, que se volta para o Mercosul, que aposta no Mercosul, na integração sul-americana e na parceria com outros países que compõem o chamado G-20, ou se ela deve voltar à política tradicional, buscar implementar a Alca e atender prioritariamente aos mercados tradicionais dos Estados Unidos e da Europa, reconhecendo, ou melhor, decretando a falência do Mercosul.

Essas questões é que são importantes. Eu listaria outras mais, Sr. Presidente, incluindo-se nesse rol, por exemplo, investimento maior para as Forças Armadas brasileiras com todas as razões que sustentam a necessidade desse aumento.

Mas, o que me parece é que o Congresso não quer discutir questões que não figuram na lista de preocupações que alimentam os discursos nesta tribuna. O Congresso reflete a mídia; hoje é inteiramente pautado por ela e focaliza quase que só a questão da corrupção. Não que a corrupção não tenha importância. Tem, mas é preciso tratar de outras questões. A corrupção está sendo tratada nas Comissões Parlamentares de Inquérito. Tudo bem que vez por outra o tema seja abordado aqui no Senado porque se trata de uma questão muito importante, mas não lhe pode ser dado um enfoque tão importante, capaz de obstruir a discussão e o debate sobre essas outras matérias que vão definir o destino do Brasil, da população, do povo brasileiro.

Mas, claro, é mais fácil discutir a corrupção porque dá mídia e, dando mídia, dá votos. Também interessa à mídia discutir a corrupção porque o escândalo dá manchete e aumenta a venda de jornal, ao passo que a discussão dessas outras matérias relativas ao destino do Brasil não suscita o mesmo interesse pelos jornais na medida em que não diz respeito ao que o cidadão comum considera o seu interesse imediato. Que não haja desvio de recursos públicos, convenhamos, é muito importante, mas não a ponto de obliterar a discussão de outras matérias que também são decisivas ou mais decisivas porque são polêmicas, ao passo que a questão da corrupção não é polêmica. Todo mundo, em princípio, é contra a corrupção. Todo mundo, em princípio, é a favor da honestidade nos gastos públicos. O que divide as opiniões, que polemiza, enfim, que apresenta o contencioso político são as questões a que me refiro e que não têm merecido a devida atenção

no Congresso Nacional e nem mesmo no debate dos candidatos à Presidência da República, se bem que esses debates, na verdade, só vão ocorrer, com mais profundidade, a partir de 15 de agosto. O fato é que o Congresso Nacional se tornou menos político e mais eleitoral, isto é, busca mais as matérias que refletem na mídia e produzem resultados eleitorais.

A coluna de ontem, da jornalista Tereza Cruvinel, do jornal **O Globo**, levantou um ponto muito interessante. Ela aponta para esse fato, mostrando que há uma despolitização do Congresso em geral, que acaba ficando reduzida a uma instância de fiscalização e de levantamento de investigação de denúncias que nunca param de aparecer, enquanto esquece as questões essenciais sob o ponto de vista político porque, como eu disse, definem o destino do País.

Na verdade, o Congresso assim procede porque a sociedade também está se desligando progressivamente dos temas políticos devidos. Esse individualismo exacerbado, a necessidade de se tornar competitivo para ter uma posição no mercado e, tendo uma posição no mercado, elevar-se na escala social, está tomando conta dos cidadãos de modo geral. Esse fenômeno não ocorre só no Brasil; no mundo inteiro há essa exacerbação do individualismo e esse esquecimento das questões comuns, dos problemas da comunidade e da Nação, daquilo que define a vida de todos e não a vida de cada um isoladamente.

Isto também é uma questão ética: a preocupação com a coletividade e não apenas a preocupação exclusiva com o indivíduo. A justiça fundamenta todo o procedimento e o pensamento ético desde que o homem é homem, desde que o homem começou a viver em sociedade e começou a meditar sobre as questões filosóficas fundamentais da justiça, da ética.

Esse esquecimento e essa busca incessante só do individualismo e só da competitividade relega a um plano inferior esse outro debate, que acaba esmaecendo e acaba quase que desaparecendo do cenário político do País. E a justiça passa a não importar tanto; o que importa é a competitividade. Quem não tem competitividade que viva de esmola. Então, o comando da política e da ação pública, da ação do Poder Público se resumiria a isto: deixar que o mercado tome todas as decisões relativas à economia e promova quem tem competitividade. Para aqueles que não têm competitividade ou não podem tê-la por uma razão ou por outra, aí sim, o Estado cuidaria de políticas de assistencialismo para não deixar que eles morressem à míngua.

Então, a política se resumiria a deixar que o mercado aja e a atender os marginalizados, os não competitivos, com alguma esmola, com algum tipo

de benefício que signifique a sobrevivência de toda essa gente.

Nessas circunstâncias, realmente a política não é necessária, porque a política tem que tratar é dessas questões decisivas que marcam a Nação, que marcam o modelo de desenvolvimento, que marcam a preocupação do Poder Público com o desenvolvimento não só do mercado, que exige atenção para esses problemas, inclusive para esse problema da Justiça, que é fundamental porque é básico e diz respeito à ética.

Ética não é só o combate à corrupção, não; ética é a implementação da justiça, é a implementação de políticas que atendam às necessidades de todos os cidadãos, é claro que permitindo que uns subam na escala social em relação a outros, porque é da natureza humana certa diferenciação. Porém não se pode deixar que essa diferenciação atinja altos níveis. A diferenciação abismal que existe hoje no Brasil caracteriza a falta de ética, a grande falta de justiça.

Isso o Governo atual vem procurando enfrentar, com todas as dificuldades, porque ainda sujeito àquela mão-de-ferro do mercado, porque ainda sujeito a todas as ameaças que o mercado financeiro sempre faz à medida que o Governo não atenda às suas mínimas exigências. A ameaça é sempre a desestabilização. O Governo tem de considerar a possibilidade de desestabilização, porque ela existe, mas dentro dos limites, que são estreitos, mas que deixam alguma margem para agir.

O Governo Lula vem atuando no sentido de reduzir essas desigualdades, essas injustiças. Pela primeira vez na história política deste País, nós vamos observar redução das diferenças econômico-sociais, uma melhoria na distribuição de renda. Isso é um avanço mínimo, mas consistente, que deve continuar por décadas – vinte, trinta, quarenta anos –, até que o Brasil se apresente numa condição mínima em termos de justiça social.

Isso está acontecendo. É importante discutir na campanha se essa política deve continuar ou se devemos voltar ao passado, de modo que o mercado, na sua integridade, aja como entidade decisória absoluta nas questões econômicas, retirando-se o Poder Público dessas políticas de busca pela justiça.

O Congresso Nacional deve participar desse debate. Isso é evidente. É obrigação dele participar desse debate e não ficar apenas como instância fiscalizadora. O Congresso é o grande fórum de debates do País. O debate é uma de suas funções, senão a principal função, da qual derivam as outras, como, por exemplo, a atividade legiferante, a atividade de elaboração de leis. A principal função do Parlamento é debater todas essas questões e não ficar somente como agência fis-

calizadora constituindo CPIs infundáveis para, enfim, criar escândalos e manchetes e, transformar-se, por conseguinte, em campo exclusivamente eleitoral na busca de sucesso perante a opinião pública.

Várias vezes vim a esta tribuna, e hoje aqui venho, uma vez mais, para chamar a atenção sobre a importância de questões que não estão sendo relegadas a um plano como se fossem questões inferiores, como se não merecessem a atenção maior do Congresso, porque sobre elas é que se decide o destino da Nação brasileira, que hoje está vivendo um período histórico muito importante, porque tem um Governo que, pela primeira vez, tomou um rumo diferente do anterior, que era o do liberalismo puro, deixando que o mercado resolvesse todas as decisões econômicas do País.

Sr. Presidente, estou preocupado com isso. Por isso, estou voltando hoje à tribuna, voltarei amanhã, depois de amanhã, porque penso que essa é uma tarefa da qual não podemos abdicar, não podemos nos demitir dessa discussão fundamental sobre os destinos do País e as políticas que melhor servirão ao destino que a população majoritariamente quer. Então, é preciso trazer a população para esse debate e até forçar que a mídia também entre, a fim de que apareçam as posições diferentes. Hoje em dia temos uma mídia quase unânime, com raríssimas exceções, na linha do mercado, na linha, enfim, da ausência da redução do Estado ao mínimo para cuidar da polícia, da justiça e, no máximo, da educação, mas não executar políticas de desenvolvimento. Isso precisa ser seriamente, profundamente e detalhadamente discutido, e, para isso, venho mais uma vez a esta tribuna e voltarei outras vezes para bater nesse mesmo ponto.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – V. Ex^a poderia assumir a Presidência?

O Sr. Ney Suassuna, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de, inicialmente, nesta tarde, dizer que estive, na manhã de hoje, no Palácio do Planalto vivendo um dos momentos mais interessantes da história das políticas públicas de gênero neste País, que foi a sanção da lei que trata da violência praticada contra a mulher.

Nesta oportunidade, parabeno o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela corajosa ação, por meio da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, de ter encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei. E parabeno também a Ministra Nilcéia Freire e todas as mulheres do movimento social que contribuíram para que essa lei, a partir de hoje, seja uma realidade, vindo fortalecer a cultura da paz entre homens e mulheres.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me trouxe a esta tribuna na tarde de hoje, inclusive suspendendo minhas atividades de campanha no Estado, é o fato de que, mais uma vez, o Brasil foi surpreendido por notícias estupefacentes no meu querido Estado de Rondônia. E a impressão que se tem do lado de fora de Rondônia é de que se trata de um Estado constituído por bandidos, o que não é verdade. O povo de Rondônia é ordeiro, trabalhador e não merece esse tipo de representação que vimos vir à tona neste final de semana.

A Operação Dominó, desencadeada pela Polícia Federal no dia 04 de agosto, com a autorização do Superior Tribunal de Justiça, expôs a intricada relação promíscua que grassa entre os Poderes constituídos do Estado de Rondônia.

Não é de hoje, Sr. Presidente, que denuncio aqui, nesta tribuna, a existência de um verdadeiro conciliábulo envolvendo algumas das mais altas e influentes autoridades dos três Poderes de Rondônia, além do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público Estadual. Uma relação de “comprometimento e compadrio” entre os três Poderes, conforme afirmou o superintendente da Polícia Federal em Rondônia, Joaquim Mesquita, ao jornal **O Globo**, pessoa a quem parabeno pelo excelente trabalho que realiza de apuração e investigação no Estado de Rondônia.

Muito do que eu já vinha denunciando, Sr^{as} e Srs. Senadores, é agora confirmado e teve repercussão nos mais importantes jornais do País na edição de sábado e domingo. Eis as manchetes: “Um Estado atrás das grades”, de **O Globo**, com fotos dos Presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça presos com algemas; “Chefes de 2 Poderes presos por corrupção em Rondônia”, diz **O Estado de S. Paulo**, também com foto; e “PF prende cúpula do Poder em Rondônia”, destaca a **Folha de S. Paulo**.

O 4 de agosto será um dia marcante para o Estado de Rondônia. Esse dia, quando foi desencadeada, nas primeiras horas da manhã, a Operação Dominó, tornou-se um dos dias mais tristes para homens e mulheres honrados de meu Estado, minha querida Rondônia. Mas foi também um momento importante para a depuração das instituições, vilipendiadas por

pessoas sem moral alguma, rasas, que acreditam enganar a todos por muito tempo, que hostilizam as leis e confiam na impunidade.

A Assembleia Legislativa, instituição importantíssima na consolidação do Estado democrático, transformou-se, com o passar das legislaturas, num reduto irradiador do crime, de todos os tipos de crime, colocando em dúvida, para espanto de todos nós, a existência do próprio Poder Público.

Não obstante termos visto passar por aquela Casa políticos honestos, trabalhadores e comprometidos, a força desses heróicos cidadãos não foi suficiente para barrar a situação pela qual passamos, que se resume na instalação de uma verdadeira quadrilha dentro do Legislativo estadual.

Ainda na década de 90, a Assembleia de Rondônia foi notícia nacional com a eleição casuística de seu Presidente (para dois mandatos consecutivos), que patrocinou um verdadeiro assalto ao Erário Público em um escandaloso processo de compra de passagens aéreas envolvendo aquele Presidente (hoje candidato a Deputado Estadual) e uma agência de viagem de um político que veio a tomar posse neste Senado e hoje disputa uma vaga de Deputado Federal. Foram mais de R\$ 2 milhões desviados, sem que os verdadeiros culpados fossem incomodados pelo Judiciário local.

O Presidente que o sucedeu, membro de uma renomada família de políticos do sul do meu Estado, inovou na forma de enriquecer. De 1995 a 1998, esse Deputado promoveu um assalto voraz aos cofres do Legislativo. Foram R\$ 20 milhões desviados por meio de um esquema de folhas paralelas e pagamento de funcionários fantasmas.

Vários envolvidos foram condenados pela Justiça. Pena que eram peixes pequenos! Entretanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, o principal envolvido deverá conquistar novamente nas urnas mais um mandato de Deputado Estadual, sustentado por um assistencialismo financiado com dinheiro público a partir da manutenção de fundação assistencial – mais uma forma criativa que se difundiu em meu Estado para desviar recursos públicos da área da saúde.

Nos anos de 1999 a 2001, um novo Presidente consolidou e ampliou o esquema de desvio de recursos por meio de folhas salariais fictícias. Demonstrou com muita sagacidade que, a partir dele, não só era possível o desvio de milhões e milhões de reais, sob o manto da imunidade parlamentar, mas que também era possível controlar a ação do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Poder Judiciário e do Poder Executivo por achesques, ameaças de corte de verbas e boicote de votação de projetos de interesse dessas instâncias de poder na Assembleia Legislativa. Esse

Presidente, inclusive, desafiou a lei, humilhou a Justiça e o Ministério Público Federal ao mandar cortar a energia do prédio da Assembléia e provocar um incêndio em suas dependências para evitar a busca de provas contra ilícitos.

Chegamos à atual Legislatura, de 2003 até agora. Descobriu-se que, além do desvio de mais de R\$ 70 milhões (levantados até o momento), sob a crença da absoluta impunidade e do controle dos entes estatais, foi possível estabelecer uma associação criminosa entre membros desses Poderes em benefício de todos os membros da quadrilha e seus obedientes e subservientes comparsas.

A Operação Dominó, mais uma ação bem-sucedida do Governo Federal, prendeu até o momento 23 pessoas que agiam a partir do comando da central do crime, a própria sede da Assembléia Legislativa! Seus crimes? Fraude, lavagem de dinheiro, venda de sentença corrupção ativa, corrupção passiva, formação de quadrilha, peculato e exploração de prestígio.

É grave, gravíssimo, Sr. Presidente, o que nos foi revelado pela Polícia Federal. Os reajustes de vencimentos, benefícios e outras garantias salariais para aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público de Rondônia, acima do que permite a lei, foram obtidos em negociatas e troca de favores entre os Deputados Estaduais, Desembargadores e Procuradores de Justiça. Parentes do Presidente da Assembléia e Assessores de Deputados envolvidos, presos no ano passado, logo foram soltos por decisão do Presidente do Tribunal de Justiça, uma das negociações feitas.

Enquanto em São Paulo o conflito que abala aquele Estado é entre o Poder Público e o crime comum, em Rondônia, Srs. Senadores, o crime organizado está mesmo nas entranhas dos mais altos escalões do Poder constituído. Nossos Marcolas têm curso superior, exercem mandatos e funções de relevância na vida pública, são chamados de doutores e decidem a vida de outras pessoas. Vivemos a desconstrução da República. E isso eu digo com muita tristeza, Sr. Presidente.

A relação promíscua entre esses Poderes tem um único objetivo: a pilhagem do patrimônio público para uso privado. Em Rondônia, é comum políticos ficarem ricos da noite para o dia após ocupar cargos de relevância. E o pior é que esses políticos não têm cerimônia em ostentar, pública e notoriamente, os símbolos dessa ascensão social delituosa, como veículos de alto luxo, mansões holywoodianas, escritórios suntuosos, inúmeros apartamentos espalhados pelo País afora e fazendas monumentais. Bens que, para serem obtidos, necessitariam do exercício de pelo menos

vinte mandatos de Deputados, sem gastar um único centavo ao mês.

Quando denunciei desta tribuna a existência de uma banda podre no Poder Judiciário de Rondônia, fui duramente atacada e criticada por parte da imprensa do meu Estado e por setores sociais ligados a algumas pessoas, que ora estão detidas na Polícia Federal, em Brasília. Diziam que eu estava enlameando o Estado de Rondônia. Não me abalo com esse tipo de comentário. O meu compromisso com a verdade e com os valores que trago de berço continuam inabalados, Sr. Presidente.

Quero dizer ao povo de Rondônia, aos meus familiares, aos meus amigos que aqui se encontram e a todo o Brasil que as investigações que desencadearam a Operação Dominó estão longe de acabar, porque creio firmemente no envolvimento de um terceiro Poder, o Poder Executivo. É de sua competência liberar o Orçamento.

Portanto, não seria possível destinar mais dinheiro, acima da Lei de Responsabilidade Fiscal, para saciar a ambição dos demais Poderes, sem a sua participação. É óbvio.

Há um ano, o Governador, hoje no PPS, promoveu a farsa da moralização ao promover a exibição para todo o País de fitas gravadas por ele próprio, dando conta de extorsão praticada por Deputados. É bom lembrar que, naquele momento, ele estava sob a ameaça de perder o cargo. As fitas foram gravadas em 2003, e ele somente as mostrou em 2005, totalmente editadas. Foi preciso a Polícia Federal, novamente com a autorização do Superior Tribunal de Justiça, apreender em sua residência as fitas originais. Em um dos diálogos com o Deputado João da Muleta, ele disse claramente que dava uma mesada de R\$ 20 mil ao mês aos Deputados de sua Base, que eram do PSDB.

Passado pouco tempo, a briga que reinava entre os Poderes deixou de existir. O Governador nomeou novo chefe da Casa Civil, com a missão de negociar com os Parlamentares. Esse assessor, agora candidato a Vice-Governador na chapa de reeleição do Governador, é um dos 23 presos.

Os jornais **O Globo** e **O Estado de S. Paulo**, na edição de domingo, afirmam que o Governador também estaria envolvido no esquema e passa a ser investigado, nessa fase da operação, juntamente com mais de 100 pessoas, inclusive juízes e promotores, mas isso não sai na imprensa do meu Estado.

O candidato a Vice-Governador teve conversas grampeadas e aparece negociando vantagens pessoais e dinheiro com um assessor parlamentar. As fitas exibidas no "Fantástico" nos dias 15, 22 e 29 de maio de 2005 mostram o Governador em flagrante de

corrupção ativa e passiva. Repito: essas fitas só apareceram dois anos depois de gravadas, no momento em que a Assembléia de Rondônia se preparava para votar a sua cassação, por irregularidades cometidas em sua gestão na prefeitura do Município de Rolim de Moura. Por que essas fitas não foram entregues imediatamente à Polícia Federal para as providências necessárias? Essas e outras perguntas ficaram sem respostas, mesmo após o intenso trabalho da Comissão Externa realizada aqui neste Senado Federal.

A Polícia Federal e o Supremo Tribunal de Justiça ainda têm muito trabalho para fazer em nosso Estado. Faço aqui um forte apelo, um apelo para a celeridade das investigações, um apelo por justiça, um apelo de avanço na condução penal dos processos criminais, porque o jovem Estado de Rondônia merece caminhar para um tempo novo.

Chega de saques ao dinheiro público. Chega de quadrilhas que se sucedem nos Poderes comandados por representantes do povo em meu Estado.

Quero crer que essas instituições vão dar respostas ao povo de Rondônia, irão até o fim no cumprimento de seu papel. Elas funcionam muito bem, mas é preciso responsabilização penal do “banditismo político”, expressão utilizada pelo jurista Célio Borja, em entrevista ontem, ao jornal **O Estado de S. Paulo**.

Quero dizer também que a maioria dos membros do Poder Judiciário de Rondônia é digna de elogios. Sem medo de errar, é uma das melhores Justiças do Brasil, célere e independente, formada por juízes e juízas probos e honestos e por uma maioria de desembargadores sérios e honrados. De modo que a chamada “Banda Podre” do Judiciário rondoniense é formada por uma ínfima minoria, com grande poder de fogo sobre aquele Poder estadual.

Reproduzindo ainda Célio Borja, “a crise moral é das pessoas, não das instituições”.

Se me permitem, nobres Sr^ª e Srs. Senadores, o momento é oportuno para lembrar Abraham Lincoln: “Você pode enganar algumas pessoas todo o tempo. Você pode também enganar todas as pessoas algum tempo. Mas você não pode enganar todas as pessoas todo o tempo”.

O povo do meu Estado, graças à Polícia Federal do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pôde ver com mais clareza quem são os políticos que dirigem Rondônia.

Quero aqui agradecer e dar parabéns ao Ministro da Justiça, que agiu com determinação, que agiu de imediato para não atender aquilo que a Comissão Externa do Senado pediu, que era a intervenção federal. Mas o que eu queria como intervenção federal aconteceu,

que foi justamente a investigação por conta da Justiça Federal e, principalmente, pela Polícia Federal.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^ª me permite um aparte, Senadora Fátima Cleide?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Fátima Cleide, eu não ia fazer nenhuma intervenção, pois o discurso de V. Ex^ª é perfeito, tomando por base quem vive o problema e conhece o que ocorre em seu Estado. Aliás, não é do meu feitio me intrometer nas questões localizadas. Apenas me assustei quando V. Ex^ª disse “Polícia Federal do Governo do Presidente Lula”. Isso me assusta, porque penso que a Polícia Federal é republicana, é do Estado. Aliás, isso quem sempre diz é o próprio Ministro Márcio Thomaz Bastos. Eu daria uma sugestão a V. Ex^ª, que talvez, levada pela emoção, tenha cometido um exagero com relação à Polícia Federal. Isso mantido, põe por terra todo o trabalho feito, porque ela deixa de ser uma polícia republicana e isenta e passa a ser uma polícia de um governo. A partir daí, é dado o direito de se colocar em dúvida um trabalho exemplar feito em todo o Brasil. Tenho a impressão, inclusive, de que os próprios policiais federais não gostariam de ser tachados como da polícia do Presidente Lula, mas sim da Polícia Federal do Brasil.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador Heráclito Fortes, justamente porque a Polícia Federal deste Governo agiu com isenção e de forma republicana é que ela pôde chegar a essas conclusões.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nos governos passados ela não agia com isenção?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu só gostaria de ressaltar, Senador Heráclito Fortes, que em 2002, último ano do governo anterior, em que a Polícia Federal deste País pôde realizar o maior número de operações durante oito anos de governo, esse número chegou a dez. A isenção e a forma republicana com que este Governo permite o trabalho e determina o trabalho da Polícia Federal neste País fez com que em 2005 fechássemos o ano com mais de 65 operações realizadas pela Polícia Federal. Creio que há uma diferença e acredito que a própria Polícia Federal gostaria de ver ressaltada essa importância de ter o seu trabalho feito de forma soberana e autônoma.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^ª me permite um aparte?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Acho muito importante, Senadora Fátima Cleide, o apelo que V. Ex^a faz para que os procedimentos de apuração e investigação relativos à Operação Dominó possam ser efetuados com a maior rapidez e eficiência possíveis. Mas é importante ressaltar o trabalho da Polícia Federal, que, obviamente, é de responsabilidade do Ministério da Justiça. Bem salienta V. Ex^a que o Ministro da Justiça e o Diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, como responsáveis por essas operações que vêm se realizando desde 2003, têm mostrado como esse organismo, composto no Brasil inteiro por 15 mil pessoas, tem sido capaz de efetuar um conjunto de operações de forma inédita pelo proceder, bem como a intensidade e a complexidade das inúmeras operações realizadas desde 2003, e de uma forma crescente. Sim, o Ministro da Justiça tem ressaltado que a Polícia Federal tem um sentido republicano, federal, inclusive com muita isenção. E o Senador Heráclito Fortes sabe bem que, em inúmeras ocasiões, a Polícia Federal, com a responsabilidade republicana, sob o comando do Ministro da Justiça, muitas vezes chegou a detectar ações de inadequação de procedimento de delitos ocorridos até mesmo dentro do Governo Federal ou de governos que porventura possam ser até do Partido dos Trabalhadores. Então, nesse sentido, o trabalho tem sido isento e exemplar na minha avaliação. Agora V. Ex^a ressalta que, no período do governo anterior, a Polícia Federal também trabalhou com um sentido republicano, eficaz e tudo. Mas é fato que, nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, houve operações dessa natureza num número bem mais modesto do que presentemente. Tanto é que, nesses últimos três anos e oito meses, o número de pessoas detidas por meio dessas operações passou, salvo engano, de 54 para mais de 2.500. Posso ser impreciso nesses números, mas...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Creio que já superou a barreira dos 2.500 há muito.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois bem. Mas é um número muito significativo o ocorrido este ano. Agora é importante que venhamos a assegurar a defesa a cada uma das pessoas indiciadas nessas operações, que normalmente têm sido detidas com base numa sustentação muito bem feita, com evidências muito claras, por vezes decorrentes de conversas gravadas com autorização judicial, em que os componentes desses diversos grupos agiram contrariamente ao interesse público e para benefício pessoal, de maneira ilegal. Foi somente diante da comprovação documental, acrescida de gravações telefônicas feitas mediante autorização da Justiça, que a Polícia Federal, então, resolveu deflagrar a operação em que

até mesmo o Presidente da Assembléia Legislativa de Rondônia e o Presidente do Tribunal de Justiça acabaram sendo detidos. Obviamente, uma operação dessa gravidade, com tal repercussão, só pode ser realizada – ou normalmente tem sido realizada – em razão de evidências muito fortes. É claro que o Presidente da Assembléia Legislativa, o Presidente do Tribunal de Justiça e todos os 23 detidos terão todo o direito de defesa assegurado para explicar os fatos e tudo o mais. Mas trata-se de uma operação importante que mostra a preocupação do Ministério da Justiça e da Polícia Federal em não deixar passar fatos graves, e é importante que V. Ex^a esteja registrando isto aqui. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Nós entendemos também que nada disso poderia vir à tona se não houvesse esse trabalho sério e isento da Polícia Federal.

Creio também que este momento é oportuno para separarmos o joio do trigo e, lá em Rondônia, seguirmos em frente, virando a página da história negativa que se criou num Estado tão novo, que tem apenas 24 anos de criação, idade da minha filha mais velha.

Para nós, neste caso, a prisão não é tudo. É preciso que se devolvam aos cofres públicos os cerca de R\$70 milhões que foram desviados pela quadrilha desbaratada. Essa medida importante serviria para diminuir significativamente os aparatos eleitorais que ora estão montados em meu Estado. A população queria saber de onde vinha tanto dinheiro para tanta ostentação nesta campanha eleitoral; agora tem uma pista bem forte.

Não obstante tudo isso, seria importante também que o Supremo Tribunal Federal, uma vez provocado, suspendesse a efetividade da norma da Constituição do Estado de Rondônia que trata da imunidade parlamentar dos Deputados Estaduais, isto porque não se pode invocar a própria torpeza dos Deputados Estaduais para restringir o trabalho da polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário na investigação de seus crimes.

Não tem a menor lógica o Deputado Estadual cometer crime contra o Estado e a Administração Pública em face do exercício de mandato popular e invocar a imunidade parlamentar para não responder judicialmente por tais crimes.

Evidente que as enormes quantias de dinheiro encontradas nas casas de alguns Deputados Estaduais, candidatos à reeleição, se destinam à compra de votos e têm origem ilegal e criminosa.

A imunidade parlamentar serve para garantir a livre manifestação de pensamento nas Casas Legislativas e está correta a norma que proclama ser o parla-

mentar inviolável em suas manifestações e atividades legislativas. Agora, invocar a norma constitucional do ente federativo para livrar-se de responder por crime comum, de pilhagem do dinheiro público, de lavagem de dinheiro e de peculato, é resguardar a atividade criminosa sob a letra da lei, que foi feita justamente para defender o Estado dos piratas da coisa pública.

Rondônia precisa desse corte profundo em sua carne. O povo rondoniense merece algo muito melhor e pode muito bem alterar esse dramático quadro de ser comandado e dirigido há muito tempo por organizações criminosas.

O juiz supremo desse enorme litígio penal não é o Tribunal de Justiça de Rondônia e sua banda limpa e decente, de que faz parte a maioria dos desembargadores, nem o Superior Tribunal de Justiça e tampouco o Supremo Tribunal Federal. O juiz supremo desse caso é o povo.

O povo de Rondônia já tem dia e hora para proclamar o veredicto desse caso: o próximo dia 1º de outubro, oportunidade única de renovar os quadros políticos do Estado. Como disse Tancredo Neves, só há dignidade para um povo quando é ele, e mais ninguém, quem decide o seu destino.

Quero, Sr. Presidente, para finalizar, citar uma frase do Hino do Estado de Rondônia, que recebeu gente deste País inteiro – quem, como eu, nasceu no Estado e hoje representa apenas 15% da população. Diz o Hino: “Somos pioneiros e nos orgulhamos de viver em Rondônia”.

Tenho certeza de que depois dessa ação da Polícia Federal, a “Operação Dominó”, os brasileiros que foram para o Estado de Rondônia terão orgulho de dizer que são rondonienses e rondonianos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino Braga; prezada Senadora Fátima Cleide, prezados Senadores Heráclito Fortes e Eurípedes Camargo, que honrosamente foi aqui suplente do Senador Cristovam Buarque, eu gostaria hoje de fazer uma reflexão sobre tema a respeito do qual, volta e meia, Senadoras e Senadores somos indagados. Perguntam-nos: “Afinal, o que faz um Senador?”

Em minhas viagens por todo o Estado de São Paulo, sempre alguém me pergunta sobre as atribuições de um Senador. Eu gostaria de responder a essa pergunta, inclusive com inúmeros exemplos.

A instituição política chamada Senado é muito antiga. Seu nome em latim, **Senatus**, equivale a “conselho de anciãos”; ou seja, uma casa política ocupada por pessoas mais velhas. A nossa Constituição exige que, para alguém ser eleito para o Senado, deve ter, pelo menos, 35 anos de idade.

O Senado, no Brasil, existe desde a outorga, por D. Pedro I, da Constituição de 1824. Naquela época, o Senador era vitalício e escolhido pelo Imperador, a partir de uma lista tríplice aprovada nas províncias. A idade mínima exigida para se tornar Senador era, então, de quarenta anos, em época, Senador Roberto Saturnino, em que a expectativa de vida média do brasileiro era bem mais baixa. E o candidato deveria ter uma renda anual de, pelo menos, oitocentos mil réis! Portanto, para ingressar no Senado a pessoa precisava ter patrimônio, precisava ter renda, o que já significava uma discriminação. Um detalhe: os príncipes da Casa Imperial eram membros natos do Senado, a partir dos 25 anos de idade. Ou seja, os príncipes poderiam ingressar no Senado – já eram membros automáticos – bem mais moços.

Nosso modelo atual de Senado republicano foi, basicamente, copiado da Constituição dos Estados Unidos da América, de 1787, e adotado, inicialmente, na Constituição de 1891, a primeira depois da proclamação da República.

Em que consiste esse modelo? Os participantes da Convenção de Filadélfia, que se reuniu entre maio e setembro de 1787 para elaborar a Constituição dos Estados Unidos da América, miraram-se nas experiências da Grécia e Roma da Antiguidade para construir o Senado moderno.

Da Grécia, os norte-americanos aproveitaram a partilha de funções no processo legislativo. Em Atenas, onde se praticava a chamada democracia direta, o que equivaleria ao Senado – a *boulé* – preparava as proposições que deveriam ser discutidas e adotadas pela assembleia do povo, a chamada *ágora*. Embora observassem a repartição de atribuições, os norte-americanos inverteram aquele procedimento, concebendo o Senado como uma casa de revisão, no processo legislativo, das proposições aprovadas pela “casa dos representantes” (*The House of Representatives*) do povo – a Câmara dos Deputados -, o que seria, na democracia representativa, uma nova *ágora*. Nisso, pareciam copiar a Casa dos Lordes, do Parlamento britânico, que faz a revisão das proposições aprovadas pela Câmara dos Comuns. Só que, como os Senadores também tinham a iniciativa do processo legislativo, a Câmara dos Deputados exercia, também, a função de revisão das proposições aprovadas pelo Senado. Isso passou a ser um dos elementos funda-

mentais do mecanismo de “freios e contrapesos” que caracteriza as instituições políticas norte-americanas que também repetimos no Brasil.

De Roma, os norte-americanos revigoraram a idéia de que o Senado deve controlar as atividades do Poder Executivo, a Justiça, as finanças públicas e a política externa. Na essência, o mote “controlar bem quem deve prestar contas” movia o Senado Romano, imprimindo-lhe a marca da **res publica**. Daí se falar, até hoje, em Senado da República, o Senado da coisa pública.

Vejamos onde, hoje, encontramos a projeção dessas preocupações no cotidiano dos Senadores brasileiros, de acordo com o que está na Constituição.

Os Senadores devem controlar as atividades do Poder Executivo? Sim. São os Senadores, por exemplo, que julgam o Presidente da República e seus Ministros nos crimes de responsabilidade ou *impeachment*. Em alguns casos, eles compartilham essa tarefa de controle com a Câmara dos Deputados. Podemos ilustrar isso com as comissões parlamentares de inquérito, os pedidos de informações, as convocações de autoridades para prestação de esclarecimentos, a invalidação de decretos que exorbitem o poder de regulamentação previsto em leis. Os Senadores apreciam ainda as indicações do Presidente da República para várias entidades de regulação de atividades econômicas ou os membros do Conselho da República, órgão consultivo da Presidência. Quando examinam, confirmando ou derrubando, os vetos apostos pelo Presidente da República aos projetos de lei, o Senado Federal ou a Câmara dos Deputados controlam o Poder Executivo, o mesmo ocorrendo quando apreciam as medidas provisórias.

Os Senadores controlam a Justiça? Aqui a resposta também é afirmativa. Todos os cidadãos indicados pelo Presidente da República para compor o Supremo Tribunal Federal e os demais tribunais superiores, excetuado o Tribunal Superior Eleitoral, só podem ser nomeados depois de sabatinados e aprovados pelo Senado. Igualmente, o Chefe do Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, precisa passar pelo crivo de controle dos Senadores. Ademais, todas essas autoridades e o Advogado-Geral da União são processados e julgados, em casos de *impeachment*, pelo Senado Federal. Desde a reforma do Poder Judiciário, aprovada em 2004, o Senado é responsável pelo exame e aprovação dos nomes que compõem o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. Esses órgãos fiscalizam a eficácia do desempenho dos juízes e tribunais, zelando, ainda, pela observância de parâmetros éticos no exercício das funções jurisdicionais.

Os Senadores controlam as finanças públicas? Positivo. Aqui a competência dos Senadores é bem expressiva. Eles dão a palavra final em relação às operações externas de natureza financeira, notadamente de crédito externo e também de crédito interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as garantias para honrar os empréstimos, e definem os limites globais e as condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Exemplo de uma operação de empréstimo externo que o Senado Federal está a examinar e que causou polêmica ainda na semana passada é o empréstimo que a Transpetro está obtendo para a construção de navios. A Oposição avaliou que seria melhor examinar mais detalhadamente a matéria antes de aprová-la. Espero que, logo em setembro, quando iniciarmos as atividades de votação, tenham os Senadores da Oposição sobretudo colhido os elementos necessários para tomar a decisão a respeito.

Somos nós os Senadores que examinamos as indicações do Presidente da República para a Diretoria do Banco Central, aprovando-as ou rejeitando-as. Além disso, em conjunto com a Câmara dos Deputados, o Senado Federal dispõe sobre as leis orçamentárias, definindo a destinação dos gastos da União em função da arrecadação.

Vale lembrar que o Senado, pelo Orçamento, controla ações dos Poderes Executivo e Judiciário. Duas vezes ao ano, as autoridades monetárias prestam contas ao Congresso Nacional, aí incluído o Senado, sobre o estado das finanças públicas nacionais.

Cabe ao Senado Federal avaliar, periodicamente, a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. Nesse particular, é bom assinalar que as alíquotas de certos tributos estaduais não podem ultrapassar os limites fixados por resoluções do Senado Federal.

É importante registrarmos o quanto temos, especialmente a Comissão de Assuntos Econômicos, periodicamente, chamando as principais autoridades econômicas do País, seja o Ministro da Fazenda, seja o Presidente do Banco Central. Em junho último, convidamos o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e todos os diretores do Conselho de Política Monetária para argüirmos sobre a forma como definem aumento ou diminuição da taxa de juros básica e da taxa Selic.

Os Senadores controlam a política externa? Sim. Os chefes de missões diplomáticas brasileiras precisam ser aprovados pelo Senado Federal antes que assumam seus postos no exterior, função hoje presidida pelo Senador Roberto Saturnino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Também os tratados, acordos e convenções internacionais assinados pelo Poder Executivo precisam obter a aprovação definitiva da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Depois de examinados na Comissão de Relações Exteriores, poderão ser incorporados ao ordenamento jurídico da União.

Ao observar o papel do Senado nas questões de finanças públicas, podemos perceber o quão importante ele é no dia-a-dia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Aqui emerge sua função federativa. Por isso mesmo, esta Casa parlamentar é chamada Senado Federal.

Quando os norte-americanos discutiam, na Filadélfia, em 1787, como seria a composição do Senado, o debate foi bastante acirrado. Por uma votação bem apertada, decidiram que todo e qualquer Estado da Federação, independentemente da sua população, território ou pujança econômica, teria a mesma representação: dois Senadores eleitos para um período de seis anos. Essa decisão foi muito importante para resguardar a integridade de um Estado nacional com dimensões continentais. Nos Estados Unidos, há Estados que possuem dois Senadores e apenas um Deputado. Nós também observamos o critério de paridade, mas com três Senadores, decisão que tem sido importante para preservar nossa unidade como País de enormes dimensões territoriais e diversidade cultural.

Por exemplo, o Estado do Piauí, do Senador Heráclito Fortes, tem três Senadores que representam uma população da ordem de quase quatro milhões de habitantes, enquanto o Estado de São Paulo, com 41 milhões aproximadamente, também tem três Senadores. O princípio do equilíbrio entre todos os Estados da Federação é assegurado no Senado Federal, enquanto, na Câmara dos Deputados, os Estados de menor população têm um mínimo de oito Deputados Federais, e aqueles de maior população, como São Paulo e Minas Gerais, têm 70, que é o número máximo de Deputados Federais.

Podemos dizer que o Senado é importante sob três aspectos: proporciona maior reflexão sobre o processo legislativo, amadurecendo o debate de idéias voltadas à conversão em normas, iniciado na Câmara dos Deputados; exerce função de controle republicano da atividade política; e, finalmente, funciona como órgão de estabilização política das diversas regiões, praticando ações que fortalecem a estrutura de nosso Estado Federativo, concatenado em três esferas de poder: uma delas soberana, a União, e outras duas autônomas, os Estados – Distrito Federal – e os Municípios.

Saliento que, muitas vezes, as pessoas pensam que o Senado Federal, por ser uma Casa constituída, em média, por pessoas de idade mais elevada, talvez

seja uma Casa mais conservadora. Mas gostaria de dar o meu depoimento, Senador Roberto Saturnino Braga, de que, ao longo dos meus 16 anos de experiência, avalio que o Senado não é uma Casa mais conservadora do que a Câmara dos Deputados. Em muitas ocasiões, o Senado Federal avançou mais do que a Câmara e, muitas vezes, deu passos, digamos, progressistas em relação ao que a Câmara havia realizado, inclusive em temas candentes e importantes do ponto de vista social, como, por exemplo, a legislação que trata da reforma agrária, e tantas outras. E isso decorre de diversos fatores, entre os quais o fato de os Senadores serem eleitos em votação majoritária, o que permite à população conhecer, de forma mais adequada e completa, seus representantes e elegê-los de maneira tal que possa haver nesta Casa uma representação bastante progressista no espectro político brasileiro. Eu percebo assim.

Concluindo, Sr. Presidente, sobre esse aspecto, com base nas informações aqui expostas, como Senador do Estado de São Paulo, é meu dever envidar todos os esforços, no âmbito das atribuições do Senado, para proporcionar as condições de desenvolvimento socioeconômico e cultural para o nosso Estado e para os cidadãos que vivem em seus 645 Municípios.

O Senado tem funções que dizem respeito à promoção do bem-estar de todos os brasileiros, sem exceção. E o Estado de São Paulo, por ser o mais desenvolvido e por ser o maior centro de convergência de brasileiros de todos os rincões, não pode fugir às suas responsabilidades de tomar a dianteira nas tarefas de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Nessa perspectiva, tenho apresentado proposições visando o bem-estar dos paulistas e de todos os brasileiros, a exemplo do projeto que, aprovado pelo Congresso Nacional, transformou-se na Lei nº 10.835, que institui a Renda Básica de Cidadania, felizmente sancionada pelo Presidente da República, em 8 de janeiro de 2004.

As pessoas perguntam: “Mas, se aprovada e sancionada a lei, não é ainda uma realidade? Por quê?”. Porque está previsto na lei que ela será instituída gradualmente, começando pelos mais necessitados.

E a interpretação que temos, inclusive o próprio Governo Federal, é que o Programa Bolsa Família, que hoje atinge um quarto da população brasileira, é um passo na direção de um dia, em breve, espero, instituímos a renda básica de cidadania a todos. Qualquer pessoa lá do Piauí, do Acre, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de todos os

Estados, terá o direito inalienável de participar da riqueza da Nação por meio de uma modesta renda, na medida do possível suficiente para atender às necessidades vitais, como um direito à cidadania.

Também tive a oportunidade de apresentar aqui no Senado o Projeto de Lei nº 605, de 1999, que define as normas de funcionamento das sociedades cooperativas. Tanto o Senador José Fogaça como o Senador Osmar Dias e eu apresentamos projetos de lei referentes às sociedades cooperativas, que são objeto de debate na Comissão de Agricultura, presentemente, e esperamos que logo possamos avançar, pois todos nós queremos apoiar as cooperativas de produção. Há certas diferenças de opinião nos diversos projetos, mas espero que possamos logo aprimorá-los, com a contribuição de todos. O Senador Demóstenes Torres é o Relator da matéria, e espero que logo, em setembro ou outubro, S. Ex^a avance no sentido de chegar a um entendimento a esse respeito.

Não por acaso a bandeira de São Paulo estampa o mapa do Brasil. Afinal, nós, paulistas, temos por missão realizar aquilo que é o lema inscrito no brasão de nosso estado: “Pelo Brasil, façam-se grandes coisas”!

Gostaria, Sr. Presidente, como exemplo das funções que são nossas atribuições principais, de me estender um pouco mais para falar a respeito de diversas situações.

Nós, Senadores, prezado Senador Heráclito Fortes, se fôssemos sintetizar o que eu disse, temos as seguintes funções básicas: primeiro, representar o povo – o povo do Piauí, o povo de São Paulo, o povo do Rio de Janeiro, o povo de cada um de nossos Estados –; segundo, fiscalizar os atos do Executivo; terceiro, legislar.

Pois bem, como representantes do povo, temos a responsabilidade, a faculdade de expressar, a cada momento, o sentimento da população sobre os mais diversos temas. Quisera eu estar expressando o sentimento de alegria, caso tivesse o Brasil vencido a Copa do Mundo, na Alemanha. Infelizmente, o que podemos dizer é quão relevante será para nós aprender com a derrota. À medida que pudermos aprender quando não ganhamos, isso será importante.

Também expressamos o nosso sentimento de pesar quando falece um ente querido, digamos, um Senador que tanto honrou este Senado, como Teotônio Vilela ou Severo Gomes*, tantas personalidades do Brasil e, às vezes, até do mundo. Quando enfrentamos problemas sérios em nossos Estados, imediatamente nos sentimos na responsabilidade de aqui dizer das nossas preocupações.

Obviamente, hoje, ao acordar, toda a cidade de São Paulo e o Estado de São Paulo se viram preocu-

pados com mais um conjunto de ações. Há pouco, a Secretaria de Segurança Pública já registrava cerca de 24 atentados, sendo um contra um escritório do Poupatempo, a alguns organismos públicos federais e outros. Bombas detonadas por pessoas eventualmente ligadas às quadrilhas que estariam agindo desde dentro da prisão.

É muito importante que venhamos a cooperar com o Ministério da Justiça, com a Polícia Federal, com o Governo do Estado, com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com os órgãos da Guarda Metropolitana da Prefeitura Municipal de São Paulo, no sentido de sugerir meios, e que sejamos solidários também com respeito às pessoas que foram mortas, como os agentes penitenciários, os policiais militares e civis. Assim como, por vezes, jovens inocentes que acabaram sendo objeto de tiros, atentados e, às vezes, pela reação nem sempre equilibrada por parte de policiais. Quero aqui ressaltar que, há poucos dias, conversei com o escritor Ferréz, compositor de rap que mora no Capão Redondo. Quando houve as rebeliões e os atentados de maio, ele havia comentado pela Internet que em Capão Redondo diversos jovens haviam sido mortos sem ter qualquer passagem pela polícia e, portanto, seriam inocentes que estariam sendo objeto da reação de policiais. Por causa disso, precisou ficar até uma semana fora de São Paulo, uma vez que recebeu ameaças.

Faço um registro, pois, nesta semana, está em São Paulo Jorge Júnior do AfroReggae, que fará apresentação terça-feira, amanhã, no Sesc e, na quarta-feira, no Tom Brasil, com apresentação de trabalhos artísticos culturais. Justamente esse grupo AfroReggae tem realizado uma série de ações importantes no sentido de promover a desistência de jovens que, saindo do narcotráfico, acabaram dedicando sua energia e seu trabalho para ações culturais, esportivas e educacionais, as mais diversas. Cumprimento essas iniciativas e que os integrantes do AfroReggae(*) continuem colaborando para que pessoas saiam do narcotráfico.

Como exemplo do que é um Senador, um membro do Parlamento, é lícito chamar de parlamentar o representante de um Estado-membro da Federação junto aos Poderes da União. Senador da República é uma expressão da forma de governo republicano adotada pela Constituição. Assim, o Parlamentar tem a função de participar do processo legislativo, considerando-se mandatário dos interesses de toda a população, podendo usar da palavra da tribuna e fora dela para emitir opinião sobre todas as questões de interesse nacional. Assim, às vezes venho aqui para falar também de atividades culturais importantes, dentre as quais as relacionadas ao cinema.

Senador Roberto Saturnino, cumprimento V. Ex^a por ter sido um dos proponentes de uma iniciativa tão importante havida aqui na semana passada, quando tivemos a apresentação no Senado Federal do filme “Zuzu Angel”, de Sergio Rezende, um excepcional diretor, que mostrou no filme que conta a história de Zuzu Angel, tão brilhantemente representada pela atriz Patrícia Pillar, com participação de Luana Piovani e tantos outros, um elenco excepcional. Quero aqui dizer quão importante é esse filme. A Primeira-Dama Marisa, esposa do Presidente Lula, tanto gostou do filme que disse que iria recomendar ao Presidente para assisti-lo o quanto antes. Quero reforçar isso, recomendando a todos os Senadores e ao povo brasileiro para assistir à história tão bonita dessa mãe, uma desenhista e costureira de moda de tal qualificação que seus modelos participavam de desfiles especiais em Nova Iorque. Casada com um norte-americano, Zuzu Angel teve um filho, Stuart, que resolveu se engajar, naqueles anos 60, na luta pela democratização do País e pela liberdade, tendo, inclusive, no seu entusiasmo, agido em alguns momentos junto aos grupos políticos que ofereciam resistência armada ao regime militar. Stuart foi preso e, infelizmente, em vez de ter o devido direito de defesa, acabou...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Suplicy, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Estou recebendo o apelo desesperado aqui de uma eleitora de V. Ex^a para que não conte o filme, porque ela não assistiu ainda. Senão estraga. Não custaria nada atendê-la. Ela está fazendo esse apelo desesperado e pede que V. Ex^a guarde o suspense para que ela possa, numa próxima oportunidade, assistir a esse filme que está comovendo o Brasil. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a recomendação de V. Ex^a.

Eu, então, respeitarei o apelo da pessoa que telefonou para V. Ex^a – ou V. Ex^a foi capaz de captá-lo, porque eu não ouvi o telefone tocar neste instante.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em respeito a V. Ex^a, o telefone está no “silencioso”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah, encontra-se no “silencioso”. Eu pensei que V. Ex^a havia captado por transmissão de pensamento, porque V. Ex^a tem uma ligação tão apurada com o povo...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É evidente que, por transmissão de pensamento, não seria muito difícil ver que todos estão nos ouvindo e que não assistiram ao filme – eu vejo, ali, o próprio Senador Roberto Saturnino, nosso Presidente, impaciente por-

que pode querer, num pequeno horário que dispõe no final de semana, assistir a esse filme e S. Ex^a fica incomodado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu o recomendo e não vou contar toda a história – uma história verdadeira, real.

Então, toda a história se desenrola a partir do momento dramático da prisão do jovem Stuart e de toda a luta de sua mãe para desvendar o que havia ocorrido com aquele jovem brasileiro. Este filme, então, marca o momento da aspiração por liberdade, por democracia, por liberdade de expressão e de imprensa, porque a mãe ia a todos os lugares, pedindo aos artistas e aos jornalistas que pedindo aos artistas e aos jornalistas que perguntassem: “onde é que está o meu filho?”

Recomendo, sem contar a história inteira, o filme a V. Ex^{as}.

Também quero aqui falar de um outro filme: “Estamira”, de Marcos Prado. Trata-se de um dos principais documentaristas brasileiros, que, inclusive, já fez um filme sobre aquele ônibus que sofreu um atentado no Rio de Janeiro e diversos outros. Mas permita só...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O 147.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – 147. Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Marcos Prado resolveu, em 1993, fazer um ensaio fotográfico no lixão do Jardim Gramacho, perto de Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio de Janeiro, pois era sua intenção estudar a questão da reciclagem do lixo. Ao fotografar pessoas ali, ele acabou se encontrando com a Sr^a Estamira, nascida em 1941 – portanto, tem a mesma idade que eu, 65 anos. Justamente esta senhora Estamira acabou comovendo Marcos Prado, que, nos 2000, 2001, 2002, por quatro anos, resolveu filmar, documentar e trazer a história de Estamira, que, certo dia, ao conversar com ele, foi tão receptiva e disse: A sua função será reportar, transmitir a minha missão para o mundo filmar, documentar e trazer a história de Estamira, que, certo dia, ao conversar com ele, foi muito receptiva e disse: “A sua missão será reportar, transmitir a minha missão para o mundo”.

Pois bem, a Sr^a Estamira, por anos e anos, viveu ali no lixão do Jardim Gramacho. E se em 1993, 1994, 1995, me contou Marcos Prado, havia ali cerca de 200 pessoas, já no ano 2000 havia quase 2 mil pessoas vivendo do lixão. E ele ficou impressionado ao conhecer o destino de Estamira, uma senhora que, por diversos motivos, foi abandonada por seus dois maridos. Mas ela teve duas filhas e um filho, que aparecem nesse documentário.

Em duas ocasiões, a família chegou a levá-la para um hospital psiquiátrico, mas ela ali não quis ficar de

maneira alguma. Os próprios familiares perceberam que ela estaria muito melhor em liberdade, vivendo no lixão e do lixão, do que vivendo em um hospital psiquiátrico.

Quero cumprimentar o Marcos Prado, que já recebeu 23 prêmios como: Festival do Rio – 2004; Mostra Internacional de Cinema em São Paulo – 2004; Festival Internacional Documentário de Marseille – 2005; Festival Internacional de Cinema de Karlovy Vary – 2005; Festival Internacional de Cinema de Viena – 2005; Festival Internacional de Havana – 2005; 4º Festival Internacional de Direitos Humanos de Nuremberg – 2005; Festival Internacional de Cinema de Londres – 2005; Festival Internacional de Cinema de Miami – 2005; 18º Reencontro de Cinema Latino-americano de Toulouse – 2006; 9º Festival Internacional Cine Las Américas, Texas – 2006; Festival Internacional de Cinema de e Vídeo – FICA – 2005; Festival de Cinema de Belém do Pará – 2005; Festival Internacional de Cinema de e Vídeo Ambiental, Serra de Estrela, Portugal – 2005; Festival Internacional de Cinema Ambiental, República Tcheca – 2005; 1º Festival de Cinema Brasileiro de Goiânia – 2005, sempre como prêmio de melhor documentário.

Ainda hoje conversei com a Dª Estamira e transmiti a ela o quão importante para nós foi assistir a esse filme. Eu próprio recomendei ao Presidente Lula que o assista.

Quero aqui registrar as palavras de Contardo Calligaris, psicanalista e colunista da **Folha de S.Paulo**, nessa reportagem de Ana Carolina Moura, em que ressalta que o discurso de Estamira não é paranóico, pelo contrário, é lúcido; ela tem a consciência do jogo de palavras, do seu próprio nome. Estamira, esta mira, repete muitas vezes.

Em um dos momentos de maior lucidez ela questiona o destino do lixo. Quem economiza tem, enfatiza a senhora. Ela usa de neologismo para falar sobre os problemas da humanidade, afirma que é preciso suor, trabalho, mas não sacrifício. E chora muito e canta e é feliz.

Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, quero parabenizar V. Exª pela iniciativa de aconselhar o Presidente da República a assistir não só a esse filme, mas também a vários outros. Isso é fantástico. Só queria pedir a V. Exª que recomendasse ao Presidente o cuidado de não assistir novamente fita pirata, como naquele episódio num vôo internacional em que ele assistiu ao filme Dois Filhos de Francisco. Que a assessoria tenha um pouco de cautela para poupar o Presidente. Quanto à iniciativa de V. Exª, é

louvável. Acho que o Presidente da República deve assistir a bons filmes. Faz bem a ele.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a sua sugestão e concordo, Senador Heráclito Fortes, que a assessoria deve recomendar, ainda mais com respeito a um filme tão extraordinário quanto a história dos filhos de Francisco, que haja o devido respeito aos seus diretores. Assisti a esse filme e o recomendo também aos Senadores e a todos os brasileiros.

Finalmente, Senadores Heráclito Fortes e Roberto Saturnino, outra preocupação minha aqui mencionada hoje se refere à situação da segurança. Queria transmitir a V. Exª, Senador Heráclito Fortes, do PFL, que estive em Araraquara no dia em que 1.443 detidos estavam lá, num pátio, numa situação tão terrível.

Estive lá com o Prefeito Edinho, a Procuradora Federal Heloísa Helena Santana, e conversei primeiro com o Diretor Roberto Medina, com os funcionários, agentes penitenciários, chefes de oficinas, expressei a minha preocupação e solidariedade diante das aflições de todos por causa dos atentados aos agentes penitenciários, mas também resolvi visitar os 1.443 presos, com os quais mantive um diálogo de cerca de duas horas. Já contei isso aqui. Mas, em especial, ao final do diálogo, quando perguntei a eles – embora o Diretor Roberto Medina tivesse me dito que não seria possível que eles participassem da construção/reforma do presídio que eles próprios tinham destruído, e reportei isso ao Governador Cláudio Lembo – se estariam dispostos a trabalhar na reforma do presídio se isso fosse proposto, sugerido, praticamente todos levantaram a mão. Pois bem, o Governador Cláudio Lembo, no meu diálogo com ele, disse que não era possível e até me sugeriu que apresentasse projeto de lei aqui para permitir que pudessem os presidiários colaborar na construção/reforma do presídio. Eu disse que iria fazê-lo. Encaminhei uma solicitação a nossa Assessoria Jurídica do Senado e recebi a resposta, Senador Heráclito, Sr. Presidente Roberto Saturnino, de que não é preciso novo projeto de lei porque a presente legislação de execução penal permite que eles trabalhem na reforma do presídio.

Assim, Sr. Presidente, vou encerrar o meu pronunciamento com a leitura desta nota técnica em resposta à minha solicitação de elaborar proposição legislativa para alterar a Lei de Execução Penal, a fim de permitir que reeducandos possam trabalhar na reconstrução e reforma de suas respectivas unidades prisionais.

Diz a nota técnica – vou pedir para transcrever na íntegra, porque lerei apenas alguns trechos – que a Lei 7.210, de 1984, que institui a Lei de Execução Penal trata, no Capítulo III, do trabalho do preso, o

qual deverá ter finalidade educativa e produtiva (art. 28). Com efeito, o trabalho constitui importante instrumento para a ressocialização dos presos, devendo, em regra, ser remunerado.

Destaque-se que a Lei de Execução Penal determina a obrigatoriedade do trabalho interno, no caso de condenado à pena privativa de liberdade, atendidas suas aptidões e capacidades (art. 31, **caput**).

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Mesa apela para V. Ex^a concluir, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concluindo: em observância das finalidades já mencionadas, determina ainda que sejam consideradas a habilitação, a condição pessoal, as necessidades futuras do preso, oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho (art. 32).

Ao preso provisório, o trabalho é facultativo, devendo ser cumprido tão-somente no interior do estabelecimento penal.

Verificamos, portanto, que a Lei de Execução Penal, desde que observadas essas linhas gerais, não traz qualquer óbice para que o preso trabalhe na reconstrução, ampliação ou reforma do presídio onde se encontra internado.

A lei chega até mesmo a permitir àqueles que se encontrem cumprindo pena em regime fechado o trabalho externo em serviços e obras públicas, realizados por órgãos de Administração Direta ou Indireta. Poderão, ainda, trabalhar em entidades privadas, desde que sob vigilância e mediante sua concordância.

“Diante dessas considerações, entendemos dispensável a inclusão de dispositivo que permita, explicitamente, o trabalho de presos na reconstrução ou reforma de presídios. E mais: somente se harmonizaria com as demais disposições da Lei de Execução Penal se contivesse caráter meramente exemplificativo. Além disso, não nos parece conveniente realçar apenas essa espécie de trabalho do preso, em detrimento de tantas outras possíveis”.

E, aqui, a nota técnica desenvolve as razões.

Sr. Presidente, estou encaminhando um ofício ao Governador Cláudio Lembo e ao Secretário de Assuntos Penitenciários do Estado de São Paulo esclarecendo esse ponto, que solicito sejam transcritos.

Este é o ofício encaminhado ao Governador:

“Tendo em vista nossa reunião acerca das causas e soluções para o problema da violência no Estado de São Paulo, incluindo os acontecimentos em Araraquara, quando sugeri que os reeducandos daquela Penitenciária pudessem

trabalhar na reconstrução de suas respectivas unidades prisionais, V. Ex^a instou-me a apresentar projeto de lei neste sentido”.

.....
“Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex^a sugestão do Dr. Hélio Bicudo, Presidente da Fundação Interamericana de Direitos Humanos, no sentido de que V. Ex^a determine a realização de exames balísticos nos projéteis que me foram entregues em Araraquara, visando apurar quem são os responsáveis pelos ferimentos vislumbrados nos reeducandos”.

“Encaminho-lhe, ainda, cópia do pronunciamento que proferi no Plenário do Senado Federal acerca dos últimos fatos...” Sejam os fatos dos proferidos anteriormente, seja o do proferido hoje.

Muito obrigado pela atenção e tolerância, Senador Roberto Saturnino Braga.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores:

O QUE FAZ UM SENADOR?

Em minhas andanças pelos quatro cantos do Estado de São Paulo, sempre alguém me pergunta sobre as atribuições de um senador. Procurarei responder a essa indagação de uma forma muito resumida.

A instituição política chamada Senado é muito antiga. O seu nome, em latim, **Senatus**, equivale a “conselho de anciãos”; ou seja, seria uma casa política ocupada por pessoas mais velhas. A nossa Constituição exige que, para alguém ser eleito para o Senado, deve ter, pelo menos, 35 anos de idade.

O Senado, no Brasil, existe desde a outorga, por D. Pedro I, da Constituição de 1824. Naquela época, o senador era vitalício e escolhido pelo Imperador, a partir de uma lista tríplice aprovada nas províncias. A idade mínima exigida para se tornar senador era, então, de 40 anos e o candidato deveria ter uma renda anual de, pelo menos, oitocentos mil réis! Um detalhe: os príncipes da Casa Imperial eram membros natos do Senado, a partir dos 25 anos de idade.

Nosso modelo atual de senado republicano foi, basicamente, copiado da Constituição dos Estados Unidos da América, de 1787, e adotado, inicialmente, na Constituição de 1891, a primeira depois da proclamação da República.

Em que consiste esse modelo? Os participantes da Convenção de Filadélfia, que seu reuniu entre

maio e setembro de 1787 para elaborar a Constituição dos Estados Unidos da América, miraram-se nas experiências da Grécia e Roma, na Antiguidade, para construir o senado moderno.

Da Grécia os norte-americanos aproveitaram a partilha de funções no processo legislativo. Em Atenas, onde se praticava a chamada democracia direta, o que equivaleria ao senado — a *boulé* — preparava as proposições que deveriam ser discutidas e adotadas pela assembleia do povo, a chamada *ágora*. Embora observassem a repartição de atribuições, os norte-americanos inverteram aquele procedimento, concebendo o senado como uma casa de revisão, no processo legislativo, das proposições aprovadas pela “casa dos representantes” (*The House of Representatives*) do povo — a Câmara dos Deputados — o que seria, na democracia representativa, uma nova *ágora*. Nisso, pareciam copiar a Casa dos Lordes, do parlamento britânico, que faz a revisão das proposições aprovadas pela Câmara dos Comuns. Só que, como os senadores também tinham a iniciativa do processo legislativo, a Câmara dos Deputados exercia, também, a função de revisão das proposições aprovadas pelo Senado. Isso passou a ser um dos elementos fundamentais do mecanismo de “freios e contrapesos” que caracteriza as instituições políticas norte-americanas e que também repetimos no Brasil.

De Roma, os norte-americanos revigoraram a idéia de que o senado deve controlar as atividades do poder executivo, a justiça, as finanças públicas e a política externa. Na essência, o mote “controlar quem deve prestar contas” movia o Senado Romano, imprimindo-lhe a marca da **Res publica**, daí falar-se, até hoje, em Senado da República.

Vejamos, onde, hoje, encontramos a projeção dessas preocupações no cotidiano dos senadores brasileiros, de acordo com o que está na Constituição.

Os senadores devem controlar as atividades do poder executivo? Sim. São os senadores, por exemplo, que julgam o Presidente da República e seus Ministros nos crimes de responsabilidade, ou *impeachment*. Em alguns casos, eles compartilham essa tarefa de controle com a Câmara dos Deputados. Podemos ilustrar isso com as comissões parlamentares de inquérito, os pedidos de informações, as convocações de autoridades para prestação de esclarecimentos, a invalidação de decretos que exorbitem o poder de regulamentação previsto em leis. Os senadores apreciam, ainda, as indicações do Presidente da República, para várias entidades de regulação de atividades econômicas ou os membros do Conselho da República, órgão consultivo da Presidência. Quando examinam, confirmando ou derrubando, os vetos apostos pelo Presidente da

República aos projetos de lei, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados controlam o poder executivo, o mesmo ocorrendo quando apreciam as medidas provisórias.

Os senadores controlam a justiça? Aqui a resposta também é afirmativa. Todos os cidadãos que são indicados pelo Presidente da República para compor o Supremo Tribunal Federal e os demais tribunais superiores, excetuado o Tribunal Superior Eleitoral, só podem ser nomeados depois de sabatinados e aprovados pelo Senado. Igualmente, o chefe do Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, precisa passar pelo crivo de controle dos senadores. Ademais todas essas autoridades e o Advogado-Geral da União são processados e julgados, em casos de *impeachment*, pelo Senado Federal. Desde a Reforma do Poder Judiciário, aprovada em 2004, o Senado é responsável pelo exame e aprovação dos nomes que compõem o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. Esses órgãos fiscalizam a eficácia do desempenho dos juizes e tribunais, zelando, ainda, pela observância de parâmetros éticos, no exercício das funções jurisdicionais.

Os senadores controlam as finanças públicas? Positivo. Aqui a competência dos senadores é bem expressiva. Eles dão a palavra final em relação às operações externas de natureza financeira, notadamente de crédito externo e também as de crédito interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as garantias para honrar os empréstimos; definem os limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. São os senadores que examinam as indicações do Presidente da República para a diretoria do Banco Central, aprovando-as ou rejeitando-as. Além disso, em conjunto com a Câmara dos Deputados, o Senado Federal dispõe sobre as leis orçamentárias, definindo a destinação dos gastos da União, em função da arrecadação. Aqui, vale lembrar, que o Senado, pelo orçamento, controla ações do poder executivo e também do judiciário. Duas vezes ao ano, as autoridades monetárias prestam contas ao Congresso Nacional, aí incluído o Senado, sobre o estado das finanças públicas nacionais. De mais a mais, cabe ao Senado Federal avaliar, periodicamente, a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. Nesse particular, é bom assinalar que as alíquotas de certos tributos estaduais não podem ultrapassar os limites fixados por resoluções do Senado Federal.

Os senadores controlam a política externa? Sim. Os chefes de missões diplomáticas brasileiras precisam ser aprovados pelo Senado Federal, antes de assumirem seus postos no exterior. Já os tratados,

acordos e convenções internacionais, assinados pelo poder executivo, precisam obter a aprovação definitiva da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para serem considerados incorporados ao ordenamento jurídico da União.

Ao observarmos o papel do Senado nas questões de finanças públicas, podemos perceber o quão importante ele é no dia-a-dia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Aqui emerge a sua função federativa, e por isso mesmo essa casa parlamentar é chamada Senado Federal. Quando os norte-americanos discutiam, na Filadélfia, em 1787, como seria a composição do senado, o debate foi bastante acirrado e, por uma votação bem apertada, decidiram que todo e qualquer Estado da Federação, independentemente de sua população, território ou pujança econômica teria a mesma representação: dois senadores, eleitos para um período de seis anos. Essa decisão foi muito importante para resguardar a integridade de um Estado nacional com dimensões continentais. Nos EUA há Estados que possuem dois senadores e apenas um deputado! Nós também observamos o critério de paridade, mas com três senadores, e essa decisão tem sido importante para preservar nossa unidade como país de enormes dimensões territoriais e diversidade cultural.

Podemos dizer que o Senado é importante sob três aspectos: proporciona maior reflexão sobre o processo legislativo, amadurecendo o debate de idéias voltadas à conversão em normas, iniciado na Câmara dos Deputados; exerce uma função de controle republicano da atividade política; e, finalmente, funciona como órgão de estabilização política das diversas regiões, praticando ações que fortalecem a estrutura de nosso Estado federativo, concatenado em três esferas de poder: uma delas soberana, a União, e outras duas autônomas, os Estados – Distrito Federal – e os Municípios.

Concluindo, devo dizer, com base nas informações aqui sucintamente expostas que, como Senador do Estado de São Paulo, é meu dever envidar todos os esforços, no âmbito das atribuições do Senado, para proporcionar as condições de desenvolvimento sócio-econômico e cultural para o nosso Estado e para os cidadãos que vivem em seus 645 Municípios. Mas nossos afazeres não terminam por aí. Como vimos, o Senado tem funções que dizem respeito à promoção do bem de todos os brasileiros, sem exceção. E o Estado de São Paulo, por ser o mais desenvolvido e por ser o maior centro de convergência de brasileiros de todos os rincões, não pode fugir às suas responsabilidades de tomar a dianteira nas tarefas de construir uma socie-

dade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza, a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais e regionais. Nessa perspectiva, é que tenho apresentado proposições, visando o bem-estar dos paulistas e de todos os brasileiros, a exemplo do projeto que, aprovado pelo Congresso Nacional, se transformou na Lei nº 10.835, de 2004, que institui a renda básica de cidadania. Igualmente, o Projeto de Lei do Senado nº 605, de 1999, que trata das sociedades cooperativas.

Em síntese, podemos dizer que um senador é, ao mesmo tempo, um membro do Parlamento, daí ser lícito chamá-lo de parlamentar; é um representante de um Estado-membro da Federação junto aos Poderes da União, daí falar-se em Senado Federal, e, por último, é uma expressão da forma de governo republicano adotada pela Constituição, daí ser denominado “Senador da República”.

Como parlamentar é sua função participar do processo legislativo, considerando, como mandatário, os interesses de toda a população, e usar da palavra, na tribuna e fora dela, para emitir sua opinião sobre todas as questões de interesse nacional.

Como membro do Senado Federal deve zelar pelo desenvolvimento sócio-econômico e cultural de seu Estado, dos Municípios que o integram, buscando compatibilizar essa defesa com as legítimas manifestações dos outros senadores em favor dos seus respectivos Estados.

Como Senador da República, impõe-se-lhe fiscalizar os atos dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público, das Forças Armadas e das Missões Diplomáticas, sem deixar de apontar os erros e desvios de conduta dos próprios parlamentares, no exercício dessa função.

Por tudo isso, é que, ao tomar posse, o senador promete, solenemente, guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo lhe conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Não por acaso nossa bandeira estampa o mapa do Brasil. Afinal, nós, paulistas, temos por missão realizar aquilo que é o lema inscrito no brasão de nosso Estado: “Pelo Brasil, façam-se grandes coisas”!

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLEY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ofício n.º 01279/2006

Brasília, 07 de agosto de 2006.

Senhor Governador,

Tendo em vista nossa reunião acerca das causas e soluções para o problema da violência no Estado de São Paulo, incluindo os acontecimentos ocorridos no Presídio de Araraquara, quando sugeri que os reeducandos daquela Penitenciária pudessem trabalhar na reconstrução de suas respectivas unidades prisionais, Vossa Excelência instou-me a apresentar Projeto de Lei neste sentido. Solicitei então à Consultoria Legislativa do Senado Federal a elaboração de tal Norma Legal, sendo então informado que o nosso ordenamento jurídico já possibilita que isso ocorra, conforme Nota Técnica anexa.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência sugestão do Dr. Hélio Bicudo, Presidente da Fundação Interamericana de Direitos Humanos, no sentido de que Vossa Excelência determine a realização de exames balísticos nos projéteis que me foram entregues em Araraquara, visando apurar quem são os responsáveis pelos ferimentos vislumbrados nos reeducandos.

Encaminho-lhe, ainda, cópia do pronunciamento que proferi no Plenário do Senado Federal acerca dos últimos fatos ocorridos em nosso amado estado.

Desde já grato pela atenção dispensada, renovo votos de elevada consideração.


Senador EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y

Excelentíssimo Senhor

CLÁUDIO LEMBO

Governador do Estado de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes

05698-900 - São Paulo – SP

Autor Eduardo Suplicy (PT - Partido dos Trabalhadores /SP)

Data 12/07/2006

Casa Senado Federal

Tipo Discurso

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) –Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
Sr. Presidente, hoje, inúmeros Senadores fizeram comentários a respeito dos episódios de violência acontecidos em São Paulo, com a morte tanto de funcionários do sistema penitenciário como de civis. Ontem, inclusive, houve a morte de um jogador de futebol, que era filho de um agente penitenciário, possivelmente sendo confundido com outra pessoa – ainda se estão apurando os fatos. Avalio, diferentemente de alguns dos nossos colegas, que o importante é realizarmos um grande empenho, com muita responsabilidade por parte de nós, Senadores, dos Parlamentares, do Governo Federal, do Ministro Márcio Thomaz Bastos, do Presidente Lula, do Governador Cláudio Lembo, dos Secretários de Segurança e de Assuntos Penitenciários e dos Prefeitos de cada uma das cidades onde estão essas instituições penitenciárias. Além disso, há a cooperação, de um lado, do Ministério Público e, do outro, dos juízes.

Os presos de Araraquara com os quais dialoguei salientaram que estavam muito preocupados e que uma das razões da rebelião teria sido a demora do juiz de Araraquara em tomar decisões que levassem em conta a legislação brasileira e decisões do Superior Tribunal de Justiça visando assegurar àqueles que fazem jus à progressão de suas penas a possibilidade de gozar do regime semi-aberto. Nem sempre isso tem sido considerado devidamente em muitas de suas solicitações.

Ressalte-se que precisamos atacar as raízes de tanta criminalidade. Isso explica o nosso empenho em cuidar daqueles projetos e iniciativas que possam fazer do Brasil uma nação mais justa, onde não haja tanta disparidade, nem a incidência de pobreza absoluta em meio à riqueza acumulada de forma tão acentuada. Precisamos também nos empenhar para que, cada vez mais, a Justiça decida a favor de penas alternativas que possibilitem aos que tenham cometido delitos e causado mal a terceiros na sociedade brasileira possam, quando possível, realizar ações reparatórias definidas pelos juízes de maneira adequada.

Em muitos países, as penas alternativas têm formas muito interessantes, didáticas e que permitem que a pessoa reflita a respeito do mal que causou a outrem. Por outro lado, é importante colaborarmos para que o sistema penitenciário, sobretudo em São Paulo, não continue superlotado.

Sr. Presidente, eu encaminhei à assessoria jurídica do Senado Federal uma solicitação no sentido de atender à sugestão do Governador Cláudio Lembo, feita em diálogo comigo, para que apresente, o quanto antes, no Senado Federal, projeto de lei que permita que aqueles reeducandos que tenham a vontade de trabalhar para a reconstrução do sistema penitenciário possam colaborar.

Registro, então, o diálogo muito construtivo e respeitoso que tive com o Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, na última segunda-feira.

NOTA TÉCNICA Nº 734, DE 2006

Referente à STC nº 200604466, do Senador EDUARDO SUPPLY, na qual requer a elaboração de proposição legislativa para alterar a Lei de Execução Penal, a fim de se *permitir que reeducandos possam trabalhar na reconstrução e reforma de suas respectivas unidades prisionais.*

O Senador EDUARDO SUPPLY solicita a elaboração de proposição legislativa, que altere a Lei de Execução Penal, para se permitir aos presos o trabalho na reconstrução e reforma de suas respectivas unidades prisionais.

A Lei n.º 7.210, de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, trata, no Capítulo III, do trabalho do preso, o qual deverá ter finalidade educativa e produtiva (art. 28). Com efeito, o trabalho constitui importante instrumento para a ressocialização dos presos, devendo, em regra, ser remunerado.

Destaque-se que a Lei de Execução Penal determina a obrigatoriedade do trabalho interno, no caso de condenado à pena privativa de liberdade, atendidas suas aptidões e capacidades (art. 31, *caput*). Em observância das finalidades já mencionadas, determina, ainda, que sejam consideradas a habilitação, a condição pessoal, as necessidades futuras do preso e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho (art. 32).

Ao preso provisório, o trabalho é facultativo, devendo ser cumprido tão-somente no interior do estabelecimento penal (art. 31, parágrafo único).

Verificamos, portanto, que a Lei de Execução Penal, desde que observadas essas linhas gerais, não traz qualquer óbice para que o preso trabalhe na reconstrução, ampliação ou reforma do presídio onde se encontra internado.

Ressalte-se que a Lei de Execução Penal chega até mesmo a permitir àqueles que se encontrem cumprindo pena em regime fechado o trabalho externo em serviços e obras públicas, realizados por órgãos da Administração Direta ou Indireta. Poderão, ainda, trabalhar em entidades privadas, desde que sob vigilância (art. 36, *caput*) e mediante sua concordância (art. 36, § 3º).

Diante dessas considerações, entendemos dispensável a inclusão de dispositivo que permita, explicitamente, o trabalho de presos na reconstrução ou reforma de presídios. E mais: somente se harmonizaria com as demais disposições da Lei de Execução Penal se contivesse caráter meramente exemplificativo. Além disso, não nos parece conveniente realçar apenas essa espécie de trabalho do preso, em detrimento de tantas outras possíveis. Vejamos as razões desse entendimento.

Primeiramente, nos termos do art. 24, inciso I, da Constituição Federal (CF), a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre direito penitenciário é concorrente. Assim, a União deverá limitar-se tão-somente a estabelecer normas gerais sobre a matéria (§ 1º do art. 24 da CF), cabendo aos Estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre as normas específicas. A nosso aviso, a enumeração das formas de trabalho que poderão ser desempenhadas pelos presos não está em perfeita sintonia com a competência da União para legislar sobre normas gerais. Em verdade, a definição do trabalho a ser executado pelos presos encontra-se no âmbito da discricionariedade administrativa. Do contrário, tornar-se-ia impossível às autoridades responsáveis pelos estabelecimentos penais, bem como ao juiz de execução penal, no momento da atribuição do trabalho, levar em conta a habilitação, a condição pessoal, as necessidades futuras do preso e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho (art. 32).

Vale destacar, novamente, que a redação atual da Lei de Execução Penal não impede que o preso trabalhe na reconstrução, reforma ou ampliação de presídios. Parece-nos que as poucas experiências – ou sua pouca divulgação –,

nesse sentido, se devem, na realidade, a problemas de ordem prática. Por exemplo, os presos podem não concordar, ou mesmo hostilizar aqueles que concordem em trabalhar na reconstrução (eventualmente com reforço da segurança contra fugas) de estabelecimento no qual eles mesmos terão de cumprir pena.

Por derradeiro, acreditamos que uma reflexão mais profunda poderá levar à seguinte questão: considerando que o trabalho do preso, em regra, deve ser remunerado – e não cremos que deveria ser diferente –, poderá o preso que concorreu para a destruição de edificações e instalações do estabelecimento penal, como ocorreu nas recentes rebeliões em São Paulo, trabalhar em sua reconstrução e reforma mediante remuneração paga pelo próprio Estado? Melhor explicando: **a introdução, na Lei de Execução Penal, de dispositivo específico para permitir que presos trabalhem na reconstrução e reforma de presídios, somada à inexistência de especificação para outras formas de trabalho, não poderia conduzir a interpretações equivocadas no sentido de que o Estado teria o dever de remunerar o preso para que ele trabalhe em obra a cuja destruição ele mesmo deu causa? E mais além: essa alteração legislativa não poderá até mesmo estimular a destruição dos presídios pelos detentos, a fim de que lhes seja garantida a obtenção de renda, considerando que a oferta de trabalho prisional, muitas vezes, não absorve a demanda existente?**

Feitas essas considerações, colocamo-nos à inteira disposição do Solicitante para qualquer outro esclarecimento ou providência que julgar necessária.

Seguem, em anexo, os dispositivos da Lei de Execução Penal concernentes ao trabalho do preso.

Consultoria Legislativa, 25 de junho de 2006.

Susane Guida de Souza
Consultora Legislativa

ANEXO

CAPÍTULO III Do Trabalho

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequenas despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

Art. 30. As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

SEÇÃO II Do Trabalho Interno

Art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

Parágrafo único. Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

Art. 32. Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado.

§ 1º Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo.

§ 2º Os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade.

§ 3º Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado.

Art. 33. A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.

Parágrafo único. Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal.

Art. 34. O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado.

§ 1º Nessa hipótese, incumbirá à entidade gerenciadora promover e supervisionar a produção, com critérios e métodos empresariais, encarregar-se de sua comercialização, bem como suportar despesas, inclusive pagamento de remuneração adequada. (Renumerado pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

§ 2º Os governos federal, estadual e municipal poderão celebrar convênio com a iniciativa privada, para implantação de oficinas de trabalho referentes a setores de apoio dos presídios. (Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

Art. 35. Os órgãos da Administração Direta ou Indireta da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e dos Municípios adquirirão, com dispensa de concorrência pública, os bens ou produtos do trabalho prisional, sempre que não for possível ou recomendável realizar-se a venda a particulares.

Parágrafo único. Todas as importâncias arrecadadas com as vendas reverterão em favor da fundação ou empresa pública a que alude o artigo anterior ou, na sua falta, do estabelecimento penal.

SEÇÃO III Do Trabalho Externo

Art. 36. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

§ 1º O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra.

§ 2º Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho.

§ 3º A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso.

Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.

Parágrafo único. Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a será atendido, na forma regimental, quanto à solicitação que faz de transcrição.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vimos aqui uma peça de oratória feita pelo Senador Eduardo Suplicy. Em sua imaginação caleidoscópica, S. Ex^a aborda os mais variados assuntos, todos eles oportunos e atualizadíssimos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer ao Senador Eduardo Suplicy, que contou a seus inúmeros fãs espalhados pelo Brasil afora, de maneira sucinta, o que é o Senado da República e sua importância, que eu sintetizaria dizendo que esta Casa não seria completa se não tivesse tido a felicidade de vê-lo como um de seus membros. Acho que nada mais sintetizaria o valor e a importância desta Casa do que sua passagem por ela, pela maneira como se comporta e, acima de tudo, pela maneira como a defende.

Por final, ouvimos o Senador Eduardo Suplicy, que é um homem altamente interessado nas questões brasileiras e muitas vezes incompreendido pelo seu próprio Partido, que assume discussões suprapartidárias, republicanas, como a ocorrida em sua recente visita ao presídio de Araraquara.

S. Ex^a prestaria um serviço maior a São Paulo e ao Brasil se, em vez de tentar a recuperação do presídio de Araraquara por parte dos próprios presidiários, já que a lei o faculta, conseguisse, com o prestígio que possui, que o Governo descontinenciasse, que liberasse, os recursos previstos no Orçamento para São Paulo, pois estão presos, não são liberados. Aliás, quero ser justo: os recursos destinados à manutenção de presídios, pertencentes ao fundo penitenciário, deveriam ser liberados para todo o Brasil.

O Governo que o Senador Eduardo Suplicy defende com muita ênfase iniciou seu mandato prometendo verdadeira revolução prisional nesta República, afirmando que construiria presídios de segurança máxima Brasil afora, o que não se concretizou, pelo menos até agora.

O Governo deveria também assumir os presos federais. Grande parte dos problemas vividos nos presídios de São Paulo deve-se ao excesso de lotação. Há presos condenados pela prática de crimes, cuja punição é de competência federal. O Governo de V. Ex^a deveria assumi-los e deixar para o Estado de São Paulo apenas os presos estaduais.

Caro Senador Roberto Saturnino, no começo desta tarde, ao me dirigir ao Senado, eu ouvia o pronunciamento de V. Ex^a, em que convocava a todos nós para que deixássemos um pouco de lado esse tema recorrente de combate à corrupção, sempre a velha tese, sempre o mesmo assunto.

V. Ex^a dizia, e bem, que isso não significa que não seja importante esse combate, mas que o Brasil não pode viver apenas do discurso monocórdio desse tema; tem de derivar e caminhar para outras questões. E eu, admirador que sou de V. Ex^a faz muitos anos, nem sequer tinha assento em nenhuma das Casas do Congresso, vim de lá para cá com esse propósito, que vou tentar cumprir.

A oradora seguinte, Senadora Fátima Cleide, não ouviu o apelo sequer do correligionário e fez um discurso também combatendo a corrupção. Ela, de maneira muito brilhante, tratou de alguns problemas do seu Estado, Rondônia, que se repetem na esfera federal. Seria importante que as providências pedidas por ela pede e as acusações de omissão que fez valessem também para a esfera federal. A Senadora disse uma coisa fundamental, Senador Suplicy: que nada daquilo seria possível se não fosse a participação do Executivo, referindo-se ao Executivo do Estado de Rondônia. Pela mesma coisa estamos nos batendo aqui: não existiriam os sanguessugas se não houvesse o Executivo. A Casa, infelizmente, pela atuação de alguns pares, transformou-se numa filial, mas a matriz geradora é exatamente o Executivo nacional. Sem ele, sem a participação de ministros, de assessores, de funcionários, de servidores – que são os que liberam ou não liberam –, jamais passaríamos por esse vexame e essa provação que tanto incomodam a V. Ex^a e – imagine – ao povo brasileiro.

Parece-me que o Senador Eduardo Suplicy deseje um aparte, e eu, com o maior prazer, o concedo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, quero agradecer as palavras que V. Ex^a pronunciou a respeito do meu trabalho e da minha presença no Senado Federal. Quero, também, dizer que é importante a forma como V. Ex^a, Senador pelo Estado do Piauí, pelo PFL, procura exercer as funções importantes de um Senador, não apenas como o que expressa a vontade do povo: como o que legisla; mas, também, como o que fiscaliza. E nessa

função constitucional de fiscalizar os atos do Executivo, V. Ex^a, legitimamente, aqui, sempre chama a atenção para aspectos importantes. Obviamente, tanto o Presidente da República como os seus ministros sabem que qualquer deslize que porventura aconteça no âmbito da administração federal... E V. Ex^a sabe quão grande é a administração e que nem sempre é fácil, em qualquer governo, evitar que ocorram problemas. Mas, numa democracia, é importante que tenhamos a possibilidade de, no Congresso, ter a representação dos que apóiam o Governo e dos que são opositores. Para nós, que apoiamos, que somos base de apoio do Governo do Presidente Lula, sempre que surge da parte de qualquer Senador ou Parlamentar da Oposição a chamada de atenção para algum aspecto que foi incorreto, que foi contrário à legislação, que se caracteriza por ser um delito, temos a responsabilidade de ajudar o Poder Executivo, o Ministro, o Presidente, onde estiver havendo o problema. Então, muitas vezes, a palavra de um Senador da Oposição, chamando a atenção para algum aspecto, pode ter um sentido muito construtivo. Tenho a convicção, a intuição, a percepção de que a palavra do Senador Roberto Saturnino Braga foi de como nós aqui possamos ter, sobretudo, sempre um espírito de construção para o que melhor possa acontecer em nosso País. Esse é o sentido que percebo da recomendação do Senador Roberto Saturnino.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concordo com V. Ex^a. O Senador Saturnino é uma pessoa muito transparente nas suas opiniões e, acima de tudo, no seu comportamento. Vê-se que o sentimento dele de incômodo é o sentimento de um brasileiro que prefere ver este Congresso produzindo uma agenda positiva a estar sempre tentando fechar a porta para crises que são recorrentes. Mas, Senador Saturnino, eu vinha, no carro, com a determinação de atender a V. Ex^a e não falar nesta tarde em corrupção. Não quero falar nesse tema a não ser que forçado seja no correr deste pronunciamento. Quero falar sobre um tema altamente momentâneo, oportuno e sério: a proposta feita semana passada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de uma Assembléia Nacional Constituinte. É evidente que me debrucei horas e horas meditando sobre quem estaria inspirando o Presidente do Brasil. O Presidente do Brasil que talvez tenha sido, em toda a história desta República, quem mais visitou o mundo, quem mais conversou com autoridades pelo mundo afora. Hospedou-se em palácios. Fiquei pensando: será que é sugestão do Tony Blair? Será que é sugestão da rainha Elizabeth, que o hospedou no palácio, que lhe emprestou a carruagem oficial para voltas pelos parques e jardins de Londres?

Será possível que foi o Primeiro-Ministro da França ou alguém da comunidade europeia? Fiquei, Senador Saturnino Braga, horas e horas pensando de onde vinha a inspiração presidencial. Trata-se de um homem que passou vinte anos pregando a democracia e seu amor a ela. Naturalmente a sua idéia de uma Assembléia Constituinte tinha um único e exclusivo objetivo: fortalecer os alicerces da liberdade que o País vive hoje. Passei inclusive a achar, para ser justo, que aquela tentativa de censurar a atividade de jornalista ou de querer expulsar do Brasil um jornalista americano que foi contra o seu pensamento era fruto de uma má interpretação. O cerceamento da liberdade cultural através da censura prévia às peças teatrais financiadas pelo Governo, que foi um assunto que discutimos tanto aqui – e V. Ex^a, Senador Suplicy, é um homem que defende, com muita ênfase e convicção, as artes –, achei que aquilo fosse também intriga da imprensa. Mas que exemplo, que modelo no Brasil neste momento inspirou o Senhor Presidente para propor à Ordem dos Advogados do Brasil a criação dessa Constituinte, exclusiva ou não – isso já no campo dos detalhes? A minha preocupação primeira é que a Assembléia Nacional Constituinte é feita em circunstâncias específicas, como as que o Brasil viveu ao longo da sua história: mudança de Império para República, de ditadura para democracia. Agora, iríamos mudar de quê para quê? Qual seria a grande mudança, Senador Saturnino Braga, que justificaria de S. Ex^a essa idéia?

Aliás, o ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin disse, com muita propriedade, que para colocar ladrão na cadeia não se precisa de nova Constituinte, basta a apuração e o cumprimento das leis.

Esperei o fim-de-semana, a sua assessoria e os seus Senadores acusaram o golpe e colocaram a culpa nos membros da OAB. A OAB, por sua vez, desmente que a iniciativa tenha partido deles e diz que foi idéia do Presidente. Hoje há uma nota que condena, Senador José Jorge. Aí pergunto: o que estaria por trás disso tudo? Uma tentativa desesperada de desviar o foco das atenções para o assunto sobre o qual prometi a V. Ex^a não falar, ou seja, a corrupção? Por isso não vou me aprofundar nisso. Ou será para desviar o quê?

Aí cheguei a um fato grave, Senador José Jorge.

Temos dois exemplos de constituintes recentes. Uma, já realizada, foi promovida pelo vizinho Chávez, na Venezuela, transformando o país numa quase ditadura, cerceando a liberdade e limitando as ações democráticas do povo da Venezuela. A segunda foi instalada ontem pelo Sr. Evo Morales, que, se for por aí, é um lamentável exemplo para o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva seguir.

Senador Saturnino Braga, não me passa pela cabeça que um Presidente do Brasil se inspire no Sr. Evo Morales, não por presidir a Bolívia, que é um país pelo qual temos o maior respeito, mas pelo comportamento que o Sr. Evo Morales teve com o Brasil e com os brasileiros, com o desrespeito com os que lá moram e com o desrespeito à propriedade brasileira ali instalada.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Jorge, com muito prazer escuto V. Ex^a.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Meu caro Senador Heráclito Fortes, comungo das mesmas preocupações de V. Ex^a. Estranhei muito quando o Presidente Lula veio com essa história de convocar uma assembleia constituinte. Todos sabemos que a nossa Constituição está em vigor, foi aprovada há poucos anos, inclusive com a nossa participação e a do próprio Presidente Lula. Foi uma Constituinte que gerou uma Constituição para o País que ninguém está querendo modificar. Não há nenhum movimento social no Brasil para que se faça uma nova Constituição. Dá para desconfiar do que há por trás dessa proposta feita na véspera da eleição. Sabemos que a Constituinte que houve na Venezuela, com o Presidente Hugo Chávez, dizimou a Oposição. Hoje em dia, o Congresso Nacional da Venezuela só tem parlamentares governistas, é a base do governo completa, porque a oposição se recusou a disputar eleições nas condições que estavam estabelecidas.

Aqui, bem ou mal, nós temos uma Oposição que discute, como é próprio do regime democrático. Uma constituinte agora poderia levar ao fim o regime democrático. Estou aqui com a nota da OAB, que V. Ex^a citou: “com relação à proposta de convocação de uma Assembleia Constituinte para implementar essa ou qualquer outra reforma, o Conselho Federal rejeita liminarmente e esclarece que já se manifestou anteriormente em termos cabais a respeito dessa questão e considera, nesses termos, matéria vencida. Constituinte plena ou parcial, exclusiva ou derivada, só se justifica quando há ruptura institucional. Não é o caso. Em que pesem as múltiplas denúncias envolvendo agentes públicos que abalaram o país nos últimos meses, as instituições funcionam e estão em condições de fornecer os remédios necessários à preservação da governabilidade, na plenitude do Estado Democrático de Direito”. É o que diz a nota assinada pelo presidente da OAB, o advogado Roberto Busato. Portanto, Senador Heráclito Fortes, essa questão de que a OAB é favorável a essa constituinte também é uma enganação. E só uma idéia de alterar as regras do regime democrático no Brasil poderia fazer com que o Presidente Lula, a

esta altura, quisesse fazer uma Constituinte, que, como V. Ex^a sabe, gera uma profunda instabilidade no País porque todas aquelas regras que estão na Constituição e que, de certa maneira, conduzem a vida pública e privada no País ficam **sub judice** no momento em que se abre a possibilidade de se elaborar uma nova Constituição. É um desserviço, mais uma vez, que o Presidente Lula presta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a e digo, sem medo de errar, que falecem no Presidente Lula condições políticas e morais para pedir ao País uma Assembleia Nacional Constituinte. Políticas por quê? Teve uma vitória nesta Nação semelhante à de dois brasileiros, Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello, em termos de maioria, mas não teve a capacidade de transformar essa conquista em instrumento para promover as reformas de que o País necessitava no âmbito do Congresso Nacional. Ao invés de abolir o que tanto condenou, que era o troca-troca partidário, as negociatas de um passado que tanto condenou, botou a sua equipe de governo enveredando exatamente pelo mesmo caminho, fazendo com que esta quadra para a vida pública nacional fosse das mais tristes de que temos notícia. Surgiram o mensalão, o caso Waldomiro, o dos sanguessugas, o do dólar na cueca e por aí afora. Condição moral não tem porque não tem condição de presidir nem de participar aquele que preside um País e, a cada escândalo novo que acontece, diz à Nação que não sabia, que não tinha conhecimento. Então, não pode de maneira nenhuma, não tem autoridade para pedir Assembleia Nacional Constituinte quem não tem autoridade sequer de dela participar. Quem tinha autoridade para pedir Assembleia Nacional Constituinte era Ulysses Guimarães – que percorreu este Brasil todo pregando democracia – e Tancredo Neves. Nós tivemos a Constituinte cidadã e não tivemos nela nenhum envolvimento de parlamentares com troca-troca, compra de voto ou corrupção.

O que estamos vendo nesses últimos quatro anos nos obrigava a, no primeiro item, banir da vida pública, por profilática medida, todos aqueles que participaram de atos como este, que talvez tenha sido a motivação do próprio Presidente em pedir ao País ou demonstrar que está pedindo à Nação esta Assembleia, como se isso, Senador Eduardo Suplicy, fosse o suficiente para que o povo brasileiro esquecesse que o grande agente é o seu Governo e como comandante ele próprio e não este Congresso, que é mais vítima do que qualquer outra coisa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a indagou, de início, de quem teria surgido essa proposta, essa iniciativa. E quem, nesses últimos dias, acalentou a proposta, cumprimentando até e dizendo que desde 1992 vem propondo, é o eminente jurista, por quem eu tenho estima pessoal, Ives Gandra Martins, com o qual, entretanto, eu próprio não estou de acordo. Eu gostaria de...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a é mais da linha do Dr. Dalmo Dallari. Eu concordo plenamente com V. Ex^a e o parabeno pelo escolha.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu, de fato, neste caso, avalio que o ensinamento do professor Dalmo Dallari, segundo o qual a Constituição de 1988 já prevê a forma adequada de modificações na Constituição por meio da apresentação, discussão e votação, com a exigência de três quintos de aprovação, com duas votações em cada uma das Casas, constitui a maneira adequada e correta. Eu concordo com o ponto de vista salientado pelo Senador José Jorge de que, na verdade, se justifica uma Constituinte quando há uma ruptura, um processo que não é propriamente o que está acontecendo no Brasil. Agora, é de se reconhecer e respeitar a opinião do Presidente, a sua insatisfação em relação à demora do Congresso Nacional em promover a reforma política. Quero até dizer que nós, aqui no Senado – e ainda há pouco V. Ex^a observou, quando eu mencionei que muitas vezes o Senado até avança mais do que a Câmara dos Deputados –, avançamos mais rapidamente na votação de itens da reforma política do que a Câmara. Nós votamos a favor da fidelidade partidária, um dos temas mais candentes; a Câmara ainda não o fez. Nós também tínhamos avançado mais na exigência da exposição, em tempo real, pela rede mundial de computadores, de todas as receitas e despesas. E a Câmara tornou essa exigência menos firme na medida em que exigiu que a transparência se dê em 6 de agosto e na primeira semana de setembro, mas com transparência total de receitas e despesas fornecida à Justiça Eleitoral e à opinião pública apenas após a realização das eleições. Então, penso que cabe razão ao Presidente quando expressa o quanto ele gostaria que a reforma política andasse muito mais depressa. E por ocasião de encontro que mantive com o Presidente Lula nesse fim de semana, percebi que ele tem inúmeras sugestões daquilo que avalia como adequado e correto, por exemplo...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Inspiradas em Chávez ou em Morales?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Levando em consideração a nossa própria realidade. Eu, por exemplo, quando aqui ingressei pela primeira vez, em 1990, anunciei como parte daquilo que defenderia aqui no Senado que o mandato de senador também fosse de quatro anos. Naquela primeira legislatura, lembro-me de não ter conseguido as 27 assinaturas necessárias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tenho certeza de que V. Ex^a não volta mais com um projeto desses. Gostou tanto deste Senado que é incapaz de retornar com esse projeto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não. Justamente estou providenciando...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nesses últimos quatro anos, V. Ex^a não o apresentou. Não repita o Lula, que não faz nada no mandato e, às vésperas das eleições, volta com idéias dessa natureza. Não faça isso!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não. Vou solicitar, primeiro, Senador Heráclito Fortes. Lembro-me perfeitamente de ter conseguido o número de assinaturas necessário. Mas o Senador Maguito Vilela apresentou proposta nesse sentido, com mais alguns itens. Essa eu subscrevi e acredito que ela ainda esteja tramitando. Continuo a defender o mandato de quatro anos. Eu não teria problema algum em ser eleito por quatro anos e, depois, se assim o povo avaliar, ser reeleito.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me um aparte?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É claro que, se eleito por oito anos, haverá legitimidade, porque a Constituição assim o permite. Outra proposição que vou reapresentar – eu o fiz na forma de projeto de lei, mas agora considero que será mais adequado fazê-lo na forma de proposta de emenda à Constituição – é que, na hora de eleger os senadores, o povo também escolha, entre dois, três ou até quatro nomes, quem deve ser o primeiro e o segundo suplentes, para que também todo e qualquer suplente que aqui chegue e assumo tenha sido eleito diretamente pelo povo. Então, essa é outra proposição que já apresentei, desde a primeira vez em que fui eleito Senador. A matéria tramitou, e o Senador Sérgio Machado, como relator da proposta de reforma política, preferiu outra sistemática, para encurtar o mandato do Senador, de tal maneira que o suplente ficaria no máximo dois anos, porque, logo em seguida, teria que haver uma eleição direta para aquela vaga. Isso foi para a Câmara dos Deputados e até hoje não foi votado. Mas vou apresentar essa idéia na forma de uma proposta de emenda à Constituição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pre-ocupo-me muito com V. Ex^a e com a sua biografia. V. Ex^a acabou de dizer que a preocupação do Presidente ao pedir a Constituinte é porque ele se preocupa com a demora do Congresso.

V. Ex^a é congressista e está falando para o Brasil. A culpa da demora em votarmos as reformas é desta Casa ou a culpa vem das medidas provisórias que o Presidente da República manda para cá?

Aliás, quais as reformas que o Presidente da República mandou para esta Casa nos últimos quatro anos? Gostaria de ouvir o que V. Ex^a tem a dizer sobre isso, e o Brasil todo deve estar querendo ouvi-lo também.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Já em 2003, apresentou a proposta de reforma da previdência e, em diálogo com todos os Governadores, a de reforma tributária. Foi aprovado...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estamos falando de reforma política, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a perguntou no sentido global.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas vamos às reformas: quem trava essa pauta é o Congresso deliberadamente ou é o Presidente com as medidas provisórias?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Bem, o que posso dizer é que nós aqui no Senado votamos mais rapidamente as propostas de reforma política do que a Câmara, que ainda falta completar o seu trabalho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estas Casas são siamesas. A questão não é essa. O que quero ouvir de V. Ex^a é: quem trava a pauta do Congresso? É má vontade nossa, dos Parlamentares, ou o Governo que manda de maneira exagerada medidas provisórias para esta Casa?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É o resultado da interação do Poder Executivo com o Legislativo. Temos responsabilidade também, não apenas o Executivo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas somos nós que editamos as medidas provisórias, Senador Suplicy?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É o Poder Executivo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito obrigado, gostei de ouvir essa declaração de V. Ex^a. Finalmente alguém que tira do Legislativo a culpa e a assume e que pertence ao Governo.

Ouçõ o Senador José Jorge.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sem tirar do Legislativo a responsabilidade.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Sr. Presidente, meu caro Heráclito, eu ia fazer um aparte, quando falou o Senador Suplicy, porque, na verdade, outra coisa que causa estranheza nessa proposta é que o Presidente Lula, como está governando há três anos e meio o País, tem poder de iniciativa de encaminhar para o Congresso uma reforma política, por meio de uma emenda constitucional ou de algum projeto lei, daqueles temas que considerasse prioritário mudar na legislação política ou na legislação eleitoral. Mas, ao menos pelo que me lembre, nesse período de três anos e meio, o Presidente Lula não encaminhou ao Congresso nenhum projeto de reforma política que não tenha sido aprovado ou, por acaso, rejeitado. Pelo contrário, aqueles projetos de iniciativa parlamentar, mesmo o projeto do Senador Bornhausen, que relatei aqui, foi para a Câmara, voltou e foi aprovado. Era uma minirreforma para diminuir os custos, o que está sendo, inclusive, aplicado nessa eleição. Na realidade é de se estranhar. Se o Presidente Lula quisesse efetivamente realizar uma reforma política e saber quais são as fontes – essa expressão reforma política é muito ampla; pode até haver reforma que piore e pode haver outras que melhorem –, deveria ter, durante o seu mandato, do qual já cumpriu três anos e meio, encaminhado ao Congresso um projeto de lei complementar, ou um projeto de lei, ou uma emenda constitucional. Se o Senado não o aprovou, tampouco a Câmara, e o projeto está engavetado, então até se justificava que ele quisesse, mesmo sendo pouco, de qualquer maneira, uma reforma constitucional, uma constituinte. Mas se ele não apresentou nada, não há nada que justifique isso. O Congresso não aprovou o projeto simplesmente porque ele não foi apresentado pelo Executivo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Jorge, o estranho nisso tudo é que temos nesta Casa homens experientes como o Senador Suplicy e o Senador Saturnino. Estou falando só dos parlamentares do PT. Não quero falar dos parlamentares da base do Governo para não misturar aquele pessoal envolvido naquelas coisas. Prometi ao Senador Saturnino que não vou tocar nesse assunto hoje.

Imagine, Senador Roberto Saturnino, o desapontamento de V. Ex^a e do Senador Eduardo Suplicy, parlamentares por vocação, quando vêem, de repente, o Presidente da República puxar o assunto de reformar uma Carta que é oriunda deste Congresso sem ter tido consideração e respeito com esta Casa, sem ter ouvido de nenhum de V. Ex^{as} sequer uma opinião sobre o que deveria ser tocado e o que era necessário mudar. O Presidente fez uma viagem a um país vi-

zinho, na América do Sul, e voltou com esse espírito transformador.

Senador Roberto Saturnino, todo o Brasil e o mundo sabem que o Presidente da República não tem nenhum apreço por esta Casa. Todas as vezes que ele se manifesta é para depreciá-la. Quando foi constituinte, era um dos dez mais ausentes. Não ia. Numa oportunidade, disse que era uma Casa de 300 picaretas. Assumiu o Governo e resolveu testar. A maneira de testar foi mandar seus aliados verem... Não vou abordar o assunto porque hoje tenho o compromisso, que vou honrar, de não falar de corrupção. E deu no que deu.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Quero, em primeiro lugar, agradecer a V. Ex^a, o que acho que faço até em nome do Senado e em nome da opinião pública, porque V. Ex^a trouxe um tema realmente diferente e rico, um tema interessante, de relevância, sobre o qual cabe a nós nos pronunciarmos. Não se deve ficar repetindo e repetindo aqui tudo que se passa na CPI, o que, sob o ponto de vista eleitoral, não é ruim para o Presidente Lula, porque a opinião pública está observando que isso é tática eleitoral e incompetência da Oposição para tratar dos temas substanciais. V. Ex^a traz um tema de substância, que é a questão da constituinte. Quero dizer a V. Ex^a que não estou em desacordo, não. Confesso a V. Ex^a que a mim me custa formar uma opinião, até porque não sou do campo jurídico. Então, quanto a essas decisões e a formar opinião sobre esses temas, levo muito tempo para sedimentar e firmar minha posição. Mas cumprimento V. Ex^a pela forma elevada com que está trazendo o assunto e colocando-o em discussão. Eu só queria aproveitar e fazer uma observação sobre o que V. Ex^a disse ao invocar o exemplo de dois países da América do Sul que instalaram constituintes depois que ocorreram rupturas. Tanto na Venezuela quanto na Bolívia ocorreram rupturas graves, o sistema político foi abalado por repetidos golpes no caso da Bolívia e um golpe que depôs o Presidente por mais de 24 horas no caso da Venezuela.

Nestes dois casos, V. Ex^a há de convir que se justificava a assembléia constituinte, que foi eleita pelo voto popular e democrático. Nenhuma instituição internacional condenou ou apontou fraudes nas eleições da Bolívia ou da Venezuela.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL–PI) – Não houve na Venezuela, Senador?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não. Que eu saiba, não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Jimmy Carter esteve lá representando um organismo internacional...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Pois é. Ele esteve lá e não me consta que tenha...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que é isso? Acontece que as ações dessas entidades são limitadas. Pela primeira vez, em quarenta anos, vejo V. Ex^a mudar o pensamento para defender a constituinte do Chávez e do Morales. Fico...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Heráclito Fortes, foram constituintes eleitas pelo voto popular, tanto a da Bolívia quanto a da Venezuela. Onde está a fraude? Quem apontou fraude?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não estamos falando de fraude, mas do espírito democrático. Qual foi o objetivo desses gestos?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a começa a abstrair, a falar em espírito democrático, mas sei aonde V. Ex^a vai chegar: são ambos presidentes, chefes políticos e líderes que pautam suas ações pela defesa do interesse popular, contra os interesses do capital, que, afinal de contas, é o que defende a nossa elite, da qual faz parte a maioria dos representantes da oposição ao Governo Lula. No meu juízo, na minha visão, trata-se disso. V. Ex^a está definindo as coisas muito bem. É esta definição que quero trazer ao Senado: quem defende uma linha de atuação que favoreça ao brasileiro mais carente, como ao venezuelano mais carente, como ao boliviano explorado secularmente, e quem defende os interesses do mercado, do capital. É isso que tem de ficar claro, para que as coisas sejam assumidas com franqueza, com direção certa. Então, acho que V. Ex^a, ao invocar esses dois exemplos, assumiu a sua posição, o que é muito importante, que penso ser o que deve acontecer nesta Casa Legislativa, como em qualquer fórum de debates do País. De modo que quero cumprimentar V. Ex^a pelo tema, pela relevância do tema e pela clareza com que assumiu as suas posições, condenando dois presidentes que são socialistas, sim, e V. Ex^a não é um socialista, mas um capitalista assumido e defende o interesse do capital. Então, isso é muito importante, Senador Heráclito. Isso é o que há de mais importante, a meu juízo, no quadro político que estamos vivendo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a confunde defesa de capital com defesa da livre iniciativa.

V. Ex^a entrou no PT em que ano? Não lembro mais. Em que ano V. Ex^a filiou-se ao PT?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – No início da campanha de 2002. Antes eu era do Partido Socialista.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Sempre fui de um partido de esquerda.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Foi para a praça pública combater o FMI, foi para a praça pública combater a política de juro, deve ter entrado na igreja, ter sido abençoado naquela campanha em que o PT usou a Igreja para o combate à Alca. V. Ex^a não protestou quando o Presidente Lula, antes de tomar posse, rompeu com tudo que disse em praça pública e foi buscar no seio do Partido a que ele iria sucederia o Presidente do Banco Central. V. Ex^a não protestou quando ele fez acordos com o FMI e quando ele mandou representantes ao Equador para negociar a continuidade do acordo com a Alca. Aliás, quando eu vinha para cá – presto atenção a tudo o que V. Ex^a diz –, ouvi, no meu carro, V. Ex^a, em seu pronunciamento, fazer até uma apologia da Alca... Então, Senador Saturnino, a questão não é esta...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Apologia da Alca?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim. Hoje, V. Ex^a fez, sendo mais preciso, apologia das negociações do brasileiro...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Exatamente. Para negociações com o Mercosul, com a comunidade sul-americana, jogando a Alca para daqui a vinte anos...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah... Mas traíram a Igreja, que acreditou muito em vocês. Traíram a Igreja... Não foi isso que vocês prometeram.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Olha, Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não foi isso.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Os que nos escutam...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a ficou satisfeito...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – ... sabem que V. Ex^a é um homem inteligente e está distorcendo as coisas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não! Não! Eu estou distorcendo a escolha do Dr. Meirelles para Presidente do Banco Central?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não, não está. V. Ex^a está falando a verdade...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas V. Ex^a não protestou...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Protestei. Aí é que V. Ex^a se engana.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Onde está esse protesto? Eu quero ler esse protesto aqui.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Basta V. Ex^a pegar as notas taquigráficas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero ver isso!

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – ... da sabatina do Sr. Meirelles.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, sabatina é outra coisa. Sabatina é outra coisa.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não, não, é o momento de manifestar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aliás, não vi ninguém protestar contra a escolha do Sr. Meirelles. Quem protestou foi o PSDB, que se viu traído: ajudou a eleger um Deputado em Goiás, e, de repente, o Deputado sai, deixa o mandato...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Heráclito, não só protestei durante a sabatina como protestei, depois, não contra a pessoa do Sr. Meirelles, mas contra a política que ele estava fazendo, que é o que interessa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas, Senador Saturnino, eu sou capitalista...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Ele podia ser uma pessoa que tivesse mudado de idéias e assumido e feito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aceito que sou capitalista. Mas como é que V. Ex^a ouviu a imprensa noticiar hoje que o Bradesco teve o maior lucro de toda a sua história exatamente no governo socialista de V. Ex^a?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não, o Governo Lula não é socialista.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O que o Governo Lula é?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – É um Governo que tende, procura o caminho do socialismo, mas não é socialista. O Governo Lula respeitou as exigências do mercado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas antes o que ele era? O que era antes? O que era o PT antes de ser Governo?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – O PT era socialista, sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Por que não é mais?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – O PT é um partido socialista.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Por que não é mais?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Ele é! O PT é, mas o Governo não pode ser, porque ele não tem condições de praticar uma política socialista. Não há condições reais, não há condições de afrontar o mercado e estar sujeito a uma desestabilização que haveria de prejudicar toda a população brasileira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas por que enganaram o povo brasileiro dizendo que ia fazer isso e que o social seria a sua prioridade? A prioridade social foi comprar o Aerolula por 168 milhões, pagos adiantados.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Agora, no momento que finda o mandato, é o momento exatamente do julgamento, pela população, dos compromissos do candidato Lula e seu cumprimento. Quem vai julgar não é V. Ex^a, nem eu, mas o povo, o eleitorado como um todo. Vamos ver o resultado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a está chegando exatamente aonde eu quero. O Aerolula é tão vergonhoso para o Presidente da República que ele está viajando e deixando o Aerolula na garagem, no hangar. Ele está indo ou num avião da Embraer ou no velho Sucatinha, que, por medida de economia, devia ter sido vendido ou repassado para outras atividades. Veja, V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Acho que este é o debate. Senador Heráclito, assomei hoje à tribuna para exatamente dizer isto: que este era o debate que estava faltando. É muito importante que V. Ex^a tenha vindo hoje para possibilitá-lo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aliás, fiquei muito triste porque V. Ex^a, como homem nacional, não estava em Minas ontem, com o Newton Cardoso e o Presidente Lula, para avaliar esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito, permita-me informar que hoje todos os oradores tivemos bastante generosidade por parte da Presidência dos trabalhos. Mas, de todos, V. Ex^a é aquele que mais tempo está tendo.

Tive um tempo generoso, que foi da ordem de 45 minutos, mas V. Ex^a já está na tribuna há 49 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, Sr. Presidente, V. Ex^a teria direito a 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, como o Senador José Jorge é o próximo orador e seu colega de Partido, do PFL, preciso aqui dizer o quão importante é que V. Ex^a dê oportunidade ao seu colega do Estado de Pernambuco de usar da palavra ainda nesta tarde. Depois, temos ainda inscrito o Senador Paulo Octávio.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, vou abrir mão do meu tempo para que esse bri-

lhante pronunciamento do Senador Heráclito Fortes continue.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Suplicy, estou sem voz. V. Ex^a não é ditador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Abro mão do meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Espero que o Chávez não tenha baixado no espírito de V. Ex^a, que é um democrata.

Apenas gostaria de dizer que fui paciente: ouvi V. Ex^a contar o filme da Zuzu Angel todinho. Só o interrompi porque um ouvinte pediu que não contasse o resto.

Senador Saturnino, o grande momento é este, e V. Ex^a disse tudo. O Presidente Lula de agora não vai ser o mercador de esperança de quatro anos atrás. O Presidente Lula, que enganava todos, vai ter de prestar contas ao País no programa da televisão. Se ele não fizer isso, ele só terá duas saídas.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Ele vai fazer isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ou sairá como cínico ou como autoritário, como arrogante. Não fica bem para um trabalhador nenhuma das duas circunstâncias. Ele vai ter que mostrar.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Ele fará isso. É o que ele vai fazer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Todos aqueles assuntos sobre os quais eu assumi o compromisso com V. Ex^a de não falar hoje ocorreram no Governo dele. Ele vai ter que contar ou, então, passará como cínico ou como arrogante, e nenhuma das duas circunstâncias ficará bem para esse trabalhador, que se mutilou, no começo da vida, ao sair do Nordeste e ir para São Paulo, procurando melhores dias. Naquele impacto de redemocratização, feito com Golbery do Couto e Silva e Petrônio Portella, criou o embrião do Partido dos Trabalhadores. É isso que nós vamos ver nesse período. Aquelas bandeiras que azucrinavam a vida da gente nas ruas das grandes cidades, onde sequer se tinha o direito de usar a calçada, estão recolhidas. Aquele vermelho, aquela multidão vermelha, mudou de cor: azul, amarelo, verde. Eu não sei a cor que meu amigo Suplicy está usando na campanha em São Paulo. Espero que seja fiel e continue com o vermelho e com a estrelinha.

Concedo o aparte ao Senador José Jorge e, depois, finalizo o meu pronunciamento.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Concedo meu tempo a V. Ex^a, Senador Heráclito. Na realidade, o Governo do Presidente Lula não tem nada de socialista. É um Governo capitalista, é um Governo que, na verdade, manteve uma política econômica rígida. Aliás,

deu continuidade ao Governo anterior, mas com uma política econômica mais rígida ainda – Banco Central, grande lucro dos Bancos... Nunca os Bancos tiveram, no Governo Fernando Henrique ou em qualquer outro, os lucros que tiveram durante o Governo do Presidente Lula. Agora mesmo, na Internet, foi divulgado o lucro de um Banco, que só perde para o da Vale do Rio Doce e, possivelmente, para o da Petrobras, quando se divulgar. Na realidade, não se trata de um Governo socialista. Entretanto, o Governo Lula aprimorou-se em empregar sindicalistas. Foi publicada matéria, nesta semana, na revista **Época**, Senador Saturnino e Senador Heráclito Fortes, que mostrava que o Governo do Presidente Lula, no uso da máquina, na politização da máquina pública, empregou mais de 500 sindicalistas. Alguns sindicalistas importantes, que foram Deputados, têm salários de R\$ 20 mil ou R\$ 25 mil, dirigem Sebrae e coisas parecidas, como Paulo Okamoto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então, não é socialista; é um Governo sindicalista.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – É um Governo sindicalista, um Governo que deu muitas oportunidades aos sindicalistas para que melhorassem as suas condições econômicas trabalhando no Governo. Alguns certamente eram preparados para isso, e outros, completamente despreparados. O critério não foi o preparo. Nesse ponto de vista, o Governo deu a lição ao Brasil de como empregar tanto sindicalista em prazo tão curto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Enquanto isso, quero, por dever de justiça, testemunhar. Acompanhei a luta do Senador Roberto Saturnino, não como carioca, mas como brasileiro, defendendo com unhas e dentes a Varig; não por ser a Varig, mas por ser empregadora de 12 mil funcionários de maneira direta e de mais de 40 mil de maneira indireta. Seria difícil explicar ao País o fato de aquela empresa ir à bancarrota exatamente no Governo dos trabalhadores. Vi a força e a luta de V. Ex^a – o seu semblante não nega –, a sua frustração e decepção pela insensibilidade deste Governo, porque, se há um culpado pelo fechamento da Varig, Senador Roberto Saturnino, chama-se Governo do Presidente Lula, que não atendeu aos apelos, aos sinais, não atendeu na hora precisa, inclusive quando V. Ex^a, quando as nossas Comissões se reuniram para tentar socorrer essa empresa.

Aliás, não vi até agora, durante estes quatro anos, este Governo ficar ao lado do trabalhador, a começar pela fila dos aposentados, imposta, por meio de novas normas, pelo Ministério da Previdência. Vi a desassistência aos que padeceram aqui e lá fora, como o que morreu na Inglaterra e aquele do Iraque, cuja família V. Ex^a tanto se esforçou para consolar. É um Partido insensível a esse tipo de causa a começar pela fila dos aposentados, imposta, por meio de novas normas, pelo Ministério da Previdência. Vi a desassistência aos que padeceram aqui e lá fora, como o que morreu na Inglaterra e aquele do Iraque, cuja família V. Ex^a tanto se esforçou para consolar. É um partido insensível a esse tipo de causa.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concedo o aparte ao Senador Roberto Saturnino, com o maior prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Fui Prefeito do Rio de Janeiro e sempre fui socialista. Entretanto, na Prefeitura, não pude realizar um Governo socialista, porque temos um ideário e caminhamos em direção a ele, mas temos que respeitar a realidade das circunstâncias. É o que está acontecendo com o Governo Lula. Mas quem vai fazer esse julgamento é a população. E a classe trabalhadora está percebendo o esforço dele e as restrições do mercado. Então, vamos discutir. Eu acho que o Governo Lula podia avançar um pouco mais. Eu fui o primeiro relator do PPA. Eu queria uma mudança gradual, mas fui derrotado. Até compreendi e acho que, no cômputo geral, tendo em vista o que foi feito em programas sociais, como a redistribuição de renda, que, pela primeira vez na história do País, está sendo obtida, realmente compensa. O povo está reparando, observando, Senador Heráclito Fortes. É ele que vai julgar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É exatamente essa observação que V. Ex^a fez, que é preciosa, que vai levar o povo a não tentar, de maneira alguma, reeleger esse Presidente.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Vamos ver.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se, em quatros anos, não teve capacidade – com toda a força, com todo o vigor, com todo o apoio – de cumprir nada do que prometeu, entregou-se de braços abertos ao capital, aos banqueiros, à corrupção... Como é que, em quatro anos...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – É o povo que vai julgar isso, não é V. Ex^a. Vamos esperar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que metamorfose vai acontecer com Sua Excelência? Até porque perdeu o que havia de bom na equipe.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – A metamorfose já começou a acontecer. Vai se aprofundar, vai se ampliar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Perdeu Dirceu, perdeu Palocci, perdeu Genoíno. O primeiro time do Presidente Lula foi caindo, um a um, está hoje sem nomes.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço a V. Ex^a que encerre, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Encerro, Sr. Presidente, agora, dizendo a V. Ex^a: se a intenção do Presidente da República fosse honesta, não seria jamais a de convocação de Assembleia Nacional Constituinte. Fomos Constituintes e sabemos que ela é uma atividade paralisante. A paralisia do País nós vivemos há poucos anos. Senador Eduardo Suplicy, os dispositivos aqui invocados por V. Ex^a, de reformas, aconteceram inclusive na revisão já proposta por Dr. Ulysses Guimarães, em seu texto original. A questão não é esta, e sim a de se paralisar o País para uma nova Assembleia, que será apenas para arremedar os erros atuais. E aí o Sr. Alckmin tem razão: “Para botar ladrão na cadeia, não precisamos de uma nova Assembleia Nacional Constituinte”. Agora, se o Presidente for bem intencionado como V. Ex^a é,...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Propõe ao próximo Governo um pacto de reforma política para os 90 primeiros dias. Ao próximo Presidente da República. E que todos os candidatos assumam, então, este compromisso, mas com seriedade, não criando factóides, e depois colocando a responsabilidade na OAB, que vem aqui e desmente, desmoralizando a palavra do Chefe de Estado. Quem procede dessa maneira falece de autoridade para propor e principalmente para comandar qualquer reforma neste País, até porque não teve, em quatro anos, capacidade de fazer 10% do que prometeu.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT-SP) – Com a palavra o Senador José Jorge. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Paulo Octávio. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, João Tenório, Flexa Ribeiro, João Batista Motta, Marcos Guerra e Paulo Otávio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para comentar a matéria intitulada “Contador diz ter discutido pagamento com ministro”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição do último dia 13 de junho do corrente.

A matéria trata de mais um dos escândalos e fatos mal explicados do governo do Partido dos Trabalhadores. Em relação ao dinheiro recebido e enviado ao exterior, o Ministro Márcio Thomaz Bastos nega. É quase uma tradição desse governo, o ministro nega e a Polícia não investiga como deveria. É importante que fique registrado.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A8 brasil

TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2006

Contador diz ter discutido pagamento com ministro

Polícia não investigou declarações sobre envio do dinheiro a um paraíso fiscal

Ministro da Justiça volta a negar ter recebido recursos no exterior em 93 e afirma que somente fez remessas para a Suíça a partir de 1994

RUBENS VALENTE
DA REPORTAGEM LOCAL

O contador Carlos Roberto Alves, ex-diretor financeiro da agropecuária Ermovale, de Ibaté (SP), afirmou à Polícia Federal em 2003 que tratou com o então advogado dos donos da empresa, Márcio Thomaz Bastos, hoje ministro da Justiça, o pagamento de US\$ 4 milhões como honorários advocatícios.

A conversa teria ocorrido em meados de 1993 no escritório do advogado na avenida Liberdade, no centro de São Paulo. Dias depois do suposto encontro, a agropecuária tomou um empréstimo de US\$ 4 milhões no banco Excel, em São Paulo, e remeteu o dinheiro ao paraíso fiscal de Liechtenstein, na Europa, onde foram adquiridas ações da empresa offshore Piermont Corporation, cujos donos são desconhecidos.

O depoimento integra o inquérito aberto pela Polícia Federal em 2003 e arquivado no STF (Supremo Tribunal Federal) em 2004. Em cinco entrevistas à *Folha* na semana passada, o dono da agropecuária, Ivo Morganti Júnior, e sua mãe, Maria Dirce Morganti, revelaram que a remessa ao exterior destinou-se ao pagamento dos honorários de Bastos.

numa declaração assinada pelo contador. A PF não pediu ao Uruguai nenhuma busca oficial para localizar o documento.

O advogado defendeu ambos da acusação de terem participado do homicídio do pai de

Júnior, Ivo Morganti, em fevereiro de 1982. O filho foi absolvido, e a viúva, indultada.

Thomaz Bastos também atuou, segundo o contador, nos processos judiciais que buscaram reintegrar à família o patrimônio bloqueado à época pela Justiça, avaliado em US\$ 150 milhões, segundo ele.

Segundo Ivo Morganti Jr., a conta bancária que recebeu o dinheiro foi indicada por Bastos e a operação foi realizada pelo Excel. No inquérito, ele não havia declarado que o destino final do dinheiro era Bastos: dissera que a remessa ao exterior foi uma forma de investimento para proteção do patrimônio da empresa.

Segundo o delegado da PF que conduziu o inquérito, Moacir Moliterno, hoje chefe da Interpol, as declarações de Morganti são "um fato novo", que poderiam levar a Procuradoria da República a pedir um novo interrogatório de Morganti e uma reabertura das investigações. O ministro voltou a negar ontem, por meio de sua assessoria, ter recebido recursos no ano de 1993. Reconhece apenas remessas para a Suíça a partir de novembro de 1994.

No depoimento à PF, o contador Carlos Roberto Alves afirmou que "comentava-se" na empresa, à época da operação financeira, que o total dos honorários de Bastos correspondiam a 20% do total do patrimônio recuperado, ou aproximadamente US\$ 30 milhões.

Num primeiro momento, segundo Alves, o advogado recebeu como pagamento dos honorários parte da fazenda Tamandua, pertencente à agropecuária. Segundo o contador, a escritura da propriedade registrava US\$ 3 milhões, mas o preço real era de US\$ 12 milhões. Morganti Jr. apontou o mesmo valor ao depor à PF: "Essa fazenda valeia aproximadamente US\$ 12 milhões da época".

Segundo o contador, Morganti Jr. deu então recompra a parte da fazenda entregue ao advogado. Segundo o contador, seu encontro no escritório de Bastos serviu para discutir os detalhes do pagamento. "O advogado Márcio aceitava esse pagamento em parcelas, com valor inicial de US\$ 4 milhões e o restante em parcelas", disse ele à PF.

Alves disse ter comentado detalhes da operação com seu amigo, o vendedor de imóveis Carlos Umberto Pereira. Em depoimento, o vendedor disse ter ouvido de Alves que o destino real do dinheiro foi registrado num cartório do Uruguai,

saiba mais

Família teve vitória graças ao ministro

DA REPORTAGEM LOCAL

O ministro Márcio Thomaz Bastos atuou por cerca de dez anos como advogado do engenheiro Ivo Morganti Jr. e de sua mãe, Maria Dirce Farani Morganti, herdeiros de usinas de álcool e açúcar em São Carlos e Ibaté (SP).

O usineiro Ivo Morganti foi morto com um tiro nas costas em 25 de fevereiro de 1982. Ele acabara de deixar a casa da professora primária Maria Célia Casati, com quem teria um relacionamento amoroso.

A investigação da Polícia Civil chegou a uma cartomante que acusou Maria Dirce. Bastos explorou supostas contradições nos depoimentos da cartomante. A usineira foi condenada em 1987 a três anos e dois meses, mas foi posta em liberdade porque já havia passado três anos presa. Bastos também absolveu Morganti Jr. das acusações em 1985. Na década de 80, Maria Dirce e seu filho discutiram a posse da herança, avaliada em US\$ 150 milhões. Bastos obteve um acordo em 1989 para divisão dos bens. (RV)

outro lado

Ministro nega reunião em 93 com contador

DA REPORTAGEM LOCAL
DA SEUSAL DE BRASÍLIA

A assessoria do ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) negou, em nota, que ele tenha se reunido em 1993 com o contador Carlos Roberto Alves para discutir o pagamento de US\$ 4 milhões a título de honorários advocatícios. "A apuração da PGR [Procuradoria Geral da República] foi arquivada por solicitação do próprio [ex-]procurador [Carlos Fonteles], acolhido pedido pelo Supremo Tribunal Federal", diz.

O ministro preferiu não conceder entrevista à *Folha* sobre o assunto. O pedido é feito desde quarta-feira.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros que participam da reunião semanal de coordenação política do governo avaliaram que a revelação de um ex-cliente, de que Bastos recebeu US\$ 4 milhões no exte-

rior, é "requentada".

O ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, afirmou que Thomaz Bastos tocou no assunto na reunião de ontem e suas explicações teriam sido satisfatórias para a cúpula do governo.

"Foi uma denúncia já feita em outra oportunidade, investigada pela Polícia Federal e arquivada pelo Supremo. Portanto é uma matéria requentada", afirmou.

A *Folha* publicou ontem que um ex-cliente do ministro, Ivo Morganti Jr., revelou que fez remessa de US\$ 4 milhões a Thomaz Bastos em 1993, para pagamento de honorários de caso em que o hoje ministro da Justiça atuou como advogado.

Foi aberta investigação da Polícia Federal sobre o caso em 2003, que acabou arquivada no ano seguinte, sem a realização dos procedimentos básicos de investigações de crimes financeiros.

Por meio de sua assessoria, Bastos afirmou que sua primeira transação financeira no exterior ocorreu no final de 1994.

(RV, PDL e ES)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o editorial intitulado “Reforço contra crises”, publicado no **Correio Braziliense** do dia 19 de junho do corrente.

O texto destaca “O Brasil continua mais vulnerável a tremores na economia mundial do que fazem crer alguns economistas e políticos”. É verdade, muitos economistas sérios alertam para o fato. Não se pode esconder a fragilidade do que foi alcançado, é preciso combater a corrupção e melhorar a qualidade dos gastos públicos.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o editorial passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE

Data: 19/06/2006

VISÃO DO CORREIO Reforço contra crises

O Brasil continua mais vulnerável a tremores na economia mundial do que fazem crer alguns economistas e políticos. Verdade que — graças a contas públicas em melhor estado do que há uma década — já não frequenta o grupo dos que pegam uma pneumonia quando o gigante da América do Norte, responsável por um quarto de todo o comércio internacional, fica resfriado. Entretanto, as últimas semanas foram pródigas em demonstrar quão longe estamos de possuir uma armadura contra crises externas.

Os Estados Unidos, devido a fragilidades fiscais e nas contas correntes, assiste a um processo de desvalorização do dólar. É uma das formas de ajuste da economia interna e mundial. Some-se a isso os efeitos, no próprio mercado norte-americano, do elevado preço do barril de petróleo, próximo dos US\$ 70 — o dobro do que se previa na passagem para o atual século. Não é exagero dedicar atenção a um possível quadro de recessão. No mínimo, haverá desaceleração do crescimento mundial.

No Brasil, o real está mais forte por causa da fragilidade do dólar. O fato ajuda a controlar a inflação (menos de 5% ao ano), a pagar a dívida externa, mas afeta as exportações, pois nossos produtos ficam mais caros. O desemprego aumenta em alguns setores mais sensíveis a esse processo, como calçados, couros e têxteis. O saldo da balança comercial mantém-se forte, mas dá sinais de perda de fôlego. Na indústria, há pequena queda no emprego há oito meses seguidos.

Outra conta paga pelos Estados Unidos, devido a seus problemas econômicos, é o aumento da inflação (próxima de 4,5% ao ano), que leva o Federal Reserve (banco central, chamado popularmente de Fed) a aumentar os juros quase que mensalmente. Vai continuar assim até que existam sinais inequívocos de que a elevação do custo de vida está controlada. As taxas mais altas por lá atraem investimentos para os títulos públicos norte-americanos e, claro, esse dinheiro sai de lugares como a Bolsa de Valores de São Paulo. Nos últimos 30 dias, cerca de R\$ 1,2 bilhão deixaram o Brasil. Os ganhos que a bolsa havia conseguido este ano até maio estão, agora, quase zerados.

É bom observar que, apesar desse quadro, a taxa básica de juros brasileira mantém sua trajetória de queda. E deve continuar assim. Vivemos uma situação obtida pela melhora das contas públicas. É um ponto inegociável, mas que precisa ser aprofundado. Não podemos descansar diante do que foi conquistado, pois o preço será a perda desse avanço. A evolução depende de mais qualidade nos gastos públicos e combate ao ralo da corrupção. Dessa forma, a estrada para um longo período de queda nos juros será pavimentada para que o país possa crescer no nível necessário (pelo menos 4% ao ano) à redução drástica do desemprego, atualmente próximo de 10% da População Economicamente Ativa. Esse é um caminho certo para passarmos a figurar entre os países menos afetados por qualquer crise externa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Oposição diz que ‘Voz do Brasil’ boicota críticas a Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 3 de agosto do corrente.

A matéria destaca que “Senadores da oposição denunciaram ontem o que consideram censura às críticas que fazem ao governo Lula em dois órgãos de divulgação das atividades parlamentares: **A Voz do Brasil** e o **Jornal do Senado**”.

Ainda segundo a matéria, “Levantamento feito por assessores de Bornhausen, mostra que nas últi-

mas edições da *Voz do Brasil* não consta nenhum dos ataques feitos a Lula pelos seus mais contundentes críticos”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

12 | NACIONAL | QUINTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

CONGRESSO

Oposição diz que ‘Voz do Brasil’ boicota críticas a Lula

Senadores do PFL e PSDB também reclamam de cortes em discursos contra o presidente no ‘Jornal do Senado’

Rosa Costa
BRASÍLIA

Senadores da oposição denunciaram ontem o que consideram censura às críticas que fazem ao governo Lula em dois órgãos de divulgação das atividades parlamentares: *A voz do Brasil* e o *Jornal do Senado*. A censura, segundo eles, ocorre quando têm os discursos boicotados no programa veiculado em todo o País, de segunda à sexta-feira, ou pela supressão nos discursos das frases mais agressivas contra o presidente da República e seus ministros. “Estamos de volta ao tempo do DIP de Getúlio Vargas”, protestou em plenário o presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), referindo-se ao Departamento de Imprensa e Propaganda que controlava a mídia na ditadura de Vargas.

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), o uso eleitoral de meio de comunicação “serve para alguém manter o poder”. “Vou ficar com os ouvidos grudados na *Voz do Brasil*, é preciso não mais haver nenhum censor, isto aqui é uma

democracia e como tal não admite que sejam cerceados os direitos dos parlamentares da oposição, porque eles representam uma parcela eficiente da população que está com nojo da corrupção”, alegou.

Levantamento feito por assessores de Bornhausen, mostra que nas últimas edições da *Voz do Brasil* não consta nenhum dos ataques feitos a Lula pelos seus mais contundentes críticos. Ou seja, ficaram de fora, além de Bornhausen, os discursos de Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio, Álvaro

agir. “Isso é um absurdo, que não vai acontecer”, disse. “Se aconteceu por falha ou seja lá o que for, do setor de comunicação do Senado, vou tomar providências cabíveis”, prometeu.

EXPLICAÇÕES

O secretário de Comunicação do Senado, jornalista Armando Rollemberg, afirma que na Casa “não tem e nem haverá nenhuma espécie de censura”. Prova disso, disse, seria o fato de as sessões serem transmitidas ao vivo. Rollemberg defendeu que, quando muito, pode

ter havido falha no critério de edição. “A editoria preferiu priorizar a defesa dos parlamentares que estão sendo acusados”, alegou, referindo-se ao espaço dado à senadora Serys Slhessarenko (PT), à líder do PT, Ideli Salvatti (SC) e ao senador Magno Dias (PL-ES).

Ele disse ainda que as queixas mais constantes partem de governistas que se sentem preteridos. Para ele, a diferença se explica pelo fato de que “muitas vezes há cinco ou seis da oposição no plenário e só um ou dois do governo”. ●

FRASES

Jorge Bornhausen Senador do PFL

“Estamos de volta ao tempo do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) de Getúlio Vargas”

ro Dias (PSDB-PR) e do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). A pedido deles, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), prometeu

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Chirac critica Lula por falta de flexibilidade”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 18 de julho do corrente ano.

A matéria destaca que o presidente francês, Jacques Chirac, criticou a falta de flexibilidade de Lula nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio. Para o líder francês, o presidente brasileiro pensa assim: “O que é meu é meu; o que é dos demais é negociável”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senador João Batista Motta

TERÇA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO | ECONOMIA | B3

REUNIÃO DE CÚPULA

Chirac critica Lula por falta de flexibilidade

Para o líder francês, presidente brasileiro pensa assim: ‘O que é meu é meu; o que é dos demais é negociável’

Jamil Chade
Denise Chrispim Marin
SÃO PETERSBURGO

O almoço de ontem entre os chefes de Estado das economias mais poderosas do mundo, em São Petersburgo, foi palco de uma batalha verbal. O presidente francês, Jacques Chirac, criticou a falta de flexibilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC). Deixou claro que, apesar de sua “amizade” com o líder brasileiro, o comércio é um capítulo a parte.

Portanto, completou Chirac, não haveria nenhuma “confiança” entre França e Brasil ao tratarem do tema. Mais comedido, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, cravou a real dificuldade para alcançar os pré-acordos sobre agricultura e serviços até 17 de agosto: os avanços nas últimas duas semanas, afirmou ele, foram apenas “marginais”.

Lamy não entrou no debate de Chirac com Lula; o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, manteve uma distância defensiva; a primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, preferiu uma posição híbrida, ao dizer que todos têm de flexibilizar suas posições. O primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, preservou seu otimismo, mesmo depois de ouvir todos eles. Lula expôs seus argumentos já expressos,

pouco antes, em seu discurso.

Quatro horas depois, quando se encontrou com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, Lula comentou o ataque do francês. “Eu continuo otimista que o presidente Chirac vai ceder um pouco”, disse o brasileiro, diante da imprensa, quase sem forças para uma defesa mais entusiástica. “Penso que, se nós não fizermos um acordo, estaremos contribuindo para o retrocesso no comércio exterior dos países mais pobres”, assinalou.

RESISTÊNCIA FRANCESA

Pouco antes de embarcar de volta ao Brasil, Lula comentou com assessores que ainda estava confiante na evolução positiva das negociações da Rodada

‘Continuo otimista que o presidente Chirac vai ceder um pouco’, diz Lula

Doha. Na sua avaliação, o único isolado, neste momento, é o presidente da França.

Não foi apenas em São Petersburgo que os franceses afrontaram a posição brasileira de tratar de comércio em uma reunião de cúpula. A resistência era observada desde que Lula propôs um encontro de líderes para destravar a Rodada Doha, em novembro de 2005. Desta vez, a França desta-

cou que não estava nem um pouco satisfeita com essa discussão na reunião do G-8. Um negociador que esteve na sala de almoço relatou ao Estado que Chirac foi duro em seus comentários sobre Lula e outros líderes presentes.

“O presidente Lula pensa da seguinte forma: o que é meu é meu; e o que é dos demais é negociável”, teria dito, numa clara acusação de que o Brasil pretende a abertura do mercado europeu de produtos agrícolas sem aceitar uma liberalização equivalente do setor industrial.

Segundo relato desse participante, Chirac reagiu ainda contra o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, alegando que o bloco não teria tanta flexibilidade para definir sua oferta como Bruxelas está anunciando. Barroso havia dito que a Europa estaria pronta para se mover nas negociações.

Na entrevista ao final do encontro de São Petersburgo, Jacques Chirac repetiu esses mesmos recados. Criticou o fato de os “países pobres” não estarem representados na reunião – apesar de o Congo falar pelos 53 países da União Africana. Reclamou que a reunião não era o lugar para tratar de comércio, tripudiou o mandato da União Europeia para negociar e declarou que o G-8 “não dirige o planeta”. e

Elogios de Bush ficaram só na aparência

— Houve pelo menos uma vitória para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu pequeno calvário na reunião dos líderes do G-8 e dos outros cinco países em desenvolvimento convidados.

Lula saiu de São Petersburgo sem carregar o mérito de ter impedido o fracasso da Rodada Doha, nem conseguiu enxertar os combustíveis alternativos no Plano de Ação de Segurança Energética montado pelo G-8.

Mas deixou a antiga capital imperial russa com um sonoro elogio à sua silhueta. “Você está muito bem!”, afirmou Bush, ao observar a cintura do brasileiro. “É por causa das eleições”, rebateu Lula, provocando risos nas duas delegações.

A última vez que Lula se encontrou com Bush foi no início de novembro do ano passado, quando recebeu o presidente americano na Granja do Torto, em Brasília. Desde então, os contatos tinham sido por telefone. Naquela ocasião, estava ainda no início de uma dieta rigorosa e de uma rotina de caminhadas. e p.c.a.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Oposição vai à Justiça contra uso de cadastro do Bolsa-Família”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 30 de junho do corrente ano.

A matéria destaca que aliados do Presidente Lula estão convidando pessoas favorecidas pelo programa Bolsa-Família para os eventos a que ele comparece. A matéria informa, ainda, que “A utilização desses nomes para formar a claqué de apoio ao Presidente

também ocorreu na convenção do PT que homologou a sua candidatura”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR MARCOS GUERRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

*Senador Marcos Guerra
Estado S. Paulo 30/6/06*

Oposição vai à Justiça contra uso de cadastro do Bolsa-Família

Aliados têm convidado beneficiários do programa para eventos com Lula

Rosa Costa
BRASÍLIA

O PSDB e o PFL vão contestar na Justiça Eleitoral o uso do cadastro do Bolsa-Família na campanha do presidente Lula. A exemplo do que fez a prefeita de Contagem, Marília Campos, aliados de Lula estão convidando pessoas favorecidas pelo programa para os eventos a que ele comparece. A utilização desses nomes para formar a claqué de apoio ao presidente também ocorreu na convenção do PT que homologou a sua candidatura, no sábado.

Candidato a vice na chapa do tucano Geraldo Alckmin, o senador José Jorge (PFL-PE) lembrou que a lei proíbe o uso de cadastros em poder do Estado para fazer política. “O cadastro não é de Lula, é do governo. Está, portanto, incluído na mesma linha da proibição da máquina pública”, argumentou.

Para o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a iniciativa se junta a outras adotadas pelo presidente em oposição ao que determina a legislação. “Não é possível ele continuar,

diariamente, cometendo crimes contra a Justiça”, acusou.

Antero acredita que não se trata de um procedimento de pessoa desavisada mas, sim, de uma tática para jogar a população contra o Judiciário e o Legislativo. Aponta como evidências o fato de Lula propagar a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o aumento salarial para servidores públicos e quando culpa o Congresso pela não aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). “Na verdade, é jogo de cena. Lula mente porque ele mesmo não quer nenhuma dessas medidas”, atacou. “O que ele quer é jogar a população contra a Justiça e parecer bonzinho.”

Na avaliação de Antero e José Jorge, “Lula já ultrapassou todos os limites”.

Segundo o senador tucano, “cabe ao TSE agir para impedir que o uso de estratégias e medidas desvirtuadas terminem por comprometer a lisura das eleições”. •

Lula corre risco de ser multado em R\$ 900 mil

... O presidente Lula corre risco de ser multado em R\$ 900 mil pelo TSE. Dois dos sete ministros do tribunal votaram ontem a favor de sua punição por suposta propaganda eleitoral antes da época, mas o julgamento foi interrompido por pedido de vista do ministro José Gerardo Grossi. Não há previsão de quando será retomado.

O julgamento se refere a uma representação do PSDB. O partido acusa Lula de distribuir mais de 1 milhão de tablóides com características de propaganda eleitoral, para obter o apoio dos eleitores.

O relator da representação contra Lula, José Delgado, votou pela cobrança da multa e pela suspensão da distribuição dos exemplares. Foi acompanhado pelo ministro Caputo Bastos. • MARIANGELA GALLUCCI

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Todo o mundo acompanha, com apreensão, os conflitos que se desenrolam atualmente no Líbano, entre tropas israelenses e o grupo israelenses e o grupo Hezbollah. Em três semanas de confrontos, o número de vítimas, em sua maioria civis libaneses, já alcançou a marca do meio milhar. Sete brasileiros foram mortos, sendo que três eram crianças.

As imagens que nos chegam diariamente do teatro de guerra são chocantes, especialmente porque se trata de um país que, enfim, começava a se reerguer economicamente, a impulsionar seu turismo e a superar as cicatrizes de conflitos anteriores.

Quando nós, brasileiros, temos notícia de ações militares dessa espécie, sentimo-nos afortunados por nossa natureza não-belíca e por nossa história tão pobre em guerras contra nações estrangeiras.

Porém, Senhoras e Senhores Senadores, não estamos, definitivamente, livres de nossos próprios fantasmas, de nossas próprias guerras particulares. O trânsito, por exemplo, mata 34 mil pessoas e fere outras 400 mil, por ano, no Brasil. E a violência urbana, talvez o maior flagelo das grandes cidades brasileiras nos dias atuais, não fica a dever às guerras mais sangrentas em termos de número de vítimas.

As ondas de violência que tomaram de assalto o Estado de São Paulo, a partir da noite de 12 de maio deste ano, são mais uma grave e aguda manifestação de um crônico problema brasileiro. Embora os alvos primordiais tenham sido membros da polícia, guardas municipais, agentes penitenciários e outros profissionais da área de segurança, os ataques, atribuídos à quadrilha Primeiro Comando da Capital (PCC), provocaram pânico, medo e insegurança generalizados nos habitantes do Estado. O saldo: dezenas de mortos, prejuízo de milhares de reais pela depredação de patrimônio público e privado, e seqüelas insuperáveis na vida de centenas de parentes e amigos das vítimas.

O que impressiona nos ataques do PCC é a coordenação dos criminosos, a crueldade contra inocentes, a implacável sede de sangue dos bandidos. Mas é ainda mais impressionante a absoluta incapacidade do Poder Público para resolver a crise. As ações emergenciais das forças estatais foram inúteis, e o PCC continua atacando onde quer, como quer, quando quer.

Senhor Presidente, não devemos nos iludir e achar que, por estar, de certa forma, confinada aos limites do Estado de São Paulo, essa última série de ataques é fenômeno exclusivo daquela unidade da Federação. Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Belém, Manaus, Curitiba, Salvador, Porto Alegre, Vitória e toda grande cidade brasileira está sujeita a manifestações explosivas de uma violência urbana que, caso nada seja feito, alcançará o **status** de uma verdadeira guerra civil.

Senhoras e Senhores, a violência urbana é apenas uma entre as diversas manifestações da própria moder-

nidade. Não há cidade de grande porte no mundo que não enfrente problemas dessa natureza. Brasília é um excelente exemplo de uma cidade planejada, moderna, outrora pacata e pacífica, que, nos últimos anos, vem sendo palco cada vez mais freqüente de seqüestros-relâmpagos, roubos, brigas de gangues, favelização, exploração da prostituição, tráfico de drogas, trânsito caótico e de outras muitas manifestações do que a modernidade tem de pior.

Minha maior preocupação, porém, é que a violência urbana só alcança a dimensão desses ataques do PCC quando algo de muito grave, de muito errado, está ocorrendo nas entranhas do Poder Público. A impunidade, a empáfia e o excesso de confiança dos criminosos, a escalada da questão carcerária e os ataques a policiais em São Paulo são evidências claríssimas da falência do poder estatal e da necessidade imediata de investimentos em segurança pública e, principalmente, em educação.

Senhor Presidente, o Brasil necessita, com urgência, de um projeto nacional de humanização. Por mais óbvio e ultrapassado que possa soar, eu gostaria de defender que disseminar a educação e a cultura em nossa sociedade é a providência que devemos tomar para humanizar o País no longo prazo.

No curto prazo, em caráter emergencial, é imperativo atacar com firmeza a questão da segurança pública. Devemos, no Congresso Nacional, cobrar mais ações efetivas do Poder Executivo. Devemos, sobretudo, prosseguir com as investigações em que temos trabalhado, como o tráfico de pessoas para fins de prostituição, a emigração ilegal, o abuso de crianças e adolescentes, a corrupção nas diversas instâncias do Poder Público, e mesmo na apuração das condutas dos próprios parlamentares desta Casa e da Câmara dos Deputados, com a punição exemplar dos que foram julgados responsáveis.

O combate à violência deve, portanto, contemplar iniciativas desse tipo, mas sem perder de vista o que, a meu ver, é a chave para a solução definitiva do problema: educação e cultura são os principais elementos na guerra contra a violência urbana. Precisamos criar cidadãos, pessoas capazes de viver pacificamente em sociedade e de extrair da modernidade o que ela pode oferecer de melhor. É para esse objetivo, Senhoras e Senhores Senadores, que nós, brasileiros, devemos direcionar nossos melhores esforços. É para isso que luto e lutarei como cidadão, como empresário e como homem público!

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT-SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT-SP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 13 minutos.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 186 DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares conferidas pelo artigo 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Designar o servidor LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO, matrícula 56422, para integrar como membro, a Comissão Especial criada pela Portaria nº 150, de 2005, do Diretor-Geral e prorrogada pela Portaria nº 165, de 2006, do Diretor-Geral.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2006.

Senado Federal, 07 de Agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1585 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOSÉ ALVES DO NASCIMENTO FILHO, matrícula nº 22473, e JOSÉ CARLOS AURELIANO, matrícula nº 24871, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 002495/02-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1586 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 1539, de 02 de agosto de 2006, que designou o servidor **CLEBER DE AZEVEDO SILVA**, matr. 41420, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, símbolo FC-7, do Serviço de Administração de Patrimônio - SPT, da Subsecretaria Administrativa Financeira - SSADF, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.

Senado Federal, em 04 de agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1587 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 1540, de 02 de agosto de 2006, que designou o servidor **PAULO FERNANDO DOS SANTOS MONIZ**, matr. 103576, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodasen, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, símbolo FC-7, do Serviço de Finanças – SFI, da Subsecretaria Administrativa Financeira - SSADF, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.

Senado Federal, em 04 de agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1588 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Acórdão nº 740/2006-TCU-Plenário e nos Processos nº 022433/94-5 e 008928/06-1,

RESOLVE manter aposentado o servidor JOSÉ RIBAMAR DA SILVA, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 30, voluntariamente, por tempo de serviço, com proventos proporcionais, nos termos do art. 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c os arts. 186, inciso III, alínea "c" e 67 da Lei nº 8.112, de 1990, com a redação anterior às Emendas Constitucionais nº 20, de 1998, e 41, de 2003, na forma assegurada pelo art. 3º das mencionadas emendas, acrescidos das vantagens previstas no art. 34, § 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993, e na Resolução SF nº 74, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 07 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1589 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011817/06-2,

RESOLVE dispensar o servidor JODIMAR ALVES DE CASTRO, matrícula 24317, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir de 02 de agosto de 2006, e lotá-lo na Coordenação de Transportes, a partir da mesma data.

Senado Federal, 07 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1590 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011739/06-1,

RESOLVE dispensar a servidora LUCIA MARLI VILELA DE OLIVEIRA, matrícula 48358, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, a partir de 01 de agosto de 2006.

Senado Federal, 07 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1591 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011912/06-5,

RESOLVE dispensar o servidor **ESPEDITO LOIOLA COUTINHO**, matrícula 23556, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete da Segunda Secretaria, a partir de 03 de agosto de 2006.

Senado Federal, 07 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA,
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1592 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009483/06-3,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1062, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3504, de 20/06/2006, que nomeou **DAIANE GOMES LEITE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 07 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA,
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1593 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **011919/06-0**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **SILENE ROSA DOS SANTOS**, matrícula nº 196323, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do Governo para o Gabinete do Senador Aloizio Mercadante.

Senado Federal, em 07 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1594 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **011920/06-8**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **REBECA RÉ**, matrícula nº 195768, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Aloizio Mercadante para o Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 07 de agosto de 2006.



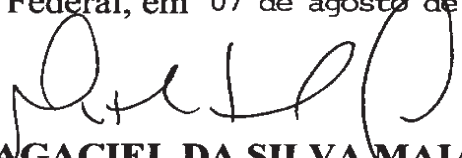
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1595 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011954/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA CARLA MENEZES REZENDE**, matrícula n.º 193152, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 07 de agosto de 2006.

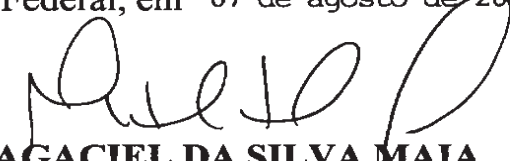

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1596 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011921/06-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA MARIA PERILLIER SCHNEIDER** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 07 de agosto de 2006.

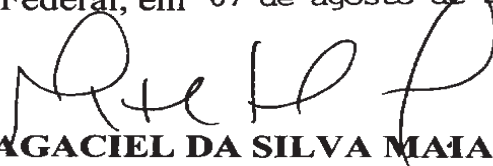

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1597 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011936/06-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ORLANDO DUARTE DO AMARAL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 07 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1598 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011.924/06-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANGELO ANTÔNIO GUIMARÃES DE SOUSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Targino Maranhão.

Senado Federal, em 07 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	Paraíba PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	Amapá PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.

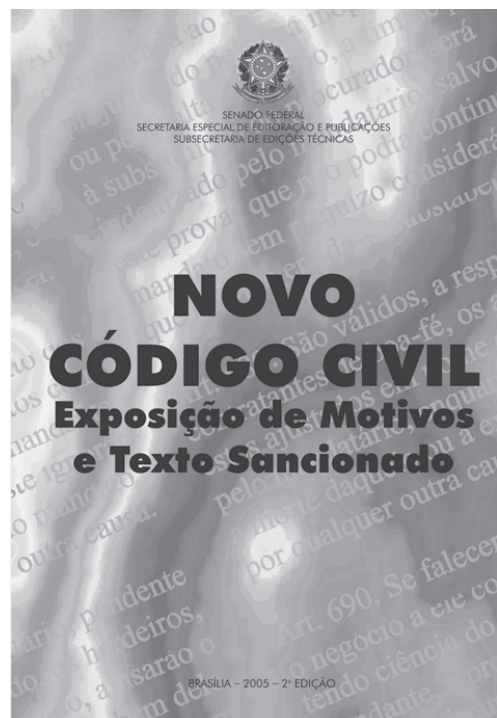


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS